

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**ISABEL CRISTINA COSTA FREIRE**

**MULHERES ATENAS MARANHENSES:  
trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras  
professoras do Departamento de Filosofia da UFMA**

São Luís

2020

**ISABEL CRISTINA COSTA FREIRE**

**MULHERES ATENAS MARANHENSES:  
trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras  
professoras do Departamento de Filosofia da UFMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes.

São Luís

2020

Freire, Isabel Cristina Costa.

Mulheres Atenas Maranhenses: trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA / Isabel Cristina Costa Freire. - 2020.

154 f.

Orientador(a): Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, UFMA, 2020.

1. Docência. 2. Gênero. 3. Memória. 4. Mulher na Filosofia. I. Leitão Nunes, Iran de Maria. II. Título.

**ISABEL CRISTINA COSTA FREIRE**

**MULHERES ATENAS MARANHENSES:  
trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras  
professoras do Departamento de Filosofia da UFMA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em: 31/07/2020.

---

Profa. Dra. Iran de Maria Leitão Nunes(Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima

Universidade Federal do Maranhão

---

Profa. Dra. Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Universidade Federal do Maranhão

São Luís

2020

Dedico esta pesquisa ao meu esposo Francisco, ao meu filho Ian, aos parentes, ao GEMGe, às entrevistadas, ao Departamento de Filosofia da UFMA, ao Fórum Maranhense em Defesa da Filosofia e a todas as mulheres que protagonizam em diferentes espaços.

## AGRADECIMENTOS

**A Deus** em primeiro lugar, pois, caminhando sempre comigo, muito me ajudou a escrever esta pesquisa desde o projeto. A Ti, meu Pai, agradeço por mais uma vitória na minha vida, e por ter conseguido entrar no Mestrado e concluí-lo. Toda honra e glória a Ti, Senhor, pela força que me deste nesta caminhada para não desistir. Deus, a Honra e a Glória é para Ti, Senhor!

**À minha orientadora**, Prof.<sup>a</sup> Dra. Iran de Maria Leitão Nunes, eterna gratidão, pelo acolhimento, diálogos, pela paciência e pelo carinho nos momentos difíceis. Muito me incentivou nos encontros que tivemos. Me fez pensar e repensar no objeto para alinhá-lo adequadamente com competência e habilidades. Me disponibilizou materiais para leituras. Sempre disponível e com meiguice ao falar, dando segurança para que eu revisse o trabalho. Não me esqueço da ida à sua casa e das delícias servidas a cada encontro comigo e os outros orientandos para que nós nos sentíssemos à vontade dando-nos força e dialogando sobre nossos trabalhos.

**A meus pais (*in memoriam*)** pelos ensinamentos para a vida e por terem investido na minha educação, para me alicerçar naquilo que tenho me tornado a cada dia da minha existência, e por terem me incentivado a sempre pensar na formação profissional.

**Aos meus amores e companheiros**, Francisco Batista (esposo) e Ian Vítor de Jesus (filho), por terem sempre me incentivando desde a inscrição, passando pela seleção, até o presente momento, com palavras que me fortaleceram a cada dia dessa construção. Por cuidarem de tudo para que eu estudasse e conduzisse minhas tarefas do mestrado. Vocês dois são maravilhosos! Amo vocês!

**A todos os familiares**, em que pude contar com o incentivo em palavras que edificassem minha fé, força, cuidados, orações em todos os momentos da caminhada, principalmente nos momentos difíceis no início desta trajetória. Vocês são muito especiais para mim. Sempre me incentivaram para meu crescimento profissional.

**A banca de qualificação** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Francisca das Chagas Silva Lima e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sirlene Mota Pinheiro da Silva que contribuíram significativamente com sugestões para realinhamento na pesquisa.

**À Universidade Federal do Maranhão(UFMA) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)** pelo enriquecimento e pela base epistemológica construída nessa trajetória acadêmica. A princípio, destaco a coordenação e as orientações acadêmicas, assim como a toda equipe de professores(as) do referido Programa que

contribuíram com seus ensinamentos. E ainda à equipe da secretaria, que sempre estiveram disponíveis a nos atender. Também a todos(as) colegas da turma 18, na qual agregamos valores e conhecimento. A biblioteca pelo empréstimo dos livros. Ao responsável pela impressão dos materiais que sempre reservou e organizou para que pudéssemos utilizar nas aulas. E a equipe de apoio aos serviços gerais que sempre conduziram a organização do ambiente para as aulas.

**Ao grupo de pesquisa GEMGe**, no qual adentrei a convite da Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria das Dores. À minha querida Prof.<sup>a</sup> Dra. Diomar Motta, que me deu um livro “Mulheres Incríveis” a fim de me servir de exemplo na minha trajetória de mulher que precisaria produzir. A Prof.<sup>a</sup> Dra. Raimunda, pelas reflexões acerca das mulheres filósofas afrodescendentes. E a demais pesquisadoras(es): Alda, Marianne, Ana, Maria José, Socorro, Maria do Carmo, Magno, Patrícia, Heline, Arthur, Fernanda, Rosângela, Rosana e Samya. Enfim, aos demais do grupo que muito contribuíram direta e indiretamente em cada reunião com leituras e reflexões para análise das bases epistemológicas.

**Ao Departamento de Filosofia da UFMA**, por ter concedido arquivos para a pesquisa. E às professoras entrevistadas pela disponibilidade em relatar as memórias da década de 70. Conhecê-las e revê-las após anos de academia e ser bem acolhida com vários momentos maravilhosos: do sorriso às lágrimas. Contribuição valiosa. Muito obrigada mulheres professoras filósofas por esse momento lindo! Guardarei na minha memória cada encontro e diálogo que tivemos.

**Arquivos históricos** no Memorial Cristo Rei da Ufma através da servidora Pública Marla Silveira que me conduziu aos dados do período.

**As/ Aos amigas(os) que direta e indiretamente me incentivaram na minha formação, em especial aos que estiveram ao meu lado em todas as etapas:** Maria Célia Fonseca, Cristiane Costa (in memoriam), Rute Amorim, Elenice Costa, Dilson, Maria José, Luzia Azevedo, Lucirene Lopes, Cícera, Déborah Andrade, Aninha, Jethânia e Vilma.

**Aos que me emprestaram livros e enviaram arquivos**, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa: Prof. Dr. Ferreira Júnior ;Prof.a. Ma. Judite Eugênia; Prof.a. Ma. Mila Lopes;Prof.a. Ma. Simey, Pe. Abraão; Prof. Dr. Portela; Prof. Dr. Lúcio Marques, Prof. Dr. Dantas, Prof.a. Ma. Lia Renata, Prof.a. Dra.Regina Faria, Prof.a. Esp. Elza Maria, Prof.a. Dra. Zilmara, Prof.a. Dra. Marly, Prof. Dr. Almir, Prof. Dr. Sanatiel,Prof. Dr. Luciano Façanha, Prof.a. Dra. Patrícia Ataíde, Prof.a. Dra. Rita.Prof.a. Ma. Gabriella, Prof.a. Ma. Edna, Prof.a. Dra. Mary Ferreira, e Prof. Me. Leandro. E ainda Marla Assunção, Guilherme, Irenilma e Wanderson.

**Aos gestores e coordenadores das Instituições de Ensino** que muito me incentivaram a terminar meu mestrado com cada palavra, desde a inscrição até a defesa, me liberaram para pesquisa de campo e eventos acadêmicos ajustando os horários, cito aqui com carinho: Nazareth Mendes, Rosanna Couto, Tereza Aureliano, Faída, Domerval, Roseane Lustosa, Gláucia, Abdiel Dias, Najala, Socorro Naufel e Marcos Naufel.

**Enfim**, sei que não foi fácil cada etapa desde o início, mas todas foram vencidas até aqui. Vocês todos são especiais para mim! E cada um que se encontra aqui fez parte dessa história do início ao fim. Agradeço a todas e todos que direta e indiretamente contribuíram significativamente. Muito obrigada!

Dar visibilidade às mulheres num domínio em que aparentemente tiveram seu estatuto de sombras, a sua tarefa é eminentemente reconstrutiva, quer desvelando a presença oculta [...] da mulher na história da filosofia, quer destacando no território filosófico coordenadas femininas que dele estiveram afastadas, quer mostrando a produção filosófica das mulheres pela divulgação de textos que por várias razões se mantiveram desconhecidos.

(FERREIRA, 2009, p. 29.)

## RESUMO

Este estudo investiga acerca de MULHERES ATENAS MARANHENSES: trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA. Pesquisa vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulher e Relações de Gênero (GEMGE), cujo objetivo foi analisar a atuação e os desafios das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão neste espaço, por meio de suas narrativas, destacando seu protagonismo e possíveis contribuições no referido espaço. Teve como objetivos específicos: revelar o percurso das mulheres na História da Filosofia, bem como os discursos reproduzidos sobre elas; reconhecer a presença e a participação da mulher no Ensino Superior brasileiro, com destaque para o Curso de Filosofia da UFMA; identificar a presença feminina no corpo docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, no ano de sua criação, 1979, buscando compreender como se configurou este ingresso; e descrever as memórias de mulheres professoras de Filosofia e os desafios por elas vivenciados no decorrer de suas profissionalizações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. Realizou-se entrevista semiestruturada com seis docentes, registrando-se as narrativas com os pressupostos da História Oral de sua atuação no exercício de magistério. Dentre outros autores, este estudo fundamenta-se em: Chartier (2010), Le Goff (1996), Motta (2003), Menezes (2002), Nunes (2000), Pacheco (2016), Perrot (2005), Rosa (2012). Por meio das categorias: Mulher na Filosofia, Memória, Docência e Gênero, percebeu-se a trajetória das mulheres na Filosofia, bem como a atuação das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA, calcada nas compreensões diferenciadas dessas docentes quanto à condição de ser mulher no exercício da profissão, em um espaço majoritariamente masculino. Também foram observadas as diferenças nas vozes epistêmicas, devido a suas origens sociais e razões para a escolha da profissão, que impulsionaram o protagonismo delas nos variados contextos do Ensino Superior. Elas venceram os desafios nas relações de gênero, foram entusiastas no exercício de sua profissão e buscaram qualificar-se para melhor desempenho na docência, utilizando os diálogos investigativo, nas reuniões e na organização de eventos acadêmicos.

Palavras-chave: Mulher na Filosofia. Memória. Docência. Gênero.

## ABSTRACT

This study investigates WOMEN ATHENS MARANHENSES: trajectory of women in Philosophy and memories of the first teachers of the Department of Philosophy at UFMA. It is the product of research linked to the Study and Research Group on Education, Women and Gender Relations (GEMGE) which aims to analyze the performance and challenges of the first professors of the Philosophy Department of the Federal University of Maranhão in this space, through their narratives, highlighting their protagonism and possible contributions in that space. Its specific objectives are: to reveal the trajectory of women in the History of Philosophy, as well as the speeches reproduced about them; recognize the presence and participation of women in Brazilian Higher Education, with emphasis on the Philosophy Course at UFMA; to identify the female presence in the faculty of the Philosophy Department of the Federal University of Maranhão, in the year of its creation, 1979, seeking to understand how this admission was configured; and, describe the memories of women teachers of philosophy and the challenges experienced in the course of their professionalization. It is a qualitative, bibliographic and field research in which semi-structured interviews were applied with six professors, recording the narratives with the assumptions of the Oral History of their performance in the exercise of teaching. For this study, we used theoretical support: Chartier (2010), Le Goff (1996), Motta (2003), Menezes (2002), Nunes (2000), Pacheco (2016), Perrot (2005), Rosa (2012), among other authors. Through the categories: Woman in Philosophy, Memory, Teaching and Gender, it was noticed in the study the trajectory of women in Philosophy, as well as the performance of the first professors of the Department of Philosophy at UFMA from the different understandings of these teachers regarding the condition to be a woman in the exercise of the profession, in a mostly male space. Also, the differences in the epistemic voices were observed, due to their social origins and reasons for choosing the profession, boosted their protagonism in the different contexts of Higher Education. They overcame challenges in gender relations and were enthusiastic in the exercise of their profession and sought to qualify for better performance in teaching using investigative dialogues, at meetings, in the organization of academic events.

Keywords: Woman in Philosophy. Memory. Teaching. Gender

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pensar na Eureka das Mulheres de Atenas .....	14
Figura 2 - A representação das Mulheres na Filosofia .....	26
Figura 3 - Mulher Pensadora .....	56
Figura 4 - Mulheres Atenas Maranhenses .....	86

## LISTAS DE QUADROS

Quadro 1 - Produções de artigos sobre as Mulheres na Filosofia .....	43
Quadro 2 - Produções de Dissertações sobre as Mulheres na Filosofia .....	48
Quadro 3 - Produções de Teses sobre as Mulheres na Filosofia .....	54
Quadro 4 - Depoimento com unidade de contexto e registro referente ao fato de ser mulher no início da carreira.....	106
Quadro 6 - Depoimento com unidade de contexto e registro sobre os desafios enfrentados no exercício.....	114
Quadro 7 - Depoimento com unidade de contexto e registro sobre atuação.....	118
Quadro 8 - Depoimento com unidade de contexto e registro .....	122

## LISTA DE SIGLAS

ANPOF	Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEPE/UFMA	Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA
CONSUN	Conselho Superior da Universidade
DEFIL	Departamento de Filosofia
FCLAR	Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
GEMf	Grupo de Escrita de Mulheres na Filosofia
GEMGe	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero
IESMA	Instituto de Estudos Superiores do Maranhão
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, Gênero e Feminismo
PUC	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RI	Repositório Institucional
SIGRH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
SOMACS	Sociedade Maranhense de Cultura Superior
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>UM OLHAR SOBRE AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA</b> .....	<b>26</b>
<b>2.1</b>	<b>Os discursos reproduzidos sobre as Mulheres na Filosofia</b> .....	<b>27</b>
<b>2.2</b>	<b>Produções sobre as Mulheres na Filosofia</b> .....	<b>40</b>
<b>3</b>	<b>A PRESENÇA DAS MULHERES NA FILOSOFIA</b> .....	<b>56</b>
<b>3.1</b>	<b>Da Idade Antiga à Idade Média</b> .....	<b>57</b>
<b>3.2</b>	<b>Da Idade Moderna à Idade Contemporânea</b> .....	<b>62</b>
<b>3.3</b>	<b>A mulher e o ensino superior brasileiro: algumas considerações</b> .....	<b>75</b>
<b>4</b>	<b>ESCREVENDO AS MEMÓRIAS DAS PROFESSORAS DE FILOSOFIA</b> .....	<b>86</b>
<b>4.1</b>	<b>O Curso de Filosofia no Brasil e no Maranhão: registros de uma história</b> .....	<b>87</b>
<b>4.2</b>	<b>As primeiras docentes do Departamento de Filosofia da Ufma</b> .....	<b>96</b>
<b>4.3</b>	<b>Memórias e narrativas das primeiras professoras do DEFIL</b> .....	<b>104</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>126</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>129</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>144</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>151</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Figura 1 - Pensar na Eureka das Mulheres de Atenas.



Fonte: Freire Filho (2020).

O percurso da pesquisa, como vemos na metáfora da imagem acima, dos paralelepípedos dos casarões alicerçados nas ruas de nossa Atenas Maranhense, São Luís - MA, visa à junção das peças mapeadas pelas categorias mulheres, docência e memórias que delineiam a construção do objeto. Consideramos que esse percurso teve início com nossa entrada no Curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) em 1990, quando nos deparamos com o universo das literaturas filosóficas androcêntricas, causando-nos estranheza o fato de existirem poucas autoras filosóficas no currículo, além de constatarmos o destaque dado aos discursos masculinos na História da Filosofia. Apenas

autoras, como: Creusa Capalbo, Marilena Chauí e Hannah Arendt eram apreciadas na Academia. E quando começamos o exercício da docência, adentramos nos planejamentos escolares e nos deparamos com a mesma situação de invisibilidade da mulher nos currículos de Filosofia.

Tal inquietação ganhou nova conjuntura, ao participarmos do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulher e Relações de Gênero-GEMGE<sup>1</sup>, com o aprimoramento das pesquisas, mediante estudos sobre as mulheres na história da educação, mulheres filósofas e de práticas pedagógicas que as incluíssem nas leituras e nos projetos da Educação Básica e do Ensino Superior. No decorrer do tempo, ampliamos propostas filosófica-pedagógicas com várias frentes de trabalho de professores que acreditavam na Educação para o pensar, nas relações de gênero e sexualidade, com ciclo de palestras, assessorias em escolas e formação de professores. Então, o Mestrado em Educação, nos concentramos em buscar pesquisas que ratificassem a percepção acerca da presença das mulheres na literatura da filosofia, concomitantemente à atuação das mulheres na docência de Filosofia na UFMA.

Nessa perspectiva, buscamos pensar na Eureka<sup>2</sup> como fonte da descoberta das vozes ressoadas nas memórias das mulheres professoras de Filosofia da UFMA no ano de criação do Departamento de Filosofia, 1979. Assim, as professoras entrevistadas nesta pesquisa são chamadas de Mulheres Atenas Maranhenses, fazendo analogia à “Atenas Brasileira”, denominação que São Luís teve no tempo áureo em que se destacou no cenário brasileiro na literatura, na poesia, no jornalismo, no teatro, dentre outros contextos que fluíram como muitas fontes de modelo da cultura maranhense. Neste espaço ludovicense, destacaram-se no Grupo Maranhense: Aluízio Azevedo (1857-1913), Artur Azevedo (1855-1908), Celso de Magalhães (1849-1879), Frederico José Corrêa (1817-1881), Gentil Braga (1835-1876), Joaquim Gomes de Souza (1829-1864), Gonçalves Dias (1823-1864), João Lisboa (1812-1863), dentre outros escritores, poetas, historiadores, jornalistas, pertencentes aos ambientes das academias, que deram visibilidade a São Luís - MA. Sob essa ótica, constatamos em Corrêa (2001, p. 29) o seguinte:

A mitologia da Atena Brasileira correlacionou o princípio sapiente grego, ao papel

---

<sup>1</sup> O Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe) foi criado em 15 de fevereiro de 2002, pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Diomar das Graças Motta, que na sua primeira reunião com Angélica e Diana, no dia 15 de fevereiro de 2002, acreditaram em um grupo de pesquisa. Grupo este que se relaciona a Linha de Pesquisa “Instituições Escolares, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> É uma metáfora a interjeição feita por Arquimedes em Siracusa ao gritar: “Encontrei!” ou “Descobri!”, tem sido proferida por alguém que acaba de encontrar solução para difícil problema.

desempenhado pelo grupo Maranhense no desafio de responder às exigências constitutivas de uma cultura brasileira. Representou, na verdade, um autorretrato dourado da sociedade senhorial gonçalvina, feito por meio da dimensão literária da intelectualidade, trazendo para os trópicos, em nível de arquetípico, em espaço figurativo, enfim, em âmbito retórico, o ideal de formação do homem grego, magistralmente na Paidéia, pelo humanista Werner Jaeger.

Ressaltamos também as mulheres escritoras, poetas e professoras, que são membros do quadro efetivo da Academia Maranhense de Letras, cujo Centenário ocorreu em 2008 com uma publicação<sup>3</sup> na qual as menciona. São elas: Conceição Neves Aboud (1925-2006), Mariana Luz (1879-1960), Lucy Teixeira (1922-2007), Laura Rosa (1884-1976), Dagmar Desterro (1925-2004), Laura Amélia Damous (1945-), Ana Luíza Almeida Ferro (1966-), Sônia Almeida (1956-), Ceres Costa Fernandes (1942-). Além destas autoras,<sup>4</sup> romancistas destacadas, como Maria Firmina dos Reis (1822-1917) e Arlete Nogueira da Cruz (1936-).

Ao revisitar as memórias das mulheres entrevistadas na presente pesquisa sobre a UFMA da década de 1970, podemos lembrar a canção “Mulheres de Atenas” composta, em 1976<sup>5</sup>, por Chico Buarque de Holanda (1944-) e Augusto Boal (1931-):

#### MULHERES DE ATENAS

*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Vivem para os seus maridos, orgulho e raça de Atenas  
Quando amadas, se perfumam  
Se banham com leite, se arrumam  
Suas melenas  
Quando fustigadas não choram,  
Se ajoelham, pedem, imploram  
Mais duras penas  
Cadenas  
Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas  
Sofrem para os seus maridos, poder e força de Atenas  
Quando eles embarcam, soldados  
Elas tecem longos bordados*

<sup>3</sup> Trouxe a reflexão sobre a intensa vida literária que contribuiu significativamente São Luís desde sua fundação em 10 de agosto de 1908 na obra intitulada nos Documentos Maranhenses-22. ed. Comemorativa da Academia Maranhense de Letras (VIEIRA; LISBOA, 2009).

<sup>4</sup> A autora Nelly Novaes Coelho (2002) descreve sobre universo tão amplo limitando a seleção de mulheres com os critérios: ficcionistas, poetas, cronistas e dramaturgas que tivessem pelo menos um livro publicado, uma peça representada.

<sup>5</sup> A referida música é uma metáfora às contradições da década de 1970, na qual destacam as mulheres atenienses na sociedade patriarcalista que são submissas aos homens que detêm o poder. Na metade dessa década e no decorrer dos anos 1980, alterou-se o debate sobre a igualdade-versus-diferença. Hoje, podemos perceber a mulher enquanto sujeito de pensamento, ação e escrita, deslocando-as das atividades rotineiras próprias de domesticação ao intelectualismo, repensando, assim, as produções sobre as mulheres ao longo da história.

*Mil quarentenas*  
*E quando eles voltam, sedentos*  
*Querem arrancar, violentos*  
*Carícias plenas, obscenas*  
*Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas*  
*Despem-se para os maridos, bravos guerreiros de Atenas*  
*Quando eles se entopem de vinho*  
*Costumam buscar o carinho*  
*De outras falenas*  
*Mas no fim da noite, aos pedaços*  
*Quase sempre voltam para os braços*  
*De suas pequenas*  
*Helenas*  
 (...)

(Composição: Chico Buarque de Holanda - Augusto Boal, 1976.).

Fonte: <https://www.letras.mus.br>

Mulheres essas que iremos contemplar nos variados contextos históricos no decorrer do trabalho, como forma de demonstrar o protagonismo da atuação delas em diferentes espaços. Sob essa ótica, Tavares (2016, p. 39) diz: “Quero, agora, fazer um justo aceno à mulher em geral, sobretudo: àquelas que souberam driblar a fantasia do ‘sexo fraco’ afirmando brilho do feminino o verdadeiro sexo forte, responsável número um pela geração da espécie humana. [...]”.

Como bases epistemológicas para fundamentar a pesquisa nas seções que antecedem as narrativas, buscamos mostrar as mudanças paradigmáticas acerca da presença das mulheres na história da Filosofia, antes representadas pelos discursos androcêntricos, nos quais eram inferiorizadas, ao serem comparadas com os homens na sua natureza, e o descortinamento do obscurantismo com o despertar dos pesquisadores para a produção das mulheres.

Sendo assim, as mulheres eram conhecidas, de maneira sexista, pela reprodução dos discursos masculinos com a imagem da “mulher submissa”, ressaltando apenas a sua natureza biológica e intitulada como “sexo frágil”, de natureza inferior e a “ideia do feminino” nas relações de gênero ressaltando as diferenças e as desigualdades. A propósito, em Telles (2013, p. 403) encontramos o seguinte esclarecimento:

O discurso sobre a ‘natureza feminina’ que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando ‘usurpadoras’ de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas naturalizou o feminino colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse caminho a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição.

Dessa forma, a história das mulheres na Filosofia foi marcada por muitas contradições acerca da representação feminina nos diferentes espaços, pois elas protagonizavam, mas não lhe davam voz, e assim se tornavam invisíveis nas leituras e produções acadêmicas. Entretanto, alguns pensadores da filosofia reconheceram as mulheres filósofas. Mulheres que lutaram pela igualdade como forma de desestruturar a dominação política, social e cultural masculina. Em Chartier (2002, p. 27) encontraremos uma explicação para compreendermos a importância da História das Mulheres:

[...] a história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga ideia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único – o qual a crítica tinha a obrigação de identificar –, dirige-se às práticas que, pluralmente, contraditoriamente, dão significado ao mundo.

Neste contexto, ressaltamos as mulheres filósofas que muitos contribuíram e cujas produções tiveram negadas a socialização no meio acadêmico. Sob essa ótica, numa revisitação histórica, Queiroz (2000, p.2) nos aponta com sua pesquisa que a presença feminina “era muito pouco expressiva para caracterizar o Ensino Superior como um espaço de livre trânsito das mulheres.” Yanoullas, por sua vez (2011, p. 275), enfatiza que com base numa identidade feminina centrada na maternidade e no espaço privado, “foi legitimada a discriminação das mulheres, em diversos âmbitos: mercado de trabalho, política, cultura, entre outros, ainda que, simultaneamente, tenha-se afirmado a igualdade dos seres humanos”.

Contudo, décadas posteriores, foi emergindo o papel das mulheres que estudavam na Faculdade, aspiravam à profissionalização e à independência econômica, em detrimento da ideia de realizar o casamento e desempenhar os papéis de companheira e mãe. Muito provavelmente, para algumas dessas mulheres existia a noção de que, sendo alunas da Faculdade, tinham mais condições de dispor “de elementos simbólicos no jogo do poder” e de melhor se colocarem nas relações sociais, nesse aspecto,

As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2002, p. 17).

Passaram-se anos e o aumento de mulheres para o ingresso no Curso de Filosofia se tornou uma conquista e com isso a formação ganhou força, possibilitando a emancipação do pensar a diversas interfaces das Universidades/Faculdades, dispondo de um processo investigativo com o diálogo na academia, objetivando a sensibilidade epistêmica. Fato que podemos constatar nas pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira - INEP (2019) acerca do diagnóstico das mulheres ingressantes no Ensino Superior brasileiro que superou o ingresso dos homens; cresceu o número de mulheres matriculadas em instituições de Ensino Superior, aumentando significativamente nas áreas de humanas e especificamente na de Filosofia.

Para direcionar a pesquisa, elegemos como questões norteadoras:

- Como estão registrados os percursos das mulheres na História da Filosofia, bem como os discursos reproduzidos sobre elas?

- Como ocorreu o processo de institucionalização do ensino da Filosofia no Brasil, sua inserção no Maranhão e na UFMA?

- Quais considerações podemos fazer sobre a presença e a participação da mulher no Ensino Superior brasileiro?

- Quais foram as mulheres professoras que compuseram o corpo docente do Departamento de Filosofia no ano de sua criação e como se configurou este ingresso?

- Quais os desafios e as contribuições das mulheres filósofas, para a UFMA, com ênfase nas primeiras professoras do Departamento de Filosofia, no exercício do magistério a partir de 1979?

Em vista do exposto, traçamos como objetivo geral: analisar a atuação e os desafios das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão neste espaço, por meio de suas narrativas, destacando seu protagonismo e possíveis contribuições para a referida Instituição de Ensino Superior. Consideramos o ano de 1979 como marco por ser o ano da criação do referido Departamento na UFMA, de acordo com o registrado no Projeto Político- Pedagógico do Curso de Filosofia da UFMA:

Na administração do reitor Prof. José Maria Ramos Martins, um segundo Estatuto fora aprovado pela Portaria Ministerial nº 41 de 19/01/1979, dando nova estrutura à Universidade Federal do Maranhão, definida como uma Instituição oficial de Ensino Superior, sob a forma de fundação, distribuída administrativamente por três níveis: superior, intermediário e departamental. Nessa ocasião, surge o Departamento de Filosofia, passando os docentes a deliberarem em Assembleia Departamental. (UFMA, 2006, p.8).

Destarte, pensar na história das mulheres na Filosofia da Universidade é dar voz epistêmica aos nomes femininos que protagonizaram o ensino com sua atuação. Conforme relata Chartier (2010, p. 31); “Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas [...] é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas a realidade que foi”.

Dessa forma, escrever a história das mulheres na Filosofia é trazer a lume uma nova tessitura das mulheres no espaço público universitário, uma vez que o resgate histórico

possibilita reconhecemos as mulheres filósofas em períodos diferentes, desde as origens da Filosofia as quais, como investigadoras transpassaram os pensamentos misóginos da sua época que em determinados contextos, foram construídos pelos filósofos.

Como descrito por Motta (2003, p.18), iremos perceber que “A historiografia da Educação brasileira [...] ressalta apenas os eminentes intelectuais, que contribuíram para o ideário político-pedagógico dominante [...] de outros sujeitos (principalmente femininos) que atuaram e contribuíram na educação [...] que devem ter muito a nos revelar”. Nesse enfoque, utilizamos a apropriação da leitura para despertarmos a consciência crítica acerca da temática. Sob essa ótica, Ferreira (2017, p. 108) nos evidencia que “o livro e a leitura como parte da construção de uma cidade livre - diria até que o tema é, no fundo como o livro e a leitura contribui para o desenvolvimento de uma sociedade democrática [...]”.

Quanto aos objetivos específicos, são: revelar a trajetória das mulheres na História da Filosofia, bem como os discursos reproduzidos sobre elas; reconhecer a presença e a participação da mulher no Ensino Superior brasileiro, com destaque para o Curso de Filosofia da UFMA; identificar a presença feminina no corpo docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, no ano de sua criação, buscando compreender como se configurou este ingresso; e evidenciar a atuação e os desafios vivenciados pelas primeiras mulheres professoras do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão nestes espaços, por meio de suas narrativas, destacando seu protagonismo e as suas contribuições para a referida Instituição de Ensino Superior.

Convém destacar, no que tange a esses objetivos, que reconhecemos a necessidade de detectar novos significados da mulher na Filosofia que foram se constituindo, à medida que os discursos foram construídos e produzindo novos efeitos de verdade, percebendo seu lugar na literatura filosófica.

Também consideramos pertinente no segundo objetivo, identificar a presença feminina no corpo docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, no ano de sua criação, buscando compreender como se configurou este ingresso. Sendo assim, para evidenciar a atuação docente das primeiras mulheres do Departamento de Filosofia na Universidade Federal do Maranhão, partimos do resgate do recorte histórico do Campo de Pesquisa representado pelo Curso de Filosofia na UFMA para favorecer o conhecimento de como as docentes do Departamento de Filosofia atuaram no referido espaço público.

Para tanto, buscamos nas narrativas das docentes, o registro de suas atuações no Departamento de Filosofia e na UFMA, utilizando pressupostos da História Oral pois, como

aponta Alberti (1996, p.8), “a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram”. A autora evidencia que o pesquisador deve interpretar e analisar as entrevistas feitas como fonte oral com as referidas perguntas que possam induzir o entrevistado a novas discussões que tragam evidências na pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa se justifica em virtude da necessidade de analisarmos a contribuição das mulheres no Departamento de Filosofia da UFMA, a partir dos discursos construídos por elas nesse contexto sociocultural e político da prática educacional, bem como evidenciar a importância de uma produção acadêmica que dê visibilidade à mulher na história da Filosofia e a mulher profissional de Filosofia no cenário educacional, particularmente no cenário maranhense.

Diante dessas questões e dos objetivos, delineamos o desenho metodológico da pesquisa, desde o olhar investigador aos arquivos históricos, para buscarmos elementos que direcionassem a pesquisa. Para adquirirmos a relação das professoras do Departamento de Filosofia e quantitativo de professores utilizamos os dados fornecidos pelo Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), buscamos documentos históricos nos arquivos do Memorial Cristo Rei - UFMA e algumas Atas do Departamento de Filosofia. Dispondo desses dados, identificamos as mulheres professoras do DEFIL no ano de 1979.

Assim como o mapeamento das mulheres do Departamento de Filosofia, buscamos ainda outras fontes, visando ao resgate das memórias das primeiras mulheres professoras do referido Departamento em 1979, pois, conforme Le Goff (1990 p.13),

Uma explicação histórica eficaz deve reconhecer a existência do simbólico no interior de toda realidade histórica (incluída a econômica), mas também confrontar as representações históricas com as realidades que elas representam e que o historiador apreende mediante outros documentos e métodos – por exemplo, confrontar a ideologia política com a práxis e os eventos políticos. E toda história deve ser uma história social.

Fundamentada nesses dados, fizemos a análise crítica dos documentos históricos sobre a Instituição de Ensino e as mulheres na Filosofia e na Educação Superior no eixo da história das representações, considerando a necessidade dos historiadores de problematizar temas pouco abordados pela historiografia tradicional ampliando as fontes de pesquisa numa história social da mulher pelas narrativas.

Quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa e visa discutir sobre o grupo de mulheres professoras de Filosofia da UFMA, tomando por base Minayo (1994, p. 21-22), que afirma: “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações,

crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. A esse respeito, Biklen (1994, p.47) declara: “Ao recolher dados descritivos, os investigadores qualitativos abordam o mundo de forma minuciosa”. Além disso, é uma pesquisa exploratória devido à coleta dos dados e elaboração das informações sobre o objeto de estudo. Sob a ótica de Gil (2007), a grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

No que se refere aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica e de campo, tendo como base epistemológica: Bourdieu (2001; 2002; 2007; 2009); Certeau (1982); Chartier (2010); Perrot (2005; 2007); Rosa (2012); Scott (1992); entre outros (as) autores (as) em Educação, História, Historiografia e História da Filosofia no Brasil e no Maranhão. Também é documental, uma vez que utilizamos documentos internos da UFMA que tratam do objeto de estudo com a identificação das mulheres professoras de Filosofia no Ensino Superior e sua referida atuação na docência.

Desenvolvemos a pesquisa de campo utilizando pressupostos da História Oral, pois, segundo Alberti (1989, p. 1-2), “Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”, e, principalmente, por propiciar ouvir as vozes dos sujeitos da história em que registraremos os discursos das docentes sobre os desafios enfrentados e sua atuação no período do exercício profissional.

Em relação ao instrumento da pesquisa, foram feitas entrevistas, semiestruturadas com seis sujeitos participantes: as mulheres professoras. Quanto ao tratamento dos resultados das entrevistas, foi feito por meio da Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 31), “[...] enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta; é a Análise de Conteúdo para ver o que dá”. Em outras palavras, o conteúdo de uma comunicação permite ao pesquisador qualitativo, por meio do processo de categorização para processo de codificação a marcação das unidades de análise, com sinais ou símbolos que permitam seu agrupamento para as interpretações dos dados analisados, considerando os significados concedidos pelos sujeitos da pesquisa num vínculo representado pelas bases epistemológicas.

Tendo em vista as bases epistemológicas da pesquisa, elegemos as seguintes categorias de análise: “mulher na filosofia”, “docência”, “Gênero” e as “memórias”. Lançando mão da primeira categoria, “**mulher na filosofia**” destacamos as filólogas na história da filosofia, da Antiguidade à contemporaneidade, bem como o Estado da Arte

evidenciando as pesquisas feitas sobre as mulheres na Filosofia no período de 2013 a 2019. Desse modo, fazemos nossas as palavras de Pacheco (2015, p. 9), ao afirmar: “Ao se falar filósofas romperemos com anos de submissão e subordinação[...]. Falar filósofas é falar em ‘revolução’ no sentido de transformação, de se mostrar indignada e revoltada com o poder estabelecido, poder este que acaba tornando a filosofia um privilégio dos homens”. E nesse contexto, a palavra filósofa torna-se restrita.

Na segunda categoria “**docência**”, apontamos as mudanças paradigmáticas que ocorreram na representação feminina que emerge do ato da mulher cuidar dos filhos, sendo levada também a cuidar da criança na escola, iniciando gradativamente a carreira e seguindo a docência até chegar ao Ensino Superior. Neste, depara-se com desafios constantes na prática docente e com experiências significativas, tanto, no espaço da sala de aula, quanto nos cursos de extensão, na pesquisa e na inovação do Ensino, tendo em vista o conhecimento que o novo docente competente deve adquirir, além das regras, dos fatos, dos procedimentos e das teorias estabelecidas pela investigação científica. Nessa perspectiva, Silva (2009, p. 31): “enuncia que o profissional competente atua refletindo na ação, criando uma nova realidade, experimentando, corrigindo e inventando através do diálogo que estabelece com essa mesma realidade.”

Ao tratarmos da terceira categoria “**Gênero**”, nos reportamos ao conceito que se contrapõe ao sexo que se delimita nas diferenças biológicas, ressaltando a existência da construção social e a respectiva história do ser masculino e feminino. Segundo Scott (1995, p. 75),

[...] o termo gênero torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres.

Dessa forma, na contextualização da história da filosofia, podemos perceber nitidamente essa abordagem na discussão das relações de poder entre homens e mulheres que explicita a construção da desigualdade existente entre eles na história das sociedades ocidentais, embora esse cenário venha sofrendo modificações no que concerne à postura das mulheres como parte da história da filosofia, que está para além dos discursos masculinos. Louro (1992, p. 57) refere que: “Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação”.

No que tange à quarta categoria, “**memória**”, como forma de pensarmos nas leituras sobre como tirar as mulheres filósofas da invisibilidade para a discussão da sua contribuição para o universo acadêmico, Chartier (2002, p. 60- 61) chama atenção para o fato de que: “[...] aos historiadores da literatura ou da filosofia, segundo a qual o sentido de um texto nele se encontraria escondido como pérolas em ostras (sendo a crítica, desse logo a operação que traz à luz do dia esse sentido oculto) [...]”.

Isso nos leva a perceber, o quanto as memórias resgatadas nos arquivos, nos fatos históricos e nos discursos femininos poderão servir de documentos históricos para registrar dados que são preciosos, para socializar aquilo que estava guardado e oportunizar à comunidade conhecer a história viva das muitas mulheres que contribuíram na construção do ensino na Universidade.

Considerando o exposto, o trabalho foi elaborado a partir de uma estrutura com cinco seções. Na parte introdutória expomos a caminhada para realização da pesquisa, justificando a necessidade do tema, bem como as inquietações que nos levaram à sua execução. Também traçamos os objetivos e as categorias da pesquisa e, por último, o recorte dos capítulos.

Na Seção dois, intitulada “Um olhar sobre as mulheres na História da Filosofia” apresentamos os discursos reproduzidos também as produções sobre as mulheres na Filosofia, pois, segundo Le Goff (1990, p. 8), a dialética da história parece resumir-se numa oposição – ou num diálogo – passado/presente (e/ou presente/passado).

Na Seção três, denominada “A presença das mulheres na Filosofia”, buscamos resgatar a construção das mulheres filósofas na História da Filosofia, desde a Antiguidade até a contemporaneidade, destacando sua contribuição no que se refere aos conceitos filosóficos.

Na Seção quatro, “Escrevendo as memórias das professoras de Filosofia”, fazemos o registro das memórias das professoras do Departamento de Filosofia, considerando a presença da mulher no Ensino Superior, destacando o Curso de Filosofia da UFMA numa perspectiva histórica, buscando compreender como se configurou o ingresso das primeiras mulheres professoras no referido Departamento, evidenciando a atuação e os desafios vivenciados por elas neste espaço, destacando seu protagonismo e as suas contribuições para a mencionada Instituição de Ensino Superior.

Nesse sentido, Le Goff (1990, p. 39) assevera: “A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica ou, melhor, a mentalidade história de uma

época”. Por fim, nas considerações finais, apresentamos as discussões dos resultados e a expectativa para futuras pesquisas.

Desejamos, assim, contribuir com produções acadêmicas que visam dar visibilidade à mulher profissional de Filosofia no cenário educacional, particularmente na educação maranhense, possibilitando um entendimento melhor sobre a contribuição feminina para a Filosofia, cujos registros são majoritariamente androcêntricos.

## 2 UM OLHAR SOBRE AS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Figura 2 - A representação das Mulheres na Filosofia.



Fonte: Fonte: Freire Filho (2020).

Evidentemente, a irrupção de uma presença e de uma fala femininas em locais que lhes eram até então proibidos, ou pouco familiares, é uma inovação do século XIX que muda o horizonte sonoro. Subsistem, no entanto, muitas zonas mudas e, no que se refere ao passado, um oceano de silêncio, ligado à partilha desigual dos traços, da memória e, ainda mais, da História, este relato que, por muito tempo, “esqueceu” as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, ou ao menos fora do acontecimento. (PERROT, 2005, p. 9).

Iniciamos a seção com a representação do desenho e da pintura com as mulheres filósofas abraçadas, focadas em um livro, que caracteriza escritos filosóficos de maneira

universal. Tais características distintas se interligam pelo pensar filosófico representando a docência da professora de filosofia acadêmica, demonstrando a proximidade da Grécia Antiga à nossa intelectualidade são-luisense que mostra construções históricas e estruturas da Grécia Antiga, berço da Filosofia.

Dessa forma, a seção visa revelar o percurso das mulheres na História da Filosofia, bem como os discursos reproduzidos sobre elas, buscando desmistificar a pretensa ausência de mulheres produtoras de saber, redimensionando assim o olhar sobre as mulheres que sempre estiveram presentes na história da Filosofia.

## **2.1 Os discursos reproduzidos sobre as Mulheres na Filosofia**

Na história da Filosofia, a mulher aparecia nos documentos como objeto de discussão destacando a natureza feminina no caráter administrativo de seus bens, na figura de esposa que cuida do marido, dos filhos e dos afazeres domésticos numa condução social esboçada pelo modelo masculinizado criado numa dominação sobre as mulheres nos espaços públicos. Por outro lado, essa mulher buscava um lugar social com participação e fala numa ratificação de articulações informais na atuação cívica, pública e políticas desde o período antigo em Atenas. Fez ciência com seus pensamentos filosóficos, buscou protagonizar em diferentes espaços na luta pela emancipação feminina por seus direitos de igualdade, liberdade e fraternidade.

Assim, ao buscarmos na história, encontramos o silêncio das mulheres resultante da tradição endógena feminina nos pensamentos e percebemos que a categorização filosófica desenvolve uma descrição da natureza que iguala à do homem, evidenciando a mulher como sexo frágil no limite da masculinização. E assim, mesmo com a invisibilidade em alguns materiais didáticos, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior, detectamos nas pesquisas que as mulheres pensaram filosoficamente, mas fizeram a filosofia calcada numa estrutura dominante escrita pelos filósofos cujo discurso masculino não a representava. Sob essa ótica, a filósofa Wuensch (2005. p. 65) problematiza as contribuições femininas na história do pensamento humano, ao enunciar:

Ouve-se falar em Sócrates, Platão, Aristóteles, mas e as filósofas? Onde estariam nessa época? Os que não conhecem muito do assunto podem até pensar que as mulheres não fizeram nada importante, entretanto, a verdade é que essa história ainda precisa ser reconstruída.

Em face ao exposto, podemos inferir que, desde a Antiguidade, as mulheres foram silenciadas como sujeitos e excluídas do papel ativo no que concerne ao desenvolvimento da

intelectualidade na filosofia ocidental, visto não serem consideradas cidadãs e sujeitas à restrição dos espaços, devido à valoração do sujeito masculino no âmbito dessa filosofia. Nessa perspectiva, Valle (2002, p. 69) evidencia que a figura do feminino “é discutida por meio de um sujeito que não é o que a representa, mas sim outro sujeito: o sujeito masculino. Mesmo assim, este discurso é sempre evitado no campo filosófico”.

Desse modo, a disposição das mulheres na filosofia foi demonstrada em dois posicionamentos pelos discursos masculinos. O primeiro traçado pela submissão, ressaltando sua natureza biológica como inferior, assim como sua capacidade intelectual. O segundo grupo de filósofos posiciona-se nas contradições passadas pelas mulheres, destacando a igualdade entre homens e mulheres. Nesse cenário, podemos contextualizar o pensamento de Kuhn (1969, p. 22), o qual ressalta que os historiadores da Ciência têm mudado suas estratégias, procurando contextualizar as descobertas, o que implica uma nova imagem da Ciência sem acumular desenvolvimentos isolados e permanentes, “ocasionando uma revolução historiográfica no estudo da Ciência”. O autor aponta ainda que podem surgir desafios ao se realizarem em experiências em outras áreas e ressalta a necessidade das diretrizes metodológicas.

Com efeito, nos reportamos aos movimentos de mulheres e feministas que começaram a despertar o “ser mulher” no campo de trabalho adentrando no espaço público, nas produções intelectuais, mas ainda gradativamente buscando ressignificar a vida delas ligada a padrões de domesticação, tais como ter um lar, com o padrão de filho e marido, assim como o cuidar do lar, do marido, dos filhos e ainda das articulações sociais, demonstrando suas habilidades técnicas ou intelectuais. Porém, à medida que a mulher foi tomando “consciência de si”, houve uma mudança paradigmática na construção sua história ao descobrir-se como enquanto ser pessoa em transformação numa sociedade. Como descrito por Ferreira (2009, p. 28):

Restituir a voz a filósofas do passado, dando-lhes visibilidade e mostrando o impacto que tiveram. Habitualmente catalogadas como discípulas deste ou daquele nome sonante, começa-se a reconhecer nelas um pensamento autónomo, expresso através dos meios em que lhes era possível divulgá-lo, quer se trate de ensaios, de tratados, ou simplesmente de cartas.

Dessa forma, durante muito tempo, no relato histórico as mulheres foram esquecidas e relegadas a um silêncio em seus registros. Silêncio este que não se ateu à historiografia, mas perpetuou no seu cotidiano, uma vez que foram invisibilizadas na esfera pública. Já no século XIX, após a cientificidade da disciplina histórica, filosófica, a narrativa centrava-se na esfera pública, ressaltando as ações políticas das figuras masculinas, mas

observamos que as mulheres continuaram impossibilitadas de atuar nos espaços públicos, ou tinham sua participação limitada (PERROT, 2005).

Conforme Schienbinger (2001, p. 21-22), em sua obra “*O feminismo mudou a Ciência?*”, as repercussões políticas nas práticas feministas decorrentes das oscilações culturais diante da inclusão e exclusão ocorreram em diferentes contextos históricos. Como consequências, delineavam a incomodidade das mulheres enquanto cientistas numa separação entre público e privado na estruturação profissional, entrecruzada na vida familiar e carreira profissional no âmbito público. A autora ressalta que, em 1950, ocorreram alterações significativas na ocupação feminina em cargos na academia científica, ganhando lugar de privilégio.

A relevância dessa questão na estruturação das relações de gênero reflete o fato de que, à luz da história, uniram-se variadas correntes, do movimento feminista, o que é sintetizado por Perrot (2007, p.159), ao explicitar que “o direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações do movimento feminista. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação e o prazer”.

Soihet (1998) evidencia que o gênero tem sido desde a década de 70, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Por outro lado, percebemos nos estudos de gênero que os autores evitam lançar as mulheres em um campo sem interlocução, uma vez que enfatizam o campo relacional entre mulheres e homens. Paris (1994), por sua vez, afirma que a luta feminista da década de 70 foi capaz de reacender o mito da mulher Amazona, causando um tumulto necessário na sociedade. Mulher essa, liberta exigente dos seus direitos, sem sujeição ao masculino, indo às ruas para reivindicar liberdade. Criou-se, então, o mito da mulher-maravilha, que, representavam as mulheres fortes e conscientes de sua situação na sociedade.

Como vemos, pensar em filosofia e gênero é revisitar historicamente o processo de construção de homens e mulheres que produziram e produzem filosofia nos espaços distintos, quer nos movimentos políticos, nas organizações não governamentais, quer na inquietação das Instituições de Ensino Superior, uma vez que se omitiram os motivos de as mulheres não aparecerem nas reflexões filosóficas contidas no classicismo da filosofia. Isso nos reporta a Ginzburg (2007, p. 271), que enfatiza:

Os afrescos historiográficos que procuram comunicar ao leitor, com expedientes muitas vezes medíocres, a ilusão de uma realidade extinta, removem tacitamente esse limite constitutivo do ofício do historiador. A micro história escolhe o caminho oposto: aceita o limite explorando as suas implicações gnosiológicas e transformando num elemento narrativo.

Todavia, existe um encandeamento do olhar filosófico na imaginação com narrativas ricamente vivas sem que estejam confrontadas pela razão humana pautada na realidade da sociedade, numa verdade intuída independentemente da cultura da época, numa análise da natureza e suas contradições por meio da Teogonia<sup>6</sup> e da Cosmogonia<sup>7</sup>. Essas relações aconteciam através das histórias contadas na vida primitiva, nas criações dos poetas aedos e rapsodos<sup>8</sup> com suas epopeias e narrativas mitológicas, que serviam como Ciência primitiva resultante das primeiras tentativas humanas de compreensão da realidade.

Nesse contexto, *Iliáda*, obra de Homero é tida a como forma indiscutível da prova da existência das primeiras civilizações. Nas personagens nelas descritas são sempre naturais e manifestam a cada instante a própria essência; denotam solidez, facilidade de movimentação e uma contextura íntima a que nada se pode comparar. Tomemos como exemplo, Penélope, que, ao mesmo tempo, é dona de casa, mulher desamparada e ignorante do paradeiro do esposo. Em face das dificuldades surgidas com os pretendentes, revela-se senhora fiel e afetuosa para servas, e ainda uma mulher inquieta e angustiada pelo cuidado com seu filho único. Em outros relatos destacamos a figura emblemática da mulher sedutora, do ser incapaz, intelectualmente dependente do homem, dotada de estratégias, mas sujeitas às determinações do nascimento dos deuses, dos titãs, dos heróis, dos homens e das coisas realçadas na representação da figura das deusas Artemis, Atena, Afrodite, Deméter, Hera, Perséfone, Pandora e Gaia.

Segundo Jaeger (2001), a epopeia grega contém o germe da Filosofia grega, revelando com maior clareza o contraste entre a concepção de mundo puramente teomórfica dos povos orientais, para a qual só Deus age, sendo o homem apenas o objeto da sua ação, e o caráter antropocêntrico do pensamento grego, visto que Homero situa resolutamente em primeiro plano o Homem e o seu destino, embora o enquadre na perspectiva das ideias mais sublimes e dos problemas máximos da vida. Dentro dessa perspectiva, Hamilton (1997, p. 9-10) nos destaca Zeus como

Aquele que esconde os casos amorosos da sua esposa, dentre elas a Hera que é personagem de comédia, uma típica mulher ciumenta. E ainda faz alusão à mulher

---

<sup>6</sup> É a doutrina sobre a origem dos deuses e, quase sempre, a origem do mundo.

<sup>7</sup> Exposição (o mais das vezes lendária ou mítica) das origens e da formação do mundo. (LALANDE, André. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.p.216).

<sup>8</sup> Na Grécia antiga, os mitos eram recitados de cor em praça pública pelos aedos e rapsodos, cantores ambulantes e poetas, como Homero e Hesíodo. Porém, nem sempre é possível identificar a autoria desses poemas, por resultarem de produção coletiva e anônima.(ARANHA: MARTINS, 5.ed. São Paulo: Moderna,2015.p. 28).

ligada à magia, numa afirmação da inexistência do homem com poderes, ficando a cargo de duas mulheres Circe e Medeia que tinham poderes terríveis e sobrenaturais de bruxas na beleza inigualável da juventude.

Ártemis, por sua vez, era filha de Zeus e Leto, gêmea de Apolo, e conhecida como Deusa da caça. Ela era uma das três deusas virgens do Olimpo, considerada a senhora das coisas selvagens e caçadora-chefe dos deuses, num ofício diferenciado para mulheres, e não permitia que a armada partisse sem sacrificar uma virgem. Servia como guardiã de todas as espécies de animais e incluindo também do caçador. Tinha domínios desde os bosques, passando pela floresta até chegar ao mar.

Ártemis era considerada uma guia para os pescadores, mas, também era uma deusa contraditória que protegia ou punia. Por essa razão, seria uma reguladora da fronteira entre a cultura e o selvagem. Além disso, representava a reclusão, outra característica que a ligava aos pescadores e sua invisibilidade social. (JAEGER, 2001, p. 112).

Já a paraninfa Themis é tida como uma das deusas originais da cosmogonia grega, filha de Urano e Gaia, irmã de Zeus que permanece atualmente como valor simbólico da Justiça. Outra mulher que podemos destacar nos relatos míticos é a sacerdotisa Diotima, que, em diálogo com Sócrates, relata a origem e a natureza de Eros, no decorrer de uma festa em honra ao nascimento de Afrodite (deusa do amor e da beleza que a todos seduzia). Conta que Penia (a pobreza) ao deitar-se ao lado de Poros (a riqueza) concebeu Eros, que simboliza a oscilação entre o possuir, e o não possuir numa busca incessante do que se deseja ter.

Aggio (2017) aponta Ismena, personagem da peça *Antígona*, de Sófocles, incitada por sua irmã, Antígona, a dar uma sepultura digna ao seu irmão Polinices. Apesar da proibição imposta pelo rei Creonte, lhe responde que não irá fazer a transgressão do édito dos soberanos ou do seu poderio. Ao contrário, conforme complementa Ismena, é necessário trazer a lembrança de que nascemos para sermos mulheres e não para combater com os homens. Em Henriques (2010, p.12), encontramos a “conceptualização do feminino e das mulheres no respeitante, por exemplo, à configuração da força, da coragem e da convicção, como é o caso de Antígona, ou da possibilidade das filósofas-rainhas, como é proposto em a *República*, de Platão”.

Diante do exposto, podemos perceber o arquétipo feminino presente nas primeiras civilizações gregas por meio das narrativas míticas, desenhando papéis que buscam retratar a simbologia da força e delicadeza. Além disso, o lugar social conquistado pelo casamento e pela luta da liberdade, evidenciando a ousadia do pensar num caráter mágico, no cuidado pelo amor e na espera do ser amado. E ainda o uso da sabedoria diante dos desafios na busca pela liberdade e independência para além do casamento.

Todavia, no período da filosofia surgente, com as reformas da legislação na pólis, destacava-se o poder da oratória através da qual o cidadão tinha direitos que perpassavam a garantia da isonomia (igualdade perante a lei) e isegoria (igualdade do direito à palavra). Com essa expressão se instaurou a política numa consolidação da democracia direta com a participação dos homens livres. Nesse processo havia os sujeitos excluídos: escravos, mulheres e estrangeiros. A exclusão feminina no espaço da Democracia no período grego é registrada quando os autores evidenciam que as mulheres eram excluídas da participação nas leis.

Nessa perspectiva, no espaço público havia uma demarcação na mudança de categoria de cada sujeito, e os rituais serviam como demonstração dessa vida coletiva. Assim, as mulheres eram tidas como aquelas que se encontravam nas práticas ritualistas, demarcando a presença feminina nos momentos de *status* social, na sua inserção desde a infância nos atos cívicos, na apresentação à sociedade das mulheres virgens atenienses prestes ao casamento, bem como no seu papel de esposas legítimas como acompanhantes de seus esposos e na paz conduzida pelas atividades religiosas conduzidas por elas. Dessa maneira, os filósofos iam colocando-as como “sujeito” que tinha virtudes que determinavam submissão e astúcia demoníaca nas suas variadas atividades (LESSA, 2004).

Ademais,

Entre as mulheres letradas que são possíveis encontrar na Grécia Antiga contam-se algumas mulheres filósofas, nomeadamente as que, na época helenística, gravitaram em torno da escola filosófica neopitagórica. O indício mais importante de tal atividade provém de uma coleção de cartas helenísticas que abordam várias questões éticas e práticas relacionadas com as tradicionais preocupações das mulheres (o cuidado das crianças, a forma de lidar com os escravos, a conduta virtuosa para com o marido etc.). (PORTELA, 2012, p.142).

Ainda, no período clássico convém destacar Xântipe, esposa de Sócrates, a quem Fonseca (2011, p. 313), assim se refere: “Essa mulher, digníssima esposa de Sócrates, não só o incentivou na filosofia, mas o acompanhou como intemerata e amorosa esposa até à sua morte, arrancando-lhe o cálice de cicuta das mãos...”. E, no diálogo de Ménon, sinaliza num dos tópicos Sócrates indagando seu interlocutor Ménon sobre o conceito de virtude. Em Marcondes (2010, p.45), iremos encontrar “a virtude com Ménon que a da mulher era facilmente descrita como boa dona de casa, cuidadosa com seus pertences e obediente ao marido”.

De acordo com Jaeger (2001, p. 815), Platão concebia assim a mulher frente à sua época:

Platão acredita na capacidade da mulher para cooperar criadoramente na vida da comunidade, mas não é onde parece que devia buscá-la, na família, que ele procura esta cooperação. Não partilha a opinião dominante no seu país, segundo a qual a mulher é destinada pela natureza exclusivamente a conceber e a criar

filhos e a governar a casa. [...] reconhece que a mulher é em geral mais fraca do que o homem.

Por outro lado, Platão (428/427 a.C. 348/347 a.C.) discute sobre a organização social e política na obra República e nas Leis sobre a superioridade dos homens, mas deixa claro que existem algumas mulheres melhores que muitos homens e que deveria dar-se às mulheres a possibilidade de usufruírem de uma educação capaz de torná-las possíveis governantes da cidade.

Em Aristóteles (384 a.C. 322 a.C.), filósofo estagirita a discussão da virtude da mulher é interligada à técnica doméstica, diferenciada do homem. Numa analogia à aranha, remete a mulher, conforme a historiografia contemporânea, ao papel a ela reservado na tecelagem, à atitude enquanto partícipe do grupo e como praticante de caça. Para ele, entre os cidadãos da Pólis há de se falar na honra, no mérito e na justa distribuição. Com isso, as relações domésticas, entre os gregos, são tanto as do lar, do marido para com a mulher, do pai para com os filhos, como do senhor para com o escravo. A tais relações ele nomeia de poder marital, poder paternal e poder despótico. Sobre o despotismo do senhor para com o escravo, distingue duas formas: a servidão natural e a convencional, haurida da lei ou da tradição de fazer da presa de guerra um escravo, ainda que originalmente tal pessoa tenha sido livre.

Em Mascaro (2013), iremos encontrar o pensamento de Aristóteles que evidencia a submissão feminina, ao afirmar que a justiça em proporção ocorre entre os semelhantes e os cidadãos

Aristóteles, com isso, afasta os escravos, os filhos, as mulheres, do âmbito de aplicação do justo. São do lar, submissos ao senhor, ao pai de família, e, portanto, não estão na arena dos iguais. A justiça se mede, para Aristóteles, entre os cidadãos da polis. Entre tais há de se falar na honra, no mérito, na justa distribuição. (MASCARO, 2013, p. 87).

Dessa forma, Aristóteles retrata a mulher como desvio necessário da natureza na sua imperfeição, pela capacidade do exercício da essência da humanidade, da deliberação sem voz, fazendo do adorno o silêncio de mando ou autoridade. Assim, faz a diferença entre o escravo e a mulher, no que se refere ao escravo, que não tem em absoluto, faculdade deliberativa, evidenciando a mulher como possuidora sem autoridade. Além disso, ele salienta o corpo feminino como dotado de um cérebro menor, em razão de um impedimento no desenvolvimento da capacidade racional e intelectual da mulher.

No período medieval, a mulher se destaca no Sagrado e no Profano, numa díade de Santa ou Prostituta, ou seja, pura ou demônio. Então sua voz se encadeia pela cama ou pela meditação. Nas leituras acerca da vida do homem e da mulher no referido período,

encontramos os parâmetros da convivência individual e coletiva que perpassa pela análise bíblica. Nesse contexto, pontuamos o filósofo Agostinho, em sua obra *Confissões*, que aponta a mulher como ser humano pecador e a coloca como submissa ao homem, o qual ela levou ao pecado. E Tomás de Aquino declara que a mulher é um ser “ocasional”, o que é uma maneira de afirmar, numa perspectiva masculina, o caráter acidental da sexualidade.

Vale salientar ainda que,

No século XV, houve na Europa dois surtos de perseguição à bruxaria. O primeiro, entre 1450 e 1520, aproximadamente. A perseguição retoma fôlego a partir de 1560 e adquire proporções espetaculares. Trata-se da grande Caça às Bruxas, que atinge seu auge entre 1600 e 1650. Sua história coincide com a do crescimento e consolidação dos estados modernos, com a Reforma e a Contrarreforma e com a Revolução Científica. Uma verdadeira obsessão pela bruxaria e pelas forças demoníacas toma posse da imaginação de uma grande parte dos homens desse período. (TOSI, 1998. p. 372).

No período moderno, séculos XVI e XVIII, os filósofos procuravam uma justificativa racional para a existência das sociedades humanas e a criação do Estado, buscando algumas problematizações referentes à natureza do ser humano e a legitimação do poder. A esse respeito, somos levadas a perceber as mulheres nas relações de gênero repensando a natureza feminina, a educação na família, o reflexo de uma boa educação na casa paterna, que se torna possível mediante meios privilegiados, ressaltando a necessidade de um sistema de educação pública.

Diante disso, os filósofos contratualistas enfatizam a desigualdade de gênero, ressaltando a exclusão das mulheres na política e ainda sujeitas ao domínio do poder masculino, desconsiderando sua autonomia, liberdade e igualdade necessárias nas relações existentes. Em Morin (2014), encontramos o esclarecimento da atuação das mulheres na Revolução Francesa, quando este expõe que existiam as mulheres virtuosas e as perigosas. As do primeiro grupo, denominadas de “as mães republicanas”, preparavam a futura geração de patriotas, enquanto as outras, consideradas perigosas eram militantes que denunciavam a incompetência e corrupção dos governantes e buscavam a punição desses traidores do povo. Com certeza, no século XVIII ocorreu uma mudança epistemológica no que tange ao despertar acerca do papel social das mulheres e a necessidade de uma educação mais igualitária, objetivando a mudança de postura de inferioridade delas em relação aos homens.

Locke (1632-1704), na sua obra intitulada *Segundo Tratado Sobre o Governo*, inicia sua discussão sobre o poder político, afirmando:

[...] o poder de um magistrado sobre um súdito distingue-se do pátrio poder sobre os filhos, do senhor sobre seus servos, do marido sobre a mulher, e do nobre sobre o escravo. [...]. Entendo, pois, por poder político o direito de elaborar as leis [...] no

intuito de regular e conservar a propriedade, e de utilizar a força da comunidade para garantir a execução de tais leis e para protegê-la de ofensas externas. E tudo isso visando só ao bem da comunidade. (LOCKE, 2011, p.14).

Dessa maneira, descreve a mulher como subordinada ao marido na relação conjugal, destacando o contrato social como manutenção dos direitos pré-existentes. O filósofo em questão também indica a educação das futuras mães para serem boas instrutoras dos filhos (TOSI, 1998). Ele preserva o discurso jurídico enfatizando o direito no contrato do casamento, mediante o qual as mulheres alienam seus direitos, assim como o fazem os trabalhadores assalariados no contrato de trabalho dando margem à racionalidade inferior que resulta na inabilidade para a participação na vida pública.

Rousseau (1712-1778), na sua obra *Emílio*, editada em 1762, aponta a Educação no seio familiar, afirmando o que esta deve ser dada tanto ao homem, Émile, como à mulher, Sophie, destinada a se tornar sua esposa e mãe dos filhos do casal. Dessa forma, no Livro V de sua obra *Emílio ou Da Educação*, encontramos:

[...] toda a educação das mulheres deve ser feita com relação aos homens. Agradá-los, ser-lhes úteis, fazer-se amar e estimar por eles, educá-los quando jovens, cuidá-los quando adultos, aconselhá-los, consolá-los, fazer-lhes a vida agradável e doce: esses são os deveres das mulheres de todas as épocas e o que deve lhes ser ensinado desde a infância. (ROUSSEAU, 1968, p. 144).

O filósofo Rousseau também apresenta, no referido Livro, a categoria mulher como “belo sexo”, e seu discurso evidencia que na união do casal os parceiros se manifestam de modo diferente, defendendo que a mulher foi feita para agradar ao homem (LINO, 2008 p. 13). Como descrito por Soëtard (2010, p. 21) acerca de Rousseau: “A mulher é feita especialmente para agradar ao homem”. Portanto, deve ser educada conforme os deveres de seu sexo, evitando a busca de verdades abstratas ou especulativas, limitando-se à gestão doméstica e às tarefas do lar.

O diálogo de Emílio, de Rousseau, descreve as mulheres na sua criação e, desde cedo, a necessidade de restrição a dos seus desejos para evitar o conflito consigo mesmas. Também retrata a utilidade das mulheres, para que não se habituem à liberdade porque devem ser submissas aos seus maridos ao longo da vida. No que diz respeito as relações de gênero, percebemos nessa obra a discussão relativa à educação da mulher e do homem quanto à diferenciação natural acerca do espírito da mulher observadora e da genialidade do homem na sua racionalidade.

Em “O Contrato Social”, Rousseau (1762) teoriza a política destacando o governo e os direitos dos cidadãos, porém as mulheres não foram inseridas na igualdade perfeita. Neste contexto, destaca as mulheres como beneficiadas apenas se os homens destas se

beneficiassem com algo, ou seja, se os homens fossem envolvidos por questão moral que envolve a liberdade, a igualdade e a fraternidade poderiam então, tratá-las melhor.

Observamos, pois, nos escritos de Rousseau a inferioridade atribuída à mulher como fundamento da natureza e da razão. Assim ela é iniciada, desde cedo, à inclinação natural ao coquetismo, como forma de agradar ao esposo por meio de sua beleza. E ainda, deveria desenvolver as habilidades domésticas, com tarefas do lar condizentes com os trabalhos do seu sexo, restringindo-se ao espaço privado, guardando a cabana e os filhos, enquanto os homens buscam a subsistência para todos.

O filósofo Hume (1711-1776), nos seus escritos, relata que o indivíduo humano, enquanto espécie, desenvolve suas ideias acima das diferenças existentes entre os sexos e faz a proximidade dos seres. Nesse sentido, faz uma abordagem sobre a natureza humana e não da natureza do homem. Ou seja, para eles ambos os sexos possuem as mesmas potencialidades. Porém, filósofo assevera que,

Como a natureza deu ao homem superioridade com relação à mulher ao dotá-lo com maior força mental e corporal, faz parte dele atenuar essa superioridade, o máximo possível, pela generosidade de seu comportamento [...]. Nações bárbaras expõem essa superioridade, reduzindo suas fêmeas à escravidão mais abjeta, ao confiná-las, violentá-las e vendê-las. Mas o sexo masculino, entre os povos educados, descobre sua autoridade de uma maneira mais generosa, porém não menos evidente. (HUME, 1999, p. 297).

Gaspar (2009, p. 22) ressalta o pensamento de Hume (1711-1776) acerca da relação de gênero “numa perspectiva igualitária: homens e mulheres têm vontade de domínio e, para prová-lo, utiliza a lenda das *Scytias* que teriam mesmo sacrificado a vaidade de serem admiradas pelos homens a essa vontade de poder, cegando-os, para melhor os conseguirem dominar”.

Nessa perspectiva, Hume descreve a natureza humana do indivíduo enquanto espécie, destacando as mesmas potencialidades existentes nos sexos masculino e feminino. E quanto à educação das mulheres, ele declara que elas, no progresso das artes e ciências, deveriam ser preservadas na sensibilidade para a apreciação do gosto pelas obras e que poderiam se expressar e não ficarem passivas diante das suas análises. Ele destaca a relevância dos papéis das mulheres nos salões franceses enfatizando que na República das letras o belo sexo feminino, além de metas organizadoras de reuniões, deixando clara a soberania no mundo da conservação, são detentoras de sensibilidade nas obras literárias e na boa convivência, construindo um ideal crítico e moral.

Sob a ótica Kantiana (1724-1804), a mulher compreende o que quer que seja por meio de sensações, à medida que permanecer o mais próximo possível do comportamento do seu belo sexo e do belo e do sublime. Nisso se destaca, sufoca os traços que são próprios a seu

sexo; e, não obstante dela façam, por sua singularidade, objeto de uma fria admiração, ao mesmo tempo enfraquecem os estímulos por meio dos quais exerce seu grande poder sobre o outro sexo. Como exemplo disso, cita a marquesa de Châtelet, que “travou disputas profundas sobre a mecânica” e a senhora Dacier, que teve a cabeça entulhada de grego e diz que para esses tipos de mulheres “pode mesmo faltar uma barba, pois com esta talvez consigam exprimir melhor o ar de profundidade a que aspiram (KANT, 1993).

Em Lino (2008 p. 19) encontramos o discurso de Kant acerca da natureza feminina “através das qualidades do belo, expresso de forma inata por tudo que é portador de beleza”. E com esse discurso sobre a mulher bela, coloca-se e evidencia que ela não deveria estar estudando filosofia, uma vez que a referida beleza não combina com a filosofia, pois sua sabedoria vem do sentimento. Assim, no eu modo de pensar, o belo sexo corre o risco de ficar feio, chato, enfadonho. Aquela que se propõe pensar estaria destinada à mal visto solteirice e ao chegar à velhice lhe ocorrerá um sofrimento, pois ficará perdida a definição da sua beleza.

Ademais, os filósofos não ignoraram tal distinção e foi a partir do seu olhar que se estabeleceu o cânon, a norma, melhor dito, a escolha de um polo dominante e regulador, susceptível de gerir a oposição em causa. Porém, apesar das óbvias diferenças biológicas, há uma homogeneidade entre os comportamentos femininos e masculinos. Para quem segue esta linha, as diferenças psicológicas, linguísticas, morais, ou outras, são socialmente construídas, decorrendo do gênero e não do sexo.

De Jaucourt (1704-1779) descreve em seu texto o estatuto da mulher, fêmea do homem, numa perspectiva do direito natural, que torna a mulher propriedade do marido com o objetivo de manter associação social, procriação e conservação da espécie; pai e mãe como contribuição na realização do fim natural do governo pertencente a outro numa submissão feminina (DUBY; PERROT, 1991).

Hegel (1770-1831), entretanto, teria sido infiel a seu delírio racionalista asseverando que as mulheres são passíveis de educação, mas não são feitas para atividades que demandam uma faculdade universal, tais como as ciências mais avançadas, a filosofia e certas formas de produção artística. As mulheres podem ter ideias felizes, gosto e elegância, mas não podem atingir o ideal (HEGEL, 2010, p. 37). Na sua ótica, a mulher pode ser educada, mas sua mente não é adequada às ciências mais elevadas, à filosofia e a algumas das artes. O filósofo destaca ainda a existência de uma hierarquia do homem à frente dos outros pertencentes à família, e com isso conceitua essa instituição como pessoa jurídica na qual o homem é o representante enquanto chefe, tendo em vista a sua “natureza provedora”.

Nietzsche (1844-1900) salienta a inclinação das mulheres como algo de errado

no que diz respeito à sua sexualidade ao passo que, a mulher inspira na sua naturalidade o respeito e o medo, diferenciando-se do homem que segue a linha de predador na selvageria interior num vacilo de desejos e virtudes. E em sua obra intitulada “Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro”, o referido autor afirma que “a mulher quer fazer-se independente e para começar quer mostrar aos homens o modo de ser da ‘mulher em si’, este é um dos mais odiosos progressos do embrutecimento da Europa.” (NIETZSCHE, 2019, p. 232-233). Do mesmo modo, no que concerne à habilidade da mulher na cozinha, o filósofo faz a seguinte crítica:

A estupidez na cozinha; a mulher como cozinheira; a ausência manifesta de pensamento com que é efetuada a alimentação da família e do dono da casa! A mulher não entende o que significa a comida, e quer ser cozinheira! Se a mulher fosse uma criatura com capacidade para pensar, teria encontrado, sendo cozinheira, já há milhares de anos, os maiores factos fisiológicos e poderia ter-se apoderado da arte da medicina! Através de más cozinheiras, através da completa falta de razão na cozinha, o desenvolvimento do homem foi, durante muito tempo, retardado e prejudicado da pior maneira: hoje, as coisas não estão muito melhor. Um discurso para alunas de colégio. (NIETZSCHE, 1996, p. 193).

Nietzsche acompanhava a vida cultural na França e identificava as mulheres que eram escritoras como perigosas e queriam se emancipar na luta pelas igualdades de direitos. Em seu julgamento, a igualdade de cidadãs perante a lei não passava de fórmulas forjadas por quem precisaria somar força para subsistir na luta. Ao examinar essa atitude da mulher, ele salienta que elas são masculinizadas, longe de serem independentes, pois suas peculiaridades desafiaram a sua feminilidade; um mau gosto na corrupção de seus instintos, longe de contribuir para sua emancipação.

A propósito, Schopenhauer (1768-1800) declara a mulher como um ser potencialmente portador de uma nova vida, numa possibilidade de renovação dos infundáveis, com sua miopia intelectual, dedicando-se à arte de sedução do homem. Mais ainda: “As mulheres são apropriadas para serem as babás e educadoras da nossa primeira infância, precisamente porque elas mesmas são infantis, triviais, de vista curta, numa palavra, durante toda a vida são crianças grandes, uma espécie de intermediário entre a criança e o homem, que é o humano propriamente dito (SCHOPENHAUER, 1988, p. 527).

As reflexões de Schopenhauer sobre as mulheres retrata o amor sexual na afirmação da vontade de vida diante dos sofrimentos delineando a consciência moral intranquila na conduta. E na sua discussão declara que a mulher possui razão mais débil, dando-lhe uma conotação de “miope intelectual”, uma vez que é aguçado o entendimento intuitivo na proximidade com redução no círculo visual perdendo o foco quando distanciado do seu olhar.

Stuart Mill (1873-1806) foi um dos pioneiros na defesa da emancipação feminina pela garantia dos seus direitos, destacando-lhe plenos direitos à propriedade pelo voto. Sua investigação sinaliza o retrocesso ocorrido no século XIX, considerando a ascensão da razão no período histórico anterior, no qual se considerava a naturalização da inferioridade da mulher um *álibi* para a manutenção do poderio dos homens. Nessa perspectiva, o filósofo destaca:

Se alguma vez se tivesse conhecido uma sociedade de homens sem mulheres, ou de mulheres sem homens, ou se tivesse existido uma sociedade de homens e mulheres em que estas não estivessem sob o controle daqueles, teria sido possível adquirir algum conhecimento preciso acerca das diferenças psicológicas e morais eventualmente inerentes à natureza de cada um. (MILL, 2006. p. 71-72).

Mill (2006) considerava um dano as diversificadas delimitações das mulheres nos espaços sociais, declarando que o poder masculino sobre as esposas desperta a violência, a tirania e a mesquinhez. Com isso, em sua defesa pela emancipação das mulheres propõe uma conexão no nível intelectual das mulheres com seus cônjuges, pois esta aprimora o relacionamento dos dois.

Em suma, destacamos *a priori* a representação feminina presente na mitologia através das epopeias que caracteriza a mulher, sobretudo, no aspeto do recato, da sedução. Em seguida, na Antiguidade, houve uma pluralidade de ideias acerca da distinção do papel das mulheres na domesticação da virtude dos cuidados do lar, como mães, esposas, numa integração social na Pólis, sendo desenvolvida por elas o *téchne*, consistindo a educação feminina na aprendizagem das tarefas domésticas. Mas as esposas atenienses eram consideradas disseminadoras de informações; adquiriam um lugar primordial na comunidade, na medida em que a divulgação das informações poderia repercutir na fama, vida social associada à circulação de informações sobre indivíduos e suas famílias no interior da comunidade (LESSA, 2004).

Na era moderna nos deparamos com uma abordagem sobre natureza feminina no que se refere ao discurso acerca das desigualdades civis e políticas, desde o voto até à submissão ao homem. E por se tratar de um período de esclarecimento, é deixado claro pelos filósofos que as mulheres não têm como se manifestar pelo pensamento, sendo-lhes atribuído o ofício próprio da sua natureza. Também se discutiu a natureza do feminino, do belo sexo, da intelectualidade, estabelecendo-se um diálogo entre os filósofos sobre a luta pela igualdade, a submissão das mulheres. No entanto, no que diz respeito à luta das mulheres pelo voto e pela emancipação, esta era criticada por alguns filósofos e apoiada por outros.

O que percebemos, é que as mulheres na filosofia foram silenciadas por muitos séculos, e quando apareciam, eram representadas pelo discurso tipicamente sexista, que as colocava no viés de inferioridade em relação aos homens, que ratificavam sua natureza com conotações de belo sexo, de submissão, domesticação e com fragilidade no pensar. Apesar disso, constatamos que as mulheres sempre existiram na Filosofia, quer nos discursos masculinos sobre a natureza feminina quer no protagonismo delas, com seus próprios discursos, conforme veremos nos capítulos a seguir.

## 2.2 Produções sobre as Mulheres na Filosofia

Nesta subseção, visamos revelar o percurso das mulheres na História da Filosofia, destacando alguns Grupos de Estudos e Pesquisas que defendem a mulher no campo filosófico e as produções científicas sobre sua presença nesse campo. Assim, para conhecer outros enfoques de pesquisadores e pesquisadoras que despertaram na mesma perspectiva dos olhares que se entrecruzam sobre as mulheres na filosofia, utilizamos a metodologia “Estado da Arte”.

A pesquisa de Estado da Arte possibilita construirmos o caminho a partir do que já foi produzido, com referência ao que pesquisamos, conhecendo o que já foi disponibilizado sobre o tema relevante para o universo da pesquisa, uma vez que este já foi discutido, corroborando com pesquisas anteriores, acrescentando novas perspectivas, e demonstrando outras possibilidades de estudo.

Diante disso, perspectiva, a etapa desta sistematização da produção nos possibilita a construção do problema de pesquisa, ao investigar a temática, considerando olhares entrecruzados, numa relevância para a fundamentação teórica e interpretação dos dados, conforme demonstraremos adiante por meio dos resultados encontrados.

Consideramos importante destacar que muitas os pesquisadoras e pesquisadores que tratam da Mulher na Filosofia têm promovido, em Universidades, Grupos de Estudos e Pesquisas sobre o assunto a abertura de espaços científicos para discussão. A exemplo:

O Grupo de Escrita de Mulheres na Filosofia - GEMF<sup>9</sup>, da Universidade Federal de Mato Grosso, criado em agosto de 2015, voltado para as mulheres na Filosofia criada por pós-graduadas, pesquisadoras de pós-doutorado e professoras de Filosofia, com o intuito de apoiar mulheres na área. A preocupação deste Grupo é a ausência das mulheres dentro da academia, ressaltando as dificuldades que enfrentam para seguir a carreira;

O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Filosofia Medieval “*Principium/CNPQ*”, da

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://sites.google.com/view/gemf>. Acesso em: 25 jan.2020.

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)<sup>10</sup>, cuja Linha de Pesquisa é “Mulheres na Filosofia”, objetiva mostrar a produção filosófica significativa feita por mulheres na História da Filosofia.

O Grupo de Estudo sobre Democracia e a Questão de Gênero<sup>11</sup>, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, busca identificar as condições que conduzem à perpetuação das injustiças e de uma lógica de dominação necessariamente masculina e masculinizada, que a pretexto de desconstruir os discursos que se dizem democráticos, contribuem para o reforço do *status quo* de injustiça, desigualdade e discriminação.

Em vista disso, a investigação em várias produções possibilitou-nos um olhar amplo do objeto, fundamentado na perspectiva de vários pesquisadores. No que concerne a produções que retratam a mulher na Filosofia, também buscamos alguns dados no site oficial da Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia (ANPOF). Neste foi possível localizar a entrevista feita pela doutoranda em Filosofia Política (Unicamp) e jornalista da referida Associação, Nádia Junqueira Ribeiro, com Ruth Hagengruber, diretora do Centro de História de Mulheres Filósofas e Cientistas de Paderbor, na Alemanha, quando esteve no Brasil, na I Conferência Internacional de Mulheres na Filosofia Moderna, ocorrida no Rio de Janeiro em junho de 2019.

De acordo com a síntese da entrevista, intitulada “As mulheres sempre existiram na Filosofia”, Ruth Hagengruber defende o papel determinante de mulheres na História da Filosofia, e que elas influenciaram o desenvolvimento do pensamento filosófico e científico de diversas maneiras no decorrer da história. Na entrevista, a filósofa destaca a necessidade de buscá-las em pesquisas, e o caminho é rever as falhas metodológicas para torná-las conhecidas para além dos discursos sexistas dos filósofos. A entrevistada evidenciou a relevância de irmos às fontes para descrever os olhares diferenciados sobre o mundo.

Hagengruber sugere que o lastro filosófico e político para dar visibilidade às mulheres seria ministrar disciplinas a ler sobre filósofas feministas, dentre as quais: Angela Davis, Judith Butler, Seyla Benhabib. Assim, oportunizar a percepção dos seus modos de pensar e fazer filosofia, que foram construídos no contexto de uma cultura filosófica que privilegia certo modelo de sujeito que parece neutro (um “universal”), mas é o estereótipo do masculino. Nessa perspectiva, convém registrar que a disciplina “Mulher e relações de gênero”, ministrada no Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da UFMA, contempla em uma de suas unidades o estudo sobre a presença das

<sup>10</sup> Disponível em: <http://nucleos.uepb.edu.br/principium/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 25 out.2020.

<sup>11</sup> Disponível em: [www.estudosdemocraticos.com.br](http://www.estudosdemocraticos.com.br). Acesso em: 12 de fev. 2010.

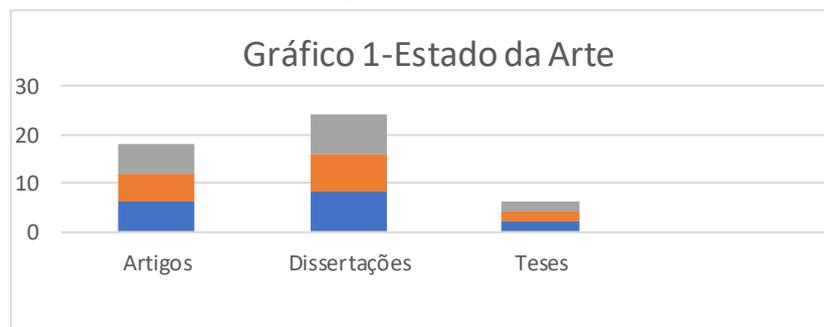
mulheres na filosofia.

Os argumentos de Ruth Hagenruber referendam a necessidade de buscarmos produções científicas sobre a mulher na filosofia, para conhecer outros posicionamentos de pesquisadores que se inquietaram na mesma linha de defesa das filósofas. Para tanto, utilizamos o “Estado da Arte”, verificado em pesquisa no Banco de Dissertações e Tese da CAPES, com o levantamento dissertações e teses concluídas no período de 2013 a 2019, objetivando saber o que e o quanto tem se pesquisado sobre os descritores “mulher na filosofia”, “mulheres filósofas”, “filósofas”, “mulheres professoras de Filosofia”, a fim de sistematizar os resultados da análise dessas categorias.

Também buscamos fazer uma análise de artigos, dissertações e teses produzidas, disponíveis em Periódicos e no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, Repositório Institucional da UNB-Brasília, Biblioteca Digital da USP, Repositório Institucional (RI) da UFBA. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFMA, na busca por todo o repositório, dos descritores mulheres filósofas: Filósofas e Mulheres na Filosofia, não conseguimos localizar produções com os descritores da pesquisa Mulheres na Filosofia e Filósofas, mas encontramos um trabalho no descritor mulheres no Ensino da Filosofia.

Iniciamos pela leitura dos resumos e objetivos das referidas produções para, em seguida, lermos os trabalhos na íntegra. Após o resultado dessas buscas, encontramos 16 (dezesseis) trabalhos que se relacionam à temática da mulher na Filosofia e filósofas, sendo: 6 (seis) artigos, 9 (nove) dissertações e 2 (duas) teses, conforme demonstrado no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 – Quantidade de Artigos, Dissertações e Teses



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Visando organizar os dados coletados e facilitar a visualização para análise dos resultados, separamos estes por grupo de artigos, dissertações e teses, sobre os quais passamos a discorrer.

A partir do Quadro 1 – Produções de artigos acadêmicos: Revista do Sapere Aude, Revista Eletrônica de Humanidades - PRCS da UNIFAP, Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia-ANPOF (Coleção XVII Encontro) São Paulo, Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade; Publicação semestral do Departamento de Filosofia – FFLCH-USP entre os anos de 2013 a 2019, fizemos a análise individual dos pesquisadores. Vejamos, no Quadro 1, a apresentação dos artigos.

Quadro 1 - Produções de artigos sobre as Mulheres na Filosofia

<b>Autor (a)</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódicos/Instituição</b>
Maria Aparecida Souza Oliveira	Sujeição, Costume e Sentimento como manutenção da servidão feminina: Stuart Mill e a sujeição das mulheres.	2013	Revista do Sapere Aude do Departamento de Filosofia-Programa de Pós- Graduação de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Magda Guadalupe dos Santos	O traço do gênero no âmago da intertextualidade e o caráter mimético de Antígona: um diálogo entre Beauvoir, Derrida e Butler.	2013	Revista do Sapere Aude do Departamento de Filosofia-Programa de Pós- Graduação de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Alzira Marques Oliveira, Delson de Souza Botelho, Diliene da Silva Nogueira e Gilmar Pereira Gonçalves	Trajetória das Mulheres no Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012	2014	Revista Eletrônica de Humanidades - PRCS da UNIFAP. Universidade Federal do Amapá –UNIFAP/ Curso de Ciências Sociais/ Departamento de Pós-Graduação.
Juliana Ortegosa Aggio	Por que falar do tema da mulher na Filosofia?	2017	Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia -ANPOF (Coleção XVII Encontro) São Paulo.
Flávio Henrique Firmino	Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”	2017	Rev. Bras. Psicol. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan. /jun. 2017. ISSN: 1413-2060.
Yara Frateschi	Juízo e Opinião em Hannah Arendt	2019	Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade. Publicação semestral do Departamento de Filosofia – FFLCH-USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Cidade de São Paulo/Departamento de Filosofia /Coordenação de Pós-Graduação.
Benjamim Brum Neto	Judith Butler leitora de Walter Benjamin: para uma crítica das políticas progressistas e identitárias.	2019	Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade. Publicação semestral do Departamento de Filosofia – FFLCH-USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo /Departamento de Filosofia /Coordenação de Pós-Graduação /

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ao analisarmos o Quadro 1, destacamos as Produções de 7 artigos, entre os anos de 2013 e 2019. Observamos que a maioria é de autoras femininas que se empoderaram com os olhares da pesquisa de outras mulheres como referências para suas pesquisas. E apenas 1 (um) autor masculino. Outro ponto que destacamos refere-se à carreira docente, considerando as narrativas de mulheres na Universidade. Além disso, detectamos as mulheres filósofas desde a sujeição ao masculino até a emancipação do pensamento feminista na Filosofia. Observamos também que na região Centro-Oeste foram encontradas mais pesquisas sobre a temática.

O artigo “*SUJEIÇÃO, COSTUME E SENTIMENTO COMO MANUTENÇÃO DA SERVIDÃO FEMININA: Stuart Mill e a sujeição das mulheres*”, de autoria de Maria Aparecida Souza Oliveira (2013), a autora destaca a obra com o objetivo de despertar a possibilidade de pensar o questionamento do filósofo quanto à causa da sujeição das mulheres imposta pelos homens e a aceitação desta condição por parte delas. Sendo assim, ela coloca sua impressão a cerca da condição das mulheres perante o gênero masculino, enfatizando as encontradas na contemporaneidade, evidenciando pontos de convergência entre os gêneros (masculino x feminino) na relação do trabalho, nas ocupações em cargos públicos, nas publicações editoriais, nas Ciências, na Política, até mesmo na Filosofia. Para tanto, a autora utiliza-se de duas formas de abordagem para tratar de duas questões: a primeira é apresentada pela analogia feita pelo filósofo com outras formas de escravidão, e a segunda questão retrata a servidão dos sentimentos. Ressalta que Mill atentava para o fato de que, apesar de o mundo ter avançado muito até aquele momento para a libertação de povos escravizados, as mulheres continuavam sendo subjugadas e oprimidas pelo sexo oposto. Ou seja, as mulheres continuavam sendo vistas como seres inferiores e sem autonomia, não só no âmbito público, mas também no âmbito privado. Enfatiza ainda a possibilidade de pensar o questionamento desse filósofo quanto à causa da sujeição das mulheres pelos homens e a aceitação desta condição, uma vez que ele dizia que as mulheres teriam como “natural” as posições que lhes eram dadas.

O artigo “*O TRAÇO DO GÊNERO NO ÂMAGO DA INTERTEXTUALIDADE E O CARÁTER MIMÉTICO DE ANTÍGONA: um diálogo entre Beauvoir, Derrida e Butler*”, cuja autora é Magda Guadalupe dos Santos (2013), esta busca analisar a obra trágica Antígona. Nesse sentido, ela examina a dimensão ambígua da lei, enquanto uma possibilidade de traduzir não apenas o impacto de uma força que transforma e institui, mas que possa implicar “uma falha, uma queda, uma falta, até mesmo um crime” na perspectiva de Derrida. Chama atenção para as teses levantadas por Beauvoir e por Butler, que ressaltam atos performativos de linguagem, levando-nos a refletir sobre as bases morais de uma cultura

histórica e de um modelo político como o da figura feminina em seus moldes críticos de representação. Portanto, a releitura de Antígona possibilita o confronto da tríade interpretativa que pressupõe a indagação sobre a legitimidade e sobre a justiça em parâmetros normativos distintos. Com isso, a autora destaca Derrida na releitura do texto de Sófocles, cujas traduções da dimensão trágica apontam para a condição de superficialidade flutuante do feminino na cultura, resguardado por leis injustas, tais como aquelas a que se refere Antígona e que pressupõem o gênero enquanto traço obtido e perdido no “decurso da vida”. Descreve a discussão da filósofa Butler no resgate da representação feminina de Antígona nos seus discursos sedutores e reducionistas, nos possibilitando pensar as determinações culturais e o que poderia estar para além delas, mas realçando atos performativos que nos levam a questionar as bases morais de uma cultura histórica e de “um modelo político como figura feminina, avivando os limites da representação e da representatividade”. Tece ainda a discussão de Beauvoir sobre a moral como escolha de fundação voluntária dos atos humanos e nenhuma estrutura sistêmica do conhecimento poderia ser determinante de suas variações em situações específicas da existência que, para além da materialidade e da espiritualidade humanas, a “sede de vingança” se identifica em quadros de situações históricas que respondem a uma das exigências metafísicas do homem.

O artigo intitulado “*Trajatória das mulheres no Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012*”, dos autores Alzira Marques Oliveira, Delson de Souza Botelho, Diliene da Silva Nogueira e Gilmar Pereira Gonçalves (2014) teve como objetivo analisar a trajetória das mulheres que estudam ou estudaram filosofia na Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012. Buscou averiguar a evasão das mulheres da academia e discutir medidas de permanência delas na Universidade. A metodologia utilizada constou de quatro etapas distintas: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, tabulação dos dados e análise dos resultados. Foram analisadas cinco amostras de populações de discentes da Universidade do Estado do Amapá. Segundo os resultados obtidos, as mulheres abandonam o curso de Filosofia em razão da insuficiência de políticas públicas de permanência voltadas para o segmento feminino na Universidade e, conseqüentemente, o seu fazer filosófico, além das dificuldades encontradas no percurso da academia.

A autora Juliana Ortegosa Aggio (2017), em seu artigo intitulado “*Por que falar do tema da mulher na filosofia?*”, ao responder essa indagação, refere que vivemos num país absolutamente conivente com um verdadeiro massacre físico, moral e psicológico contra a mulher. Faz um passeio histórico, tecendo uma crítica a vários momentos em que as mulheres. Expõe também não ser fácil uma abordagem sobre as mulheres na Filosofia, chamando

atenção para o cuidado que devemos ter para não cairmos em um discurso militante e sairmos do rigor acadêmico. Contudo, ficando apenas refém do chamado rigor acadêmico, não conseguimos obter, com o excesso do tecnicismo, próprio dos discursos herméticos, nenhum efeito de transformação de crenças e comportamentos daquela que fala e dos que ouvem.

Ressalta que se torna necessário encontrar palavras certas e o modo certo de dizê-las, para assim poder suscitar, incitar e iniciar a transformação daquele que as recebe, que as escuta com abertura, para que façam delas não um objeto de conhecimento, mas um saber agir no mundo. Também, em seu discurso buscou desenvolver três eixos: o que os filósofos falaram das mulheres; destaca as mulheres filósofas; e retratou os impactos de uma história das mulheres filósofas sobre nós, estudiosas e amantes da filosofia. Ao concluir, destaca o lugar da disputa da Filosofia e das mulheres na filosofia numa perspectiva filosófica e política, evidenciando que a Filosofia precisa ser mais enfática ao tratar da temática mulher, apontando que o desafio é tão grande, quanto a história de esquecimento das mulheres filósofas por mais de vinte sete séculos. Todavia, vale a pena enfrentá-lo, porque é desafiando a opressão que encontraremos a liberdade deixando uma reflexão com sua poesia intitulada.

No artigo “*QUATORZE ANOS DE DESIGUALDADE: Mulheres na carreira de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017*”, de autoria de Carolina Araújo (2019), encontramos a análise do número de discentes e docentes na Graduação e Pós-Graduação em Filosofia no Brasil, considerando dados oficiais do INEP e da CAPES de 2004 a 2017. Com base nesses dados a autora destaca que o percurso central de mulheres corresponde, em média, a 36,44% dos graduandos, 30,6% dos mestrandos, 26,98% dos doutorandos e 20,14% dos docentes de Pós-Graduação. Ela mostra que, na carreira acadêmica, as chances do profissional do sexo masculino são maiores que as do profissional de sexo feminino. Retrata que o baixo número de discentes, docentes da área de Filosofia é uma tendência mundial; não obstante, contrastam fortemente com o número relativo ao desempenho das mulheres na Universidade no Brasil. Assim, ao longo dos 14 anos, percebemos uma enorme desigualdade e uma tendência ao aumento dessa desigualdade. No entanto, existe uma demanda de atenção dos agentes envolvidos no sentido de que cada programa de Pós-Graduação individualmente desenvolva políticas de promoção de igualdade.

Em relação ao artigo “*Juízo e Opinião em Hannah Arendt*”, de Yara Frateschi (2019), a autora visa mostrar que Arendt destaca a possibilidade de uma nova filosofia política. A primeira parte deste texto reconstrói a história da filosofia política, tal como contada por Hannah Arendt, buscando os filósofos a partir de alguns dos seus personagens principais: Platão, Hegel e Marx. Trata-se de acompanhar a narrativa da “biografia do

filósofo” que Arendt nos apresenta, defendendo que narrar a “biografia do filósofo” é, para Arendt, um exercício de submeter a filosofia política ocidental a uma crítica radical da qual depende a possibilidade de uma nova filosofia política. Sendo assim, analisa as soluções filosóficas que a filósofa em questão apresenta, na tentativa de reconciliar a filosofia com a política, no que diz respeito a dois temas centrais e interligados: a formação do juízo e a formação da opinião. Dessa forma, a autora traz à tona a formação dialógica e intersubjetiva de opinião e o pensamento representativo, que são, na sua perspectiva, a interpretação de dois dos momentos mais potentes da sua obra, capazes de fornecer *insights* preciosos para a constante atualização do seu pensamento político, evidenciando, assim, a relevante contribuição de Hannah Arendt para a Filosofia.

Por último, o artigo “*Judith Butler leitora, de Walter Benjamin: para uma crítica das políticas progressistas e identitárias*”, de autoria de Benjamim Brum Neto (2019), busca demonstrar a maneira como Judith Butler tece alguns conceitos bastante conhecidos pelos leitores de Walter Benjamin, para tessitura de algumas políticas nacionais contemporâneas, destacando as políticas sexuais e as políticas seculares. Discute a forma como Butler se posiciona acerca das noções de “história contínua”, “tempo vazio”, “violência mítica”, “violência divina”, “mandamento” e de messianismo, sobretudo em duas obras da filósofa, a saber: Quadros de guerra e Caminhos divergentes. O autor concluiu que Judith Butler se situa no lado oposto do liberalismo político. A estratégia empregada por ela em seus textos, que pode ser chamada de crítica, mas também de genealógica, impede que ela recaia em alternativas dadas pelo discurso liberal, e, por outro lado, permite que ela questione os usos discursivos e retóricos de nossos direitos e garantias.

A partir do apresentado nos artigos em tela, percebemos que existem diferentes abordagens sobre a questão das mulheres na Filosofia na academia, destacando os desafios que existem na reprodução dos discursos. E alguns autores provocam os leitores a pensar na importância da publicação da temática como forma de construção de conhecimento.

Desse modo, é importante destacar que percebemos as abordagens no que tange a sujeição e desigualdades das mulheres nos espaços de reproduções acadêmicas, enfatizando as situações encontradas nas relações de poder e no contexto histórico feito pelos autores, buscando de forma linear situar os discursos masculinos e as vozes das mulheres filósofas com suas epistemologias.

Também podemos contemplar a desigualdade social na trajetória das mulheres na Filosofia, mediante dados que nos levam a pensar na responsabilidade das políticas públicas como forma de permanência nos cursos com base nessas reflexões, podemos constatar a

necessidade de um conhecimento rigoroso por meio de pesquisas, como forma de desconstruir os pensamentos espontâneos perpassados ao longo da história. Sob essa ótica, Foucault (2013, p. 220) nos aponta:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico; [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso; [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem se definem, se aplicam e se transformam; [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso.

Diante do exposto, corroborando Foucault, buscamos elucidar as discussões sobre as mulheres na Filosofia no intuito de investigar documentações da pesquisa bibliográfica, utilizando a ferramenta Estado da Arte para aprofundar as discussões das produções como análise das relações históricas, políticas e práticas na educação.

Agora passamos a analisar o Quadro 2, que nos traz as dissertações sobre a Mulher na Filosofia, produzidas no período de 2013, 2014, 2016 e 2019.

Quadro 2 – Produções de Dissertações sobre as Mulheres na Filosofia.

<b>Autor/a</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Instituição</b>
Vânia dos Santos Silva	ALGUMAS LEITURAS FEMINISTAS DE PLATÃO: entre a imagem e a identidade.	2013	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UNB- Instituto de Ciências Humanas/ Departamento de Filosofia / Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Repositório Institucional da UNB.
Lincoln Coelho Bruniera	EDUCAR EM UM MUNDO DESERTO: a educação em direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt	2013	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP/Departamento de Pós-Graduação. Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP.
Júlio César Soriano Moysés	HANNAH ARENDT: o labirinto da compreensão e o fenômeno totalitário	2013	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP/Departamento de Pós-Graduação. Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP
Fabiana Tamizare	A MULHER NA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DE DIDEROT	2014	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP/Departamento de Pós-Graduação. Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP
Elis Joyce Gunella	Ontologia e Ética n'O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir	2014	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP/Departamento de Pós-Graduação. Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP
Regis Glauciane Santos de Souza	GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: um estudo de caso na UFBA	2014	UNIVERSIDADE DA BAHIA-UFBA Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- (FFCH) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinares, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) / Repositório da UFBA - Dissertações de Mestrado.

--	--	--	--

(Continua)

**(Conclusão)**

<b>Autor/a</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico/Instituição</b>
Richardson Dutra da Costa Pego	IMAGEM DO FEMININO EM WALTER BENJAMIN: uma análise da mulher através de uma perspectiva de gênero	2016	UNIVERSIDADE DE SÃO JOÃO DEL- REI MG-UFSJ/ Programa de Mestrado em Letras.- PROMEL/ Programa de Pós-Graduação em Letras: teoria literária e crítica da cultura.
Iron Mendes de Araújo	EM BUSCA DAS MULHERES NA FILOSOFIA: A participação das filósofas nos livros didáticos de filosofia do Programa Nacional do Livro Didático.	2019	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/ Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia (PROF-FILO). ATTENA Repositório digital da UFPE
Simey Fernanda Furtado Teixeira	O reconhecimento de si em sua identificação como professor (a): um estudo com os (as) professores (as) licenciados (as) em Filosofia na rede municipal regular e urbana de São Luís do Maranhão	2019	Repositório da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) / Programa de pós-graduação profissional em Filosofia Prof. Filo Mestrado Profissional em Filosofia.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

De acordo com os dados coletados nas Dissertações sobre a Mulher na Filosofia, conforme o Quadro 2, podemos perceber um equilíbrio na autoria referente às questões de Gênero.

A autora Vânia dos Santos Silva (2013) dissertou sobre *ALGUMAS LEITURAS FEMINISTAS DE PLATÃO: entre a imagem e a identidade*. Nesse artigo, a proposta a autora analisa a proposta de Platão acerca da igualdade entre mulheres e homens, na *República* e *Leis*, destacando que tanto na *República* quanto nas *Leis*, os três valores são: harmonia, eficiência e moral dos deuses. Ela os identifica como a chave para toda a filosofia política platônica. Enfim, relata os conceitos da educação e das leis como equilíbrio entre os meios apontados por Sócrates para se atingir a felicidade, enfatizando a possibilidade de que o indivíduo se desprenda do seu próprio interesse, do interesse de manter propriedade privada, e até de si mesmo, e isso é apontado nos diálogos como algo positivo para a cidade.

A produção científica sobre a temática *EDUCAR EM UM MUNDO DESERTO: a educação em direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt*, de autoria de Lincoln Coelho (2013), objetiva refletir sobre a importância da educação e da vida pública na preservação e no cuidado com o mundo humano e comum. O autor faz uma abordagem sobre

a noção de mundo em Hannah Arendt, a partir do modelo da *polis* grega e da fundação romana. Também faz uma apresentação da obra da Promessa da Política de Hannah Arendt apresentando no texto uma metáfora do deserto onde o que predomina é o nada e o ninguém.

A dissertação intitulada *HANNAH ARENDT: o labirinto da compreensão e o fenômeno totalitário*, de Júlio César Soriano Moysés (2013), teve como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância da educação e da vida pública na preservação e no cuidado com o mundo humano comum. Também procura analisar o modo como o pensar se manifesta no mundo e como as experiências mundanas são apreendidas pelo pensamento, o que é fundamental para um bom entendimento da atividade da compreensão. Conforme o autor, o termo compreensão na concepção Arendt, que diz que começa com o nascimento e termina com a morte, é uma atividade totalitário interminável por meio da qual as pessoas tentam sentir-se conciliadas com ele.

Ao analisar os dois trabalhos que discutem Hannah Arendt, notamos as aproximações nos conceitos filosóficos pertinentes às discussões que refletem a política, educação e linguagem. E, *a priori*, ressaltamos, neste contexto, o olhar do homem ao mundo no que se reporta às questões políticas, sociais, dos direitos e da educação. Sendo assim, a relação humana com o mundo é mediada pela educação, no sentido de rever cada momento com o olhar de despertar o ser humano do sonambulismo do conhecimento, sem se ater a algo pronto e acabado, mas levando-o a repensar as transformações do mundo no qual reproduz a luz a novos seres construídos como pessoas que se desafiam a pensar no mundo.

Assim, ao revisitarmos os termos da filósofa, vemos que ela descreve ações e palavras nos desertos provocados pelos contextos da realidade. Além disso, aponta o uso que podemos fazer dos pensamentos humanos, destacando as “Origens do Totalitarismo” de “A vida do Espírito” e a “condição humana”, num paralelo para as analogias e generalidades das obras referentes aos fenômenos que perpassam pelas fissuras dos direitos que abrem entre os homens e o real, como investigação e filtros das noções mediante as investigações para encontrar as categorias necessárias para a compreensão da realidade.

Dessa forma, percebemos a partir da leitura dos autores, que Arendt ressalta o elo entre política assinalando educação, que o educador deve resistir a um cenário de horror, de desumanização e de destruição nos tempos modernos, buscando formar novos seres no mundo com singularidade e espontaneidade numa representação do “milagre” do novo.

O autor Lincoln Coelho (2013) descreve o educador como alguém que tem autoridade responsabilidade e possibilidade de inserir os novos num mundo humano. E, em sua leitura sobre Hannah Arendt, destaca esse educador como um ser que deve cuidar da

formação dessa coisa nova emergente no mundo e na pluralidade humana, para que venha a ser alguém que possa resistir ao moderno e ao totalitário no processo de desertificação, emancipando-se e realizando transformações como garantia do cuidado e da permanência no mundo reificado e compartilhado na esfera da vida política.

Já o autor Júlio Moysés (2015) nos faz pensar sobre a transferência que os cidadãos devem estabelecer com a cidade, e ainda a disposição para padecer e sofrer pelo mundo como forma de responsabilizar-se pela sua transformação e reativação, até que ocorra um espaço animado pelas palavras e pelas ações do mundo num contexto plural estabelecendo um sentido na existência. Na sua análise da filósofa, destaca o abismo que se abriu entre o cidadão e a cidade, entre os homens e o espaço público, em que eles aparecem em palavras e em ações.

Na dissertação realizada por Fabiana Tamizareno sobre *A MULHER NA CONCEPÇÃO MATERIALISTA DE DIDEROT* (2014), a autora desenvolveu uma pesquisa descritiva, composta por uma análise literária sobre a mulher no pensamento materialista de Diderot. Por isso, tomou como base as próprias obras de Diderot: *Diálogo entre D’Alembert e Diderot*, *O Sonho de D’Alembert*, *Continuação do Diálogo*, *Sobre as Mulheres*, *A Religiosa* e *o Suplemento à Viagem de Bougainville*. Destaca que o filósofo em seus diálogos elabora uma análise sobre a questão feminina, a partir dos quais Diderot pôde inferir, ao caracterizar a mulher como um ser infortunado, por acreditar que as mulheres são oprimidas pelos costumes e pela religião, vivenciando um código moral que as sujeita aos ditames masculinos, representados pela figura do pai, do marido e dos filhos. Para ele essa é uma construção histórica e, portanto, pode ser alterada.

Em relação à dissertação *ONTOLOGIA E ÉTICA NO SEGUNDO SEXO DE SIMONE DE BEAUVOIR*, de Elis Joyce Gunella (2014), verificamos que o autor buscou os conceitos de Simone de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo*, “ponderando como a construção histórica do feminino se dá mediante a constituição de uma subjetividade que pretende se negar e ser negada enquanto tal, e que, portanto, só pode dar-se no regime da má-fé” Com isso, na compreensão do tema abordado pela autora em estudo, a condição da mulher passa pela análise das construções e relações que a definiu como o segundo sexo, como Outro, e isso porque se trata de uma definição constituída por relação de dependência, pela negação de subjetividade. O estudo também procurou demonstrar como o entendimento da mulher como outro absoluto implica a elucidação das origens ontológicas e pretensões éticas que pretendem definir o Feminino na forma de certa determinação identitária da fêmea humana. Com efeito, a defesa de que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” é feita no conjunto da obra a partir da perspectiva existencialista que define a realidade humana como para-si: o

sujeito é definido como processo de subjetivação, consciência intencional, o que significa dizer que é necessariamente liberdade radical.

Na dissertação sobre *GÊNERO E MULHERES NAS UNIVERSIDADES: um estudo de caso na UFBA* (2014) a autora, Vânia dos Santos Silva, fez uma pesquisa quantiquantitativa, de cunho bibliográfico e documental, com estudo de caso, realizada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), abrangendo um período de vinte anos (1990-2010). O objetivo da pesquisa foi privilegiar uma reflexão histórica e contemporânea dos aspectos educacionais, das políticas sociais de gênero e cidadania conduzida pelos estudos realizados no Programa de Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulher, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia (PPG-NEIM/UFBA). Destacou que nem mesmo a abertura da Faculdade de Filosofia, em 1930, na Bahia, e a criação do seu estatuto, um ano depois, visando a um progresso mais acelerado das mulheres na educação, conseguiram romper as desigualdades por elas enfrentadas. Portanto, ela não discorda de uma suposta reversão do “hiato de gênero” em prol das mulheres entre o grupo discente que acessa e conclui os cursos superiores nas IFES, porque os dados nas últimas décadas apontam para isso.

A dissertação intitulada *IMAGEM DO FEMININO EM WALTER BENJAMIN: uma análise da mulher*, através de uma perspectiva de gênero, do autor Richardson Dutra da Costa Pego (2016), traz a análise do modo como a imagem do feminino é utilizada para a construção do pensamento de um importante filósofo do século XX: Walter Benjamin. O autor discorre sobre textos poéticos do filósofo Benjamin, que extrai alguns temas presentes em Baudelaire e se utiliza das imagens em sua lírica para pensar a cidade moderna. Concluiu que, após uma discussão sobre questões femininas e feministas, Benjamin, à sua maneira, introduz uma discussão de gênero em seus textos, tendo como importante destaque suas produções durante sua juventude de militâncias políticas. Segundo o autor, o filósofo Benjamin atua como um alegorista, utilizando a imagem de mulheres que marcaram a vida dele com o intuito de, assim, constituir uma crítica às mudanças sociais causadas pela Modernidade.

A dissertação *EM BUSCA DAS MULHERES NA FILOSOFIA: A participação das filósofas nos livros didáticos de filosofia do Programa Nacional do Livro Didático*, de Iron Mendes de Araújo (2019), o pesquisador busca compreender o porquê de os livros didáticos de filosofia do PNLD 2018 apresentarem pouquíssimas mulheres enquanto protagonistas da história da filosofia, assim como examinar se a dominação patriarcal contribuiu para a ocultação das mulheres filósofas, e se o discurso dos filósofos homens sobre elas não reforçou ainda mais sua invisibilidade. Dessa forma, o autor enfatiza a utilização da produção

acadêmica sobre o tema das mulheres na filosofia, buscando diversas filósofas brasileiras, dentre elas, Marcia Tiburi (2002) e Juliana Pacheco (2015), além de outras pesquisadoras da mesma temática. Concluiu que as mulheres filósofas sofreram uma dupla invisibilidade, tanto na história da filosofia quanto nos livros didáticos.

Para a nossa última análise, temos *O reconhecimento de si em sua identificação como professor (a): um estudo com os (as) professores (as) licenciados (as) em Filosofia na rede municipal regular e urbana de São Luís do Maranhão*, com a pesquisa feita por Simey Fernanda Furtado Teixeira. A pesquisadora fez um resgate de memória, a exposição do ensino de Filosofia dentro da historicidade da Educação brasileira, baseada em leituras que fundamentassem as categorias “reconhecimento” e “professor”. A primeira, sob a perspectiva de Paul Ricoeur (2006), na qual percebeu que ele constitui uma inter-relação filosófica com as ideias sobre o reconhecimento que aparecem entre alguns filósofos no contexto de sua obra, elencando-as como um estudo desenvolvido em três etapas cenestésicas, a saber: “o reconhecimento como identificação”, “o reconhecimento de si” e “o reconhecimento mútuo”. E a segunda, dentro da concepção trazida por António Nóvoa (1992/1999), como fundamentação teórica necessária aos parâmetros de análise sobre a investigação realizada entre esses profissionais, justamente porque ele aborda o processo identitário como construção indissociável entre o eu pessoal e o eu profissional, esclarecendo a impossibilidade de separar o eu profissional do eu pessoal. Por fim, investigou em pesquisa de campo o reconhecimento de si como professor dos licenciados em Filosofia, através do perfil formativo e de autorreconhecimento na docência da Rede Municipal de Ensino Regular Urbana de São Luís do Maranhão, por meio de questionários aplicados à gestão aos professores licenciados em filosofia. Em face dessa realidade, a autora compreende que os licenciados perpassam constantemente no movimento dialético do construir-se enquanto trajetória individual e coletiva, na qual se inserem as condições psicológicas e culturais dos professores e em que os condicionantes dos sistemas educativos e das organizações escolares tentam incidir em suas ações e posturas, porém o sujeito de responsabilidade, ou seja, aquele que possui a capacidade de assumir o dizer, o fazer, o narrar e a imputabilidade, é latente dentro dos entrevistados.

Considerando as análises das pesquisas expostas, vemos que os autores e as autoras proporcionaram uma ressignificação da leitura na História da Filosofia, conduzindo um olhar aos pensamentos femininos mais destacados entre as Universidades brasileiras, com investigações feitas pelas mulheres e por homens também, ampliando espaço gradativo nas regiões brasileiras, e ainda, reconheceram que os materiais didáticos buscam dar visibilidade às mulheres no Ensino da Filosofia. No que diz respeito às pesquisas referentes aos sujeitos

que se encontram tanto na formação inicial e continuada quanto no exercício de suas profissões na Filosofia, refere que estes passam por desafios constantes advindos do lugar em que se encontram inseridos, provocando as desigualdades sociais e buscando em lutas constantes o reconhecimento de seu espaço. E assim, o lugar da Filosofia e o dos sujeitos que fazem a filosofia possuem suas especificidades e fragilidades que são desenvolvidas no âmbito de lutas para ressignificação dos espaços públicos.

No Quadro 3, a seguir, podemos visualizar poucas produções de teses e as duas teses encontradas são de autoras femininas que buscaram discutir as mulheres filósofas. Nelas podemos destacar a chamada *filosofia no feminino*, sob a ótica de Ferreira (2010), que relata a produção filosófica feita pelas mulheres em todos os períodos da história da Filosofia. Com isso, perceber uma valorização gradativa nas pesquisas das mulheres na Filosofia na academia. Nessa perspectiva, podemos salientar a visão de Nogueira (2017, p. 112), ao afirmar:

É exatamente a urgência de tornar conhecidas não só de um público especializado, mas também de um público leigo, essas vozes inexplicavelmente silenciadas que justificou, de alguma forma, a relevância do projeto realizado. Por um lado, queremos mostrar que houve e há mulheres pensadoras na História da Filosofia e, por outro, queremos resgatar essas vozes femininas, incentivando outros acadêmicos a incluir nos seus programas de Cursos e nas suas pesquisas a filosofia feita pelas mulheres.

Como podemos observar, ainda são poucas as pesquisas científicas para teses, pois encontramos poucas produções desenvolvidas sobre as mulheres na História da Filosofia. De todo modo, podemos destacar a necessidade de abertura às novas tessituras da Mulher na Filosofia que venham contribuir para o conhecimento de pensadora na Filosofia que sempre estiveram presentes, mas não foram investigadas. E se começarmos a despertar para a divulgação delas, teremos o despertar da consciência crítica, ao utilizarmos suas análises conceituais.

Quadro 3 – Produções de Teses sobre as Mulheres na Filosofia.

Autor/a	Título de trabalho (Tese)	Ano	Periódico/Instituição
Ana Paula Dias Ianuszkiewtz	IRIS MURDOCH E SIMONE DE BEAUVOIR: uma leitura feminista de a Family.	2015	Repositório Institucional UNESP Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP. Faculdade de Ciências e Letras -Campus de Araraquara – SP. Pós-Graduação em Estudos Literários-FCLAR.
Adriana Carvalho Novaes	Pensar sem apoios: Hannah Arendt e a vida do espírito com política do pensar.	2017	Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP. Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Pós-Graduação.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A tese intitulada “*Pensar sem apoios: Hannah Arendt e a vida do espírito com política do pensar*”, de autoria de Adriana Carvalho Novaes, visa mostrar que as atividades do espírito, às quais Hannah Arendt se dedicou anos seus anos de vida, foram elaboradas ao longo de toda a sua obra. A autora fez uma pesquisa bibliográfica descritiva discutindo a biografia de Hannah Arendt, possibilitando-nos discussões das obras da filósofa em questão. Para isso se utilizou do pensamento do filósofo Immanuel Kant e Marx, e, por último, discutiu sobre as atividades do espírito na visão de Hannah Arendt: o pensar, o querer e o julgar, retratando suas inquietações delineadas pela Condição humana e a vida em espírito.

A segunda Tese, *IRIS MURDOCH E SIMONE DE BEAUVOIR: uma leitura feminista de a fairly*, de Ana Paula Dias Ianuskiewtz (2015), tem como objetivo propiciar uma reflexão sobre a importância da educação e da vida pública na preservação e no cuidado humano e comum. A autora retoma os conceitos de Platão, Kant, John Stuart Mill, Wordsworth, Freud, Simone Weil e Jean Paul Sartre, por intermédio da caracterização das personagens obras: “*A Fairly Honourable Defeat*”, de Murdoch e “*La Femme Rompue*”, de Beauvoir. Evidencia as possíveis maneiras de realizar uma leitura feminista de narrativas que refletem e problematizam os conflitos do sujeito feminino.

A autora concluiu que tanto Simone de Beauvoir como Iris Murdoch sempre defenderam a igualdade entre os sexos e a extrema necessidade de as mulheres terem as mesmas oportunidades referentes à educação e ao exercício de uma profissão que lhes garantissem uma autonomia suficiente, para que elas tivessem voz e pudessem usufruir, assim como os homens, dos direitos à liberdade e igualdade.

Daí podemos inferir que o investimento na educação constituirá sempre uma meta primordial na construção de mentalidades que tenham o respeito e o amor ao próximo como prioridade, independentemente de qualquer diferença de gênero, de sexualidade, de raça e de credo.

### 3 A PRESENÇA DAS MULHERES NA FILOSOFIA

Figura 3 - Mulher Pensadora.



Fonte: Freire Filho (2020).

E, mesmo na Modernidade/Contemporaneidade, em que as mulheres conquistaram elevado espaço nas mais variadas áreas do fazer teórico e prático, em determinadas áreas do conhecimento ainda coloca-se sob suspeita a atribuição de certos títulos ou estatutos científicos a mulheres. Por exemplo, os autores dos Manuais de História da Filosofia ainda não se sentem confortáveis em classificar e apresentar como ‘Filósofas’ certas mulheres que se apresentam como tais. (COSTA; COSTA, 2019, p.11).

Iniciamos esta seção com a ilustração que caracteriza a mulher filósofa, pensadora ludovicense, sempre à frente de seu tempo, conseguindo quebrar barreiras do pensar filosófico em tempos antigos e atuais. A mulher sentada, usando, um dos casarões do nosso Centro Histórico como assento, é uma releitura de uma escultura intitulada “pensadora”, do escultor José Luís Fernández. A análise da imagem supra nos remete à contribuição à mulher filósofa nos diferentes contextos históricos.

Logo, cabe-nos registrar a contribuição da mulher na evolução do conhecimento, considerando que elas foram majoritariamente tratadas com preconceito e desvalorização, pois observamos na história pouco apreço ao intelecto feminino. Cabia aos homens

desenvolver atividades intelectuais, e nesse ínterim histórico às mulheres não foi dada a oportunidade de mostrar suas habilidades intelectuais. Em razão da sua natureza biológica, sempre foram vistas como sexo frágil, às vezes com a justificativa de protegê-las, mas que revelava apenas uma forma de mascarar a realidade, deixando-as fora de atividades consideradas inerentes aos homens, sobretudo no que diz respeito à sua participação nos círculos de pesquisas científicas.

Dessa forma, a presente seção vem revelar o percurso das mulheres na História da Filosofia descrevendo o protagonismo delas, apesar das contradições citadas, uma vez que construíram sua história e ganharam espaço na comunidade investigativa, contribuindo com suas obras, análises e pesquisas na área filosófica, em diferentes contextos, evidenciando as vozes epistêmicas femininas.

### **3.1 Da Idade Antiga à Idade Média**

As mulheres na Antiguidade, com audácia traçaram caminhos com pensamentos vanguardistas, fruto de inquietações pessoais, de lutas que permearam o coletivo confrontando os projetos masculinos, patriarcalistas, com autonomia no espaço privado. Dona da sua natureza humana corpórea, mudando o paradigma da mulher servil, recatada do lar, maternal, protagonizando a própria história, lutando pelo que acreditavam na época, de moda que atitudes serviram de referencial para outras mulheres.

No período Medieval, a mulher possuía um papel dicotômico: a perfeita por ser religiosa, e a imperfeita, pela subversão, representando o mal encarnado na Terra. Logo a imagem feminina atrelava à maléfica mulher, resgatando o contexto bíblico do Jardim do Éden, na figura de Eva, a pioneira desobediente a Deus, por comer o fruto proibido e conduzir Adão a romper a regra trazendo à tona a instituição do mal e o pecado original, provocando assim a desordem na humanidade. Por outro lado, demonstravam os discursos: a leiga, que se configura como esposa e mãe; a eclesiástica, que reprimia seus desejos na manutenção da ordem social; e as autoras filósofas, cristãs e teólogas, que conciliavam a filosofia grega como forma de investigação do Cristianismo numa visão teocêntrica e evangelística.

Ainda nesse período, as mulheres passaram por dois processos: o da invisibilidade e o de ser pensante. Dentre elas, podemos apontar três que se destacaram e tiveram papel relevante na vida de Pitágoras, o criador do sentido etimológico da palavra Filosofia, matemático e fundador da Escola Pitagórica: Themistocleia (600 a.C.), que era considerada uma filósofa, matemática e profetiza em Delfos, a qual em algumas fontes, aparece como mestra do filósofo. Aristocléia (V a.C.) era sacerdotisa e tutora dele, e Theano (VI a.C.) era

reconhecida como física, filósofa e esposa do filósofo. Pacheco (2014, p.25) destaca que “A poetisa Safo de Lesbos (VII-VI a.C.), que lidava diretamente com as artes poéticas e musicais, criou um ambiente para que as mulheres pudessem desenvolver suas habilidades artísticas.”

Ademais, os filósofos gregos antigos e clássicos buscavam ampliar as indagações acerca antropologia, moral e política, na história da Filosofia Ocidental. Nesse contexto, inicialmente o divisor de águas desse período: o filósofo Sócrates (c. 470-399 a. C), que nada deixou escrito, mas suas ideias foram desenvolvidas pelo Xenofonte, Aristófanes e Platão nos diálogos, enfatizando questões morais e a análise conceitual. No início da sua vida, Sócrates foi orientado por duas professoras: Diotima de Mantinéia (427-347 a.C.) e Aspásia de Mileto (407-410 a.C.). Berquó (2010) evidencia que Platão, em seus banquetes, no diálogo traz a presença de Diotima, sacerdotisa chamada a ser conselheira para afastamento da peste em Atenas. Consta que ela ensinou Sócrates sobre o amor como difusão do método dialógico, que se resume neste único parágrafo que inicia o diálogo de Sócrates:

Sócrates: E agora vou deixar-te em paz, a fim de referir-vos o discurso a respeito de Eros que há tempos eu ouvi da mulher de Mantinéia, Diotima, sobremodo entendida neste assunto como em muitos outros, a mesma que, de uma feita, antes da peste, aconselhou os atenienses a fazerem os sacrifícios que protelaram por dez anos a epidemia. Foi ela quem me doutrinou sobre Platão pelas questões do amor. (PLATÃO, 2011, p. 145-147).

Ressaltamos também a representação de Aspásia de Mileto, com habilidades em retórica, e sua atuação pública como estrangeira, intelectual, filósofa e oradora, que causou furor em Atenas. Além disso, era ligada ao movimento sofista, pensadores jônios, professores que vendiam seus trabalhos. Também confrontou os parâmetros da sociedade ateniense, que tinha por ideal a reclusão das mulheres no espaço doméstico, de modo que, muitas vezes, teve sua reputação atacada por poetas cômicos, tendo sido intitulada de prostituta (BERQUÓ, 2010).

Outra mulher de grande valor da época foi Hipácia de Alexandria (370-413 d.C.), filha de Teão, renomado filósofo neoplatônico. Além de filósofa, foi grande conhecedora de Matemática e Astronomia. Também foi professora na Academia de Alexandria em substituição ao filósofo Plotino. Passeava com seu manto filosófico, interpretando Platão e Aristóteles. Sobre ela, em Costa e Costa (2019, p.215), encontramos o seguinte esclarecimento acerca da influência do seu pai: “Hipátia teve uma esmerada educação na Academia de Alexandria, tendo estudado arte, ciência, literatura e filosofia, oratória e retórica”.

Lisístrata (411 a.C.), por sua vez, se posicionou no recomeço da guerra entre Atenas e Esparta, convocando as mulheres da Grécia a se mobilizarem pelo fim da guerra,

provocando uma greve de sexo.

Ainda, na Idade Antiga, em Atenas, houve grandes desconstruções das tradições dos discursos ideológicos dos homens, encontrados nos registros que evidenciavam a participação das mulheres nos espaços públicos com sua atuação e fala, pois, elas sempre estiveram reinventando variadas maneiras de evidenciar seu protagonismo. E nesse referencial, destacamos o grande comediante do século V a.C., Aristófanes, que descreveu a participação das mulheres na Pólis Ateniense num lugar de cidadania masculina.

Na comédia abordada por ele, ressaltamos *Assembleia das Mulheres*, que evidencia a cidadania feminina iniciada pela esposa legítima chamada Melissa<sup>12</sup>, tida como modelo do ideal feminino, mesmo que nas Assembleias as mulheres se disfarçassem de homens para elas participarem. Neste evento, a protagonista Praxágora, na liderança das mulheres, unidas e disfarçadas de homens, infiltraram-se na Assembleia e resolveram tomar o poder das mãos do sexo oposto. A esse respeito, Gonçalves e Da Mata (2001, p. 65), encontramos: “Durante o discurso, passando-se por homens, propõem que o governo e todas as decisões políticas fossem entregues às mulheres [...]os verdadeiros homens acabam entregando o poder nas mãos do grupo feminino”. Isso nos leva a destacar a mulheres em Atenas que se preocupavam com os problemas sociais, demonstrando sua atuação política e social.

Segundo Lessa (2004, p. 76) “As esposas atenienses, consideradas como disseminadoras de informações, adquiriam um lugar primordial junto à comunidade, na medida em que a divulgação dessas informações poderia repercutir na fama/vida social ou na infâmia/morte social dos indivíduos e/ou grupo no interior da Pólis.” Desempenhavam seus os papéis em duas vertentes: de um lado, a mulher cidadã abastarda, que era preparada educada desde cedo para os cuidados do marido, afazeres domésticos e administração do patrimônio familiar desenvolvendo a economia do lar. De outro, a plebeia, que era cidadã mais livre de escolhas e contatos sociais, assegurava-se por seu trabalho no campo ou como proprietária de negócio, com o intuito de sustentar a si própria e aos seus filhos. Silva (2011, p. 52) corrobora esse entendimento, ao apontar que, “Ser mulher na sociedade grega, pobre ou rica, bonita ou feia, significava a maioria das vezes, ter seu destino traçado pelos mecanismos sociais de controle político, desde o nascimento.”

Dessa forma, podemos destacar que, no espaço público da civilização grega, havia

---

<sup>12</sup> Melissa ou “mulher-abelha” era um termo sinônimo para designar a esposa legítima. A construção da mulher-abelha no imaginário grego foi registrada nos escritos arcaicos de Semônides de Amorgos, no poema Iambos (GONÇALVES; DA MATA, 2001).

uma demarcação na mudança de categoria de cada sujeito, e os rituais serviam como demonstração dessa vida coletiva, na qual as mulheres eram tidas como aquelas que se encontravam nas práticas ritualistas, demarcando a presença feminina nos momentos de status social. Isso ocorria na sua inserção, desde a infância, nos atos cívicos, na apresentação à sociedade das mulheres virgens atenienses próximas ao casamento, no seu papel de esposas legítimas, como acompanhante de seus esposos, e na paz conduzida pelas atividades religiosas conduzidas por elas. Assim, os filósofos iam colocando-as como “sujeito” que tinha virtudes, mas que também determinavam submissão e astúcia demoníaca nas suas variadas atividades.

Diante desse cenário, percebemos que as mulheres filósofas existiram desde os primórdios gregos, numa forma de fazer a Filosofia pelo seu protagonismo ligado ao pensamento e a ação. Numa análise da representação social e cultural na Grécia Antiga, em que o distanciamento das mulheres se confirmava em vários momentos, pudemos visualizá-la na poesia criando espaços para o encontro entre elas, objetivando o desenvolvimento das habilidades artísticas e do pensar. A exemplo,

O caso de Safo, poetisa que viveu na ilha de Lesbos nos séculos VII-VI a.C., é significativo e serve para demonstrar que a invisibilidade e a ausência de mulheres no panorama dos intelectuais eram apenas o inevitável resultado de uma exclusão que as condenava ao silêncio e, muitas vezes, à ignorância das letras. (PORTELA, 2012, p. 135).

Safo é considerada uma mestra rodeada de discípulas, que se pautavam nas palavras dela. Seu lar intitulava-se “casa das servidoras das Musas”, e nele prevaleciam as raparigas nobres de Lesbos e da Jônia, onde eram realizadas tertúlias literárias oportunidade em que o grupo de amigas ouviam versos sáficos para os cantares e para se dedicarem à interpretação de epitalâmios compostos pela poetisa (PORTELA, 2012).

Enheduana, Princesa Lunar Acádia, (2334 a.C. – 2279 a.C.), considerada a primeira pensadora da História, é a primeira pessoa a colocar seu nome em uma obra dentre as que estão preservadas na história da literatura até o momento. Ela escrevia poesia e prosa, era erudita e sacerdotisa e teve importante papel teológico na Suméria. Enheduana ensinava Ciências, Matemática e Astronomia.<sup>13</sup>

No período medieval, ocorria um embargo do Direito romano quanto aos direitos femininos na democracia e à condição pessoal nas relações de pais e cônjuges. Além disso, as mulheres conquistavam autonomia na economia, e nas áreas urbanas foram determinando alguns gerenciamentos de suas vidas, tais como: negócios, escolha, propriedade, liderança e educação. Aquelas pertencentes à zona rural se destacaram de duas formas: como produtoras

<sup>13</sup> Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/as-mulheres-na-filosofia>.

no trabalho agrícola, administrando, produzindo, e nas funções intituladas femininas: na costura, na alimentação e no grande comércio numa vida ativa nas cidades.

No Medievo, a Filosofia estava interligada ao Cristianismo, por isso intitulada de Filosofia Cristã. As autoras filósofas eram as cristãs e teólogas que conciliavam a filosofia grega com o Cristianismo como forma de investigação numa visão teocêntrica e evangelística. Nesse referido período procuravam firmar-se na fé em Jesus e na Revelação como verdade.

Optamos por destacar algumas dentre elas e iniciamos com Hildegarda de Bingen (1098-1179), que foi uma idealista, entusiasta profetisa e mística do século XII. A pensadora foi convidada primeiramente por Adriano IV e posteriormente por Alexandre III, com isso implementou um apostolado fecundo num período em que as mulheres não eram tão reconhecidas, e com seus estudos e profunda espiritualidade com Deus, produziu obra profética, transcrevendo a voz de Deus e referenciando autobiografias em que relata a experiência de união com Deus pregando nas praças públicas e nas igrejas-catedrais.<sup>14</sup>

Heloísa, Abadessa do Convento de Paráclito (1101-1164), nos livros de História da Filosofia é lembrada pelas contradições do amor vivenciado com o filósofo Abelardo através de cartas e romances secretos. Também, pela dedicação, inteligência e abertura do pensar num cenário em que a Igreja passa a perceber mais as mulheres. A pensadora em questão pode ser identificada como a mulher que teve o referencial de boa educação na escola de Paris, contrapõe-se ao modelo de mulher com seus pensamentos no que se referia aos direitos. Desenvolveu a ética da intenção nas diferenciações das teorias, superando a aplicabilidade dos conceitos e atitudes do filósofo Abelardo.

Outra mulher nesse período com reconhecimento no dom da escrita, educação e leitura na filosofia foi Santa Mônica (331-387). Assim, o fato de ser mulher perseverante foi ter a felicidade de ser atendida pela conversão dos seus familiares. Com isso, foi canonizada pelo Papa Alexandre III, devido à sua responsabilidade pela conversão do filósofo Santo Agostinho. E no que se refere à contribuição na Filosofia foi pela educação descrita por Santo Agostinho na obra “As Confissões”, na qual defende as virtudes da sua mãe, pela dedicação na fé, e pela influência exercida nas mulheres de sua época, na ação educativa na prática de comportamentos legitimados pela razão.

Convém destacar também Catarina de Siena (1347-1380), italiana, líder de uma

---

<sup>14</sup> E na carta apostólica de Bento PP. XVI nos escritos “Para Perpétua Memória” a define como grande mulher com clareza límpida, por santidade de vida e originalidade de doutrina. Disponível em:

comunidade heterodoxa de homens e mulheres, na qual foi um referencial da Igreja católica com o desempenho na história da Igreja, quando pediu ao Papa Gregório XI o fim do terrível “grande cisma do Ocidente”. Também exortou o Sumo Pontífice, na saída do exílio em Avinhão, antes de voltar a Roma, com o intuito de devolver a unidade ao catolicismo. Contribuiu com papas, reis e líderes políticos na luta pela unificação da Igreja e pacificação dos reinos.

Outra mulher que vale mencionar é Cristina de Pizan (1365-1431), que era filósofa, poetisa, conhecida ao criticar a misoginia no meio literário a partir da sua obra intitulada “A Cidade das Mulheres”, na qual questiona a autoridade masculina da sua época. Sua ousadia consistiu em aconselhar todas as mulheres de diferentes classes sociais; admoestava cada uma para que tivessem comportamento de comando semelhante ao dos homens quando assumissem qualquer posição de comando e autonomia também na condução de suas vidas, das suas terras e das economias. Direcionava as mulheres na ação de prudência no agir tanto nos negócios quanto nos cuidados com os que a cercavam, homens e filhos. Diferenciava-se das mulheres da sua época, visto que algumas se recolhiam ao convento, outras buscavam o casamento para não se sentirem solitárias, em vez de outros meios para alcançarem uma autônoma e independente.

Em Costa e Costa (2019) encontramos Roswitha von Gandersheim (935-1002) destacada no engrandecimento do Cristianismo, e grande referência na literatura de fundamentação cristã em terras germânicas; primeira poetisa de origem germânica na Idade Média. Sua literatura denota familiaridade com obras dos Pais da Igreja, como Santo Agostinho, também a poesia clássica, ainda em vigor na época dela, inclusive com as obras de Virgílio, Horácio, Ovídio, Terêncio e outros, citados em seus escritos

Como vimos, nos períodos apresentados a representação feminina se fez presente no pensamento filosófico, numa releitura da história que revela autonomia do pensar na produção filosófica e no reconhecimento eclesiástico. Conforme Chartier (1991, p.183), “as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma” revelam, nesse contexto historiográfico, representações femininas ousadas, desenvolvendo seus papéis sociais como seres pensantes na filosofia de vida e na filosofia desse especialista, nos variados contextos estruturados nas relações de poder masculino social dominante.

### **3.2 Da Idade Moderna à Idade Contemporânea**

Na Idade Moderna, a mulher sábia, produtora de saber, ia na contramão do

período e era considerada incapaz de exercer papéis importantes na sociedade devido à sua instabilidade mental e por não ser considerada capacitada como os homens. Argumentavam que estes eram possuidores da força e da determinação de líderes, dons que as mulheres não possuíam em sua formação biológica. Em razão desse julgamento, elas passaram a cada vez mais excluídas do ambiente de trabalho, e muitas delas abandonavam os negócios familiares por falta de espaço.

Diante desse entendimento, vemos que os registros da contribuição da mulher na evolução do conhecimento foram tratados com preconceito e desvalorização, pois a história registra pouco apreço ao intelecto feminino. Cabia aos homens desenvolver atividades intelectuais, e nesse ínterim histórico às mulheres não foi dada a oportunidade de mostrar suas habilidades intelectuais, pois por sua natureza biológica, era sempre considerada como sexo frágil, de modo que, às vezes a intenção de protegê-la, era apenas uma forma velada de deixá-la fora dos círculos sociais, o que nos leva a inferir que, bem, mais, dos círculos de pesquisa científicas.

No entanto, essa, máscara caía quando elas rompiam o modelo idealizado nos papéis que lhes atribuíam, e tornaram-se protagonistas em vários campos de atividades e nos espaços que lhes eram permitidos, como alargamento da forma de poder numa consciência de gênero, saindo dos seus lares, adentrando nos lugares proibidos (café, viagem e comícios) e fazendo trabalhos sociais com destreza.

Nesse contexto, a representação feminina emblemática configurada era a de bruxas para aquelas que não seguissem os padrões religiosos católicos e adentrassem em outra linha. Ou seja, caso quebrasse alguma regra, a mulher seria posta na fogueira como forma de purificar sua alma. Desse modo, a criação do padrão da mulher perfeita resultou nas formas de controle daquelas que eram consideradas desordeiras e subversivas, o que justificou a caça às bruxas na Europa, principalmente nos séculos XV e XVI. Cabe registrar que essa associação entre mulher e bruxaria decorreu principalmente da perseguição à mulher sábia, como destacado por Tosi (1998):

Aqueles conhecimentos empíricos, que as mulheres dominavam e praticavam desde épocas ancestrais, foram considerados suspeitos [...] Seu saber e seus misteriosos poderes só podiam ser adquiridos por meios ilícitos, pactuando com o demônio. Foi essa a imagem da bruxa elaborada com amplos detalhes durante mais de um século por inquisidores católicos, padres protestantes e a elite burocrática criada pelos estados emergentes. (TOSI, 1998, p. 375).

E com isso, em cada limite social dado: público ou privado, religioso ou político, desde a operária à dama da corte, elas faziam de cada experiência traçada grandes relações de poder nas manifestações e conduções nas diversas áreas em que atuavam. Por essa razão

discorremos sobre as mulheres que se destacaram enquanto pensadoras nos períodos em tela, invertendo seus papéis declarados na época em que alguns filósofos apontavam que mulher que se mostrava era uma desonra. Ainda assim, ao contrário não se acomodaram e seguiram em frente com suas lutas pelo direito de serem independentes: corpo e mente.

Ademais, a presença e a ausência das mulheres na Filosofia, numa perspectiva metafórica, são os correlatos objetivos das intenções cheias e das intenções vazias. Na intenção vazia podemos pensar na mulher filósofa que foi negligenciada e passou como ausente na História da Filosofia. Porém, à medida que algumas pesquisadoras começaram a problematizar essa ausência e a investigá-la, iniciou-se a intenção cheia, tendo como alvo a presença dessa mulher pensadora, a quem era imposto que se escondesse para que os homens aparecessem com alguns pensamentos que eram delas. E virou alvo sua presença efetiva e atuante nos materiais e eventos filosóficos. O fato é que ambas as intenções, cheias e vazias, estão dirigidas para um mesmo objeto que é a mulher na Filosofia.<sup>15</sup>

Também evidenciamos mulheres que se destacaram como filósofas e escritoras e que delineararam nesse período seus pensamentos. Apontamos na história geral das mulheres o itinerário e as proposições de Marie de Gournay (1565-1645), que marcaram uma reviravolta fundamental para mulheres intelectuais da época. Ela encarnou a possibilidade de uma mulher, mesmo sem dinheiro e oriunda da pequena nobreza, “viver dos seus escritos” na Paris moderna, ou seja, de se beneficiar das bolsas distribuídas pelos poderosos (especialmente por Marguerite de Valois e pelo cardeal de Richelieu). Fez a ligação entre o humanismo de Montaigne (1533-1592), seu “pai de adoção” ou tutor espiritual, e a criação da Academia Francesa, em 1635. Também pôde escrever panfletos políticos em meio às guerras de religião e tomou partido nos debates linguísticos contra o grande Maherbe (poeta francês 1555-1628) (ROVERE, 2019).

Essa tendência do Arqueofeminismo<sup>16</sup> para um discurso da prática, e imediatamente envolvido com o direito, culminou, quase ao mesmo tempo, com a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” que Olympe de Gouges (1748-1793)

---

<sup>15</sup> A fenomenologia e o feminismo possuem uma conexão que possibilita um olhar às vivências femininas que se ampliam na compreensão da mulher enquanto sujeito. Sendo assim, existem maneiras como esses movimentos se interligam, que é a análise feminista nas obras fenomenológicas e na aplicação do método fenomenológico às questões e temas tradicionalistas aos estudos feministas. Além disso, conectam-se com variadas questões inerentes às problemáticas femininas, as quais se tornam objeto de análise e ampliam o diálogo acerca dessas questões numa experiência da mulher enquanto sujeito.

<sup>16</sup> “Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas na França, séculos XVII e XVIII” – título do livro organizado por Rovere e lançado no evento (N-1 edições, 2019). Ele é professor da PUC/RJ e nos oportuniza uma conferência para a discussão sobre a mulher em sua natureza, o lugar da mulher enquanto pensadora, seus direitos civis, acesso à educação, e lugar da mulher na comunidade apresentando.

defendeu. Apesar da extraordinária energia de sua escrita e da maneira corajosa com que concebe seu combate sendo solidária a várias lutas, quando se coloca com o sujeito na representação de escritora, emerge a importância de seu texto como possibilidade de pensarmos uma mulher legisladora (ROVERE, 2019).

Ressaltamos ainda Maria Gaetana Agnesi (1718 -1799) que nasceu em Milão, foi linguista, teóloga, filósofa e matemática. Também considerada a primeira mulher ocidental a receber o título de matemática. Talentosa, como linguista dominou o idioma francês, desde os cinco anos de idade, e ainda estudava alemão e grego tinha forte fluência em espanhol e hebreu. Em 1727, com nove anos, a filósofa traduziu e declamou um artigo sobre “O Direito da Mulher em Aprender Artes e Ciências sem Limitações”. Em 1738, lançou sua primeira publicação intitulada “Propositiones Philosophicae”. Porém, em Moura (2018, p.67) refere essa reflexão que no século XVIII, mesmo sem estar alinhado ao movimento feminista, naquela época, tornara-se aceitável e elegante para as mulheres ‘educadas’, manterem-se informadas das novas descobertas científicas, ainda que superficialmente.

A propósito, ao evidenciamos com mulher protagonista enquanto pensadora no Brasil, Nísia Floresta (1810-1885) que se destacou por reivindicar o direito e o feminino no voto e a vida pública no período de efervescência do movimento feminista iniciado no século XIX.

Destacamos, por oportuno, que a pensadora em questão era educadora, escritora e poetisa e foi influenciada pelo pai do Positivismo, o filósofo Augusto Comte (1758-1857), com quem teve a oportunidade de conviver nas suas viagens à Europa, estreitando relações também com o filósofo John Stuart Mill (1806-1873). Nísia percebia que os espaços escolares e as universidades seriam fundamentais para o fortalecimento das lutas e do reconhecimento da mulher na sociedade. Exerceu, em sua época, forte influência, conforme podemos constatar no texto a seguir:

Não há entre as mulheres diferentes graus de força, assim como entre os homens? Não se encontram fortes e fracos em ambos os sexos? Os homens educados na ociosidade e na moleza são mais fracos que as mulheres; estas, endurecidas pela necessidade são frequentemente mais fortes do que eles. (FLORESTA, 1989, p. 80).

Importa destacar que a grande preocupação da autora em seus escritos era fazer as mulheres perceberem a força que têm. É interessante que no círculo de investigação quis deixar seu nome no anonimato como forma de evitar perseguição e, censura a seus escritos. Mas questionava o temor das mulheres quanto à sua exposição, assim como os direitos defendidos numa sequência lógica linear que trata das crenças do passado, como o Geocentrismo que se refere a Descartes (1596-1650) como matiz iluminista.

Dando continuidade, vale salientar as Filósofas fenomenólogas que contribuíram de forma significativa para confirmar que o intelecto feminino da mulher é tão importante quanto o do homem, e as filósofas devem ser respeitá-las em suas pesquisas científicas tanto quanto os filósofos. De todo modo, como em outros campos da Ciência, a mulher ainda continua lutando para conquistar seu espaço no mundo dominado pelo gênero masculino. Observamos com esta pesquisa que as conquistas femininas já são reais e que mulheres das quais tratamos aqui superaram seus mestres nos pensamentos.

Dentro dessa perspectiva, o ser mulher, numa análise fenomenológica, a coloca na posição do “ser sujeito” da sua própria história, não se limitando apenas à visão sexista, mas considerando, sua representação social construída culturalmente nos múltiplos significados construídos a partir da sua emancipação desvelada pelo seu eu do pensar na visibilidade, na conquista e na luta para ampliação da garantia dos seus direitos. Nesse cenário o movimento feminista serviu como condução para a construção do protagonismo da mulher filósofa na história da Filosofia.

A filósofa Simone de Beauvoir (1908-1966), reconhecida como escritora e filósofa, que serviu de embasamento para o feminismo contemporâneo num reforço da perspectiva existencialista, também escreveu livros de ficção, memórias, ensaios e autobiografias que contribuíram para as pesquisas feministas. Ela integra o círculo de filósofos literatos dos anos 40 do Século XX e destaca a emancipação das mulheres pensada sem os homens, com a defesa de si, considerando suas próprias ideias e protagonizando suas vidas.

Convém destacar que essa construção se deve desde sua instância, com a mudança da educação no que concerne à aprendizagem do pensar com autonomia. Simone de Beauvoir defende que a mulher foi definida como o “Outro” pelo homem, ou seja, ela é o negativo, enquanto o homem é o positivo e o neutro, e nisso está a chave de sua mistificação e opressão, visto que a mulher sempre ocupou uma posição de inferioridade. Daí por que se falar em “segundo sexo”.

Na sua obra “O segundo sexo” levantou reflexões sobre as questões femininas num contexto antropológico, histórico, fenomenológico e hermenêutico. Ela inicia a discussão a partir da própria condição das mulheres com a célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, mas essa mulher não se define apenas pelos aspectos biológicos, mas está interligada a vários fatores que contribuem para sua construção (BEAUVOIR, 2016).

Também, nos leva a pensar na condição da mulher como “outro” diante do homem enquanto sujeito absoluto, e, nessa conjuntura, percebemos a ausência-presença das

mulheres. Deixa claro que o “outro” surge enquanto condição imposta de existência, numa definição do que significa ser mulher a partir das relações de poder entre mulheres e homens.

No entanto, é importante notar que a filósofa nos coloca na referida obra, para refletirmos sobre “A mulher independente”, que conquista sua independência feminina como fator de autonomia econômica e social, que se desenvolve mediante as relações de trabalho, que promovem a liberdade concreta para a construção de sua individualidade.

E assim, a mulher da modernidade, segundo ela, se divide entre a humanidade e a feminilidade que, por sua vez, caracteriza a situação da mulher libertada como condição para a realização da mulher, a partir da renúncia das reivindicações de sujeito soberano e não se limitando como objeto e presa para que efetive a sua feminilidade. Na linha desse entendimento, Pacheco (2015, p.115) esclarece que “mulher independente há de se pôr no mundo como liberdade; e para ser plenamente livre e humana, há de tornar-se capaz de carregar o fardo do mundo, junto com os homens; somente assim há de se integrar, com eles, na vivência da fraternidade”.

Desse modo, a mulher na sua constituição de transcendência se constrói enquanto ser nas suas realizações, não se deixando levar pelas dificuldades e se desconstruindo a cada instante em prol da superação. A propósito, a condição do ser livre possibilita ao sujeito a própria superação. E nesse contexto, a ideia do novo seduz para os desafios das novas possibilidades frente ao passado que não se fechou, e se separa, escapa do ser, mas é superado e dissolvido na inconsistência do nada. Com isso, o impulso da ação humana desvela o desejo cheio no estado de alegria do ser. Sob essa ótica Beauvoir (1947, p.60) explicita:

Todo homem se lança no mundo fazendo-se falta de ser; assim ele contribui para revesti-lo de significação humana, ele o desvela; e o mais deserdado experimenta às vezes nesse movimento a alegria de existir: ele manifesta então a existência como uma felicidade e o mundo como uma fonte de alegria. (BEAUVOIR, 1947, p. 60).

Na obra *The philosophy of Simone de Beauvoir*, a autora Debora Berghofen pontua as noções de intencionalidades existentes considerando Husserl e outros autores. Além disso, descreve a intencionalidade da filósofa Beauvoir como expressão de dois diferentes momentos, que são o que desvela o ser e um momento que identifica o “eu desvelado” com o “dado desvelado”. No primeiro se encontra a convergência da filosofia de Husserl (1859-1938) e Merleau-Ponty (1908-1961), a qual retrata o sujeito que desvela o sentido do ser experimentando a si como liberdade de revelação. Já no segundo, averigua-se a impossibilidade de ser o dado do mundo com a confirmação de si remetendo à ideia da consciência soberana dos filósofos Hegel (1770-1831) e Sartre (1905-1980),

que evidenciam o sujeito que se apropria do sentido desvelado do ser (VIANA, 2010),

A filósofa Creusa Capalbo (1934-2017), doutora em filosofia, dedicou-se à pesquisa na fenomenologia, ressaltando E. Husserl (1859-1938) e A. Schutz (1899-1959). Também teve destaque por difundir intelectualmente os estudos fenomenológicos no Brasil numa pesquisa acerca de Merleau-Ponty (1908-1961), na qual fez análise do filósofo citado, numa historicidade corrente na discussão do Ser humano e da Ontologia do Ser Bruto ou Selvagem, desmembrando a Fenomenologia da Percepção a alunos, ao extasiar os amantes da Filosofia, na qual delineou de modo compreensível a noção de dialética na obra.

Bem tece a filósofa que a fenomenologia transcendental se qualifica por se atentar com a essência do vivido, descartando de seu pensamento as questões concretas da existência. Mostra que a fenomenologia genética busca as raízes passivas e ativas no homem, para justificar a origem de nossos conhecimentos e os processos de sua tomada de consciência pelo próprio homem. Já a fenomenologia existencial procura compreender o homem em sua estrutura universal numa sincronia com a sua experiência concreta do vivido.

Hannah Arendt (1906-1975), de origem judaica e com forte influenciam no século XX, por sua vez, não se considerava filósofa e não queria seu nome atrelado à filosofia política por não ser partidarista e se julgar pertencente a algo mais amplo. Mesmo assim, nos livros de História da Filosofia é apresentada na linha da filosofia política alemã.

Arendt (1987, p. 7), ao analisar os horrores do século passado, afirmava que os “tempos sombrios não são novos” e “não constituem uma raridade na história”, a exemplo dos períodos da crise em variados contextos: econômico, confiança nas instituições, valores, energética, sustentabilidade, mudanças climáticas e catástrofes ambientais, crises dos paradigmas, mudanças epistemológicas, guerras e terrorismos, intolerâncias religiosas e não menos graves crises do sistema educativo.

A filósofa nunca deixou claro qual seu método, mas se definiu como fenomenóloga, o que fica evidente nas discussões de suas obras. Em “A Condição Humana”, ela destacou a vida ativa numa perspectiva de fenomenologia, uma vez que distingue os campos trabalho, obra e ação. Arendt (2007, p.16) na respectiva obra aponta que “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir”.

E em “A vida do espírito” ela busca enfatizar os fenômenos que condicionam as atividades mentais que são o pensar, o querer e o julgar, as quais são básicas, autônomas e independentes. Segundo Arendt (2000, p. 18),

Estar vivo significa viver em um mundo que precede a própria chegada desaparecer que sobreviverá a partida. Nesse nível do estar meramente vivo o aparecer e o desaparecerá medida que um seguem o outro-são eventos primordiais que, como tais, demarcam o tempo, o intervalo temporal entre o nascimento e a morte.

Convém destacar que sua discussão sobre as esferas pública e privada, em “A Condição Humana”, tem sido referência para os estudos sobre a mulher e questões de gênero.

Já a filósofa e teóloga alemã Edith Stein (1891-1942), também era judia, doutorou-se em Filosofia, tendo sido uma das primeiras mulheres alemãs a obter esse título. Foi aceita como uma das primeiras alunas na Universidade de Göttingen, onde estudou sob a supervisão do brilhante Edmund Husserl, pai da fenomenologia. A filósofa tornou-se respeitada por ser uma das melhores alunas dele, razão por que, Husserl a convidou para tornar-se sua assistente na Universidade de Friburgo. Segundo Ferreira (2018, p.51),

Em 1924, Edith Stein escreve o texto “O que é filosofia?” a partir do qual a filósofa busca ir de encontro a algumas concepções errôneas a respeito do método fenomenológico, buscando esclarecer alguns pontos obscuros. Assim, Stein aborda três pontos fundamentais: a objetividade da consciência, a intuição como método e a questão do idealismo, onde ela discute o chamado giro idealista de Husserl.

Apesar de ter recebido fortes influências do seu mestre Husserl (1859-1938) para seu pensamento, ela não aceitou passivamente suas ideias e manifestou algumas discordâncias, desenvolvendo uma concepção autônoma e original, redesenhando o método fenomenológico, a partir de coletânea de textos nas conferências e manuscritos. Edith Stein esclarece os erros no método fenomenológico, evidenciando os pontos cruciais que são a objetividade da consciência, a intuição do método e a questão do idealismo, trazendo à tona a discussão sobre o giro idealista de Husserl.<sup>17</sup>

Cumprido destacar que Stein retrata o significado da fenomenologia como início de uma construção de visão global do mundo, considerando o próprio modo de contemplá-lo. Assim, ressignificou a visão de mundo, considerando três filósofos: Husserl (1859-1938), Scheler (1874-1928) e Heidegger (1889-1976)<sup>18</sup>.

Ela converteu-se ao catolicismo e adentrou no convento, tornando-se freira Carmelita Descalça, em 1933. Na clausura escreveu “Ser Finito e Ser Eterno”, em que buscou aproximar o pensamento de Husserl ao de São Tomás de Aquino, que é considerada sua mais

<sup>17</sup> Com isso, ela defendeu que a fenomenologia não necessitaria se ater ao idealismo por ser algo pessoal de Husserl e não resultado de uma investigação fenomenológica. Mas, ao separar as posições do idealismo e realismo agregou a teoria da constituição de Husserl numa interligação do mundo e sujeito constituídos da subjetividade transcendental.

<sup>18</sup> Husserl descobriu o âmbito de certeza indubitável e o converteu no campo da investigação fenomenológica. E Scheler pontuou as investigações fundamentais entrelaçadas no campo da ética, filosofia e religião numa força da intuição às essências. Heidegger considera o *dasein* no estudo do eu do sujeito que se difere do outro de forma irrenunciável ao “ser-no-mundo”.

importante obra pelos estudiosos da área.

Maria do Carmo Tavares de Miranda (1926-2012), filósofa brasileira pernambucana, com grande ascensão na literatura filosófica, desenvolveu várias leituras e escritas dos filósofos, sendo reconhecida nos livros de História da Filosofia no Brasil como a filósofa que à razão acrescenta a sensibilidade. Recebeu forte influência do filósofo Heidegger com quem teve contato direto. Sua preocupação filosófica era o pensar e o buscar o sentido do Ser e tentar questionar o próprio pensar. Foi imortalizada pela Academia Pernambucana de Letras, ocupando a Cadeira vacante com prestígio social na Instituição (JAIME,2002).

Iris Marion Young (1949-2006) foi filósofa e cientista política estadunidense, que define a perspectiva social como “o ponto de vista que membros de um grupo têm sobre processos sociais por causa de sua posição neles.” (YOUNG, 2000, p. 137). Para ela, a representação é um processo que ocorre ao longo do tempo e tem momentos ou aspectos distintos, relacionados entre si, mas diferentes uns dos outros, que consiste num relacionamento interposto entre os membros de um eleitorado, entre este e o representante e entre os representantes num organismo de tomada de decisões. Na condição de um relacionamento duradouro entre os eleitores e seus agentes, a representação varia entre momentos de autorização e de prestação de contas num ciclo de antecipação e retomada, encadeado pelos eleitores e pelos representantes, cujos discursos e ações carregam vestígios de um momento a outro.

Conforme Miguel (2010), a representação política, na perspectiva de Iris Marion, engloba três facetas articuladas: interesse, opinião e perspectiva, que não negam a legitimidade da busca do contentamento de interesses, versados por instrumentos em busca da realização para fins individuais ou coletivos. Sendo assim, a produção do conceito de perspectiva social penetra três conjuntos de problemas. São eles: o entendimento do que constitui um grupo social, o valor ou ausência de valor da imparcialidade como critério de justiça e a relação entre experiência vivida e pensamento. Sobre essa análise, Young considera que as dos primeiros problemas são mais sólidas que aquelas dadas ao terceiro, que é a fonte de parte das dificuldades surgidas na utilização do conceito.

Young assinala de maneira geral que a filosofia política não é habilitada a lidar com a noção de grupo social, devido à incapacidade atribuída à visão individualista dominante porque são agregados ou associações. A exemplo cita que, quando um determinado “grupo” eclode na filosofia política, um conjunto de indivíduos compartilham de uma característica comum identificada pelo observador externo como uma reunião de indivíduos que decidem agir em defesa de um interesse comum.

María Zambrano (1904-1991), foi filósofa e escritora espanhola que se destacou

em 1988 como primeira mulher a ser agraciada com o Prêmio Miguel de Cervantes, participou de importantes periódicos, tendo publicado na coluna “Mujeres” artigos em defesa de um feminismo integrador. Também foi professora Assistente de Metafísica, na década de 1930, quando poucas mulheres exerciam a docência universitária.

Gloria Jean Watkins (1952-), estadunidense, cujo pseudônimo é *Bell Hooks*, é escritora, educadora, feminista e ativista social. Ela faz investigação pós-modernas sobre raça, classe e gênero.<sup>19</sup> Desenvolve a escrita resumida, direta, aprofundada, a partir das experiências pessoais interligadas aos conceitos acadêmicos, permeando nas diversas áreas de atuação do feminismo nas relações sociais.

Judith Butler (1956), que segue a corrente pós-estruturalista<sup>20</sup>, com suas teorias filosóficas, afirmando “o mecanismo disciplinar predominante que mobiliza presentemente esta autora-sujeito, embora, de forma bastante rara, apareça dissociada de outros discursos” (BUTLER, 2017, p. 13), estabelece a crítica ao movimento feminista, no que se refere à identidade, pensando no sujeito plural que se subverte à identidade de mulher enquanto ser binário, defendendo que o sexo é uma categoria social e cultural. Segundo essa autora, “A identidade do sujeito feminista, não deve ser o fundamento da política feminista, pois a formação do sujeito ocorre no interior de um campo de poder sistematicamente encoberto pela afirmação desse fundamento.” (BUTLER, 2003, p. 23). Ela questionou Simone de Beauvoir, utilizando o ponto de partida para o conceito de mulheres como sujeito do feminismo, através da crítica radical ao modelo binário sexo/gênero, defendendo:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada ao seu limite lógico a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2017, p. 26).

A pensadora nos faz rever a teoria sobre a “identidade definida” na qual a mulher, enquanto categoria, deve ser repensada pelo movimento feminista, uma vez que inexistente esse sujeito “binário” na distinção sexo/gênero que o feminismo quer representar, radicalizando o que a teoria problematizava. Dessa forma, o conceito de gênero vem afirmar as diferenças sexuais significadas e valorizadas pela cultura de maneira a produzir diferenças que são ideologicamente afirmadas como naturais. Segundo Judith Butler (2007, p. 28-29)

---

<sup>19</sup> Ela nos faz pensar em todas as abordagens desse movimento necessário para uma convivência social mais igualitária e respeitosa com todas as formas de existência. Disponível em: <https://casavogue.globo.com/>. Acesso em: 20 jan. 2020.

<sup>20</sup>Pós-estruturalismo é o conjunto de investigações filosóficas contemporâneas que visa negar ou transformar os princípios teóricos do estruturalismo, propondo um pensamento que recusa fundamentos tradicionais da filosofia, como as ideias de verdade, objetividade e razão.

[...] a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.

As mudanças de percepções de “identidade e sujeito”, que evidenciam o deslocamento do sujeito do feminismo no que se refere à identidade “mulher” para um “não-lugar” do sujeito do feminismo, não o livram de ser criado pelos mecanismos de poder que não tem uma definição fechada, uma vez que no sentido de que é constituído ocorre a ação, a atuação e a luta contra dogmatismos, imposições e induções.

Djamila Ribeiro (1980-), brasileira é uma filósofa feminista. Foi uma das que recebeu o prêmio Prince Claus 2019, pelo Ministério das Relações Exteriores da Holanda, para as personalidades que se destacam pela atuação no desenvolvimento cultural de algum país. Essa premiação possibilitou-lhe ser uma das protagonistas reconhecidas por influenciar as líderes do movimento das mulheres negras no Brasil.<sup>21</sup> Escreveu que

A invisibilidade da mulher negra dentro da pauta feminista faz com que essa mulher não tenha seus problemas sequer nomeados. E não se pensam saídas emancipatórias para problemas que sequer foram ditos. A ausência também é ideologia. Muitas feministas negras pautam a questão da quebra do silêncio como primordial para a sobrevivência das mulheres negras. (RIBEIRO, 2016, p. 101).

A filósofa em questão destaca em sua obra, *O que é lugar de fala?* pertencente à coleção *Feminismos Plurais*, lançado, em 2017, a reflexão sobre o silenciamento e a invisibilidade da mulher negra como forma de desumanização da mulher negra que não é ouvida apontado que o lugar da fala se encontra nos feminismos debatidos. Com isso Ribeiro (2016, p.103) evidencia: “Numa sociedade de herança escravocrata, patriarcal e classista, cada vez mais se torna necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório.”

Lélia de Almeida Gonzalez (1935-1994), filha de um operário e de uma empregada doméstica, nasceu na cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, em 1º de fevereiro de 1935. Foi filósofa, antropóloga, professora, escritora, intelectual, militante do movimento negro e feminista.<sup>22</sup> Seu percurso teve a teoria e prática indissociáveis. Ela desenvolveu no

<sup>21</sup> Nos séculos XVIII e XIX foi situado numa gênese epistemológica do feminismo negro que sempre existiu desde a origem do movimento, porém alguns fatores para a valorização da categoria de seu por conta do racismo e do silenciamento enquanto sujeito da história. Sendo assim, o referido movimento produz ideias das mulheres negras num diálogo de mulher para mulher da mesma etnia defendendo seus pontos de vista.

<sup>22</sup> Existem mulheres que discutem a mesma categoria e outras que desenvolvem um diálogo plural visando ao crescimento e desconstrução de si. E a ressignificação ao inter-relacionamento entre as mulheres Negras vai

Brasil uma autonomia do pensar em seus escritos para todas as mulheres negras que compartilham os princípios filosóficos e políticos de eliminação da opressão sofrida e das desigualdades daí decorrentes. Também buscou articular questões referentes à opressão de gênero, raça e classe, trazendo a reflexão sobre a interseccionalidade.

A filósofa pontua acerca da categoria mulher que não aceita a generalização estabelecida por Beauvoir, afirmando que a construção social e cultural se diferencia e se redefine concomitante com o percurso de cada sujeito, seja na luta pela liberdade, seja no lugar de imanência. Segundo a autora, ao se referir a Simone de Beauvoir,

[...] quando esta afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, etc., mas tornar-se negra é uma conquista). Se a gente não nasce mulher, é porque a gente nasce fêmea, de acordo com a tradição ideológica supracitada: afinal, essa tradição tem muito a ver com os valores ocidentais. (GONZALEZ, 1988, p. 2).

Reconhecida nacional e internacionalmente por sua produção acadêmica e militância, a exemplo, podemos citar que a Google homenageou os 85 anos de Lélia Gonzalez, no corrente ano; e, desde 2015, a Casa da ONU no Brasil leva o seu nome.

Patrícia Hill Collins (1948), nascida na Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos, filósofa e socióloga, é internacionalmente reconhecida como uma contribuição valiosa e histórica em virtude de suas pesquisas com voz epistêmica sobre raça, gênero e etnia, pelas quais recebeu inúmeros prêmios de reconhecimento epistemológico. Destaca-se como professora de renome de sociologia na Universidade de Maryland, College Park, militou com estudos ou estudiosos afro-americanos e foi a centésima presidenta da Associação Americana de Sociologia, sendo a primeira mulher afro-americana a ocupar o cargo.

A filósofa em apreço desenvolve trabalhos acerca do feminismo e gênero na comunidade afro-americana, Collins (2019, p.81) ressalta que, “Na medida em que o pensamento feminista negro articula o conhecimento - muitas vezes naturalizado - compartilhado por mulheres afro-americanas como grupo, a consciência das mulheres negras pode ser transformada por tal pensamento”. A referida autora escreveu reflexões que substanciaram o desenvolvimento do trabalho ativista com pesquisadoras negras no Brasil e na América Latina. Collins (2019, p. 381), afirma que “Os feminismos autodefinidos da diáspora negra exigem vínculos entre o feminismo negro estadunidense e os feminismos das afrodescendentes, bem como o ativismo transacional pelos direitos das mulheres”.

---

além da escrita das mulheres Negras norte-americanas. Em âmbito mundial, destaca-se uma mulher militante negra estadunidense Berverly Fishher.

Do mesmo modo, a discussão de Angela Davis (1944), filósofa americana, também é relevante para a militância negra. Sua construção intelectual foi baseada no movimento e em teóricos da linha marxista, trazendo à baila a filosofia comunista a partir da sua juventude, mediante as variadas situações de segregação e discriminação racial em virtude da experiência vivenciada pela população negra norte-americana. Sobre a sua atuação, destacamos este valioso pensamento:

As mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência. (DAVIS, 2016, p. 35).

Outro nome marcante é o de Chimamanda Nozi Adichie com sua máxima ‘Sejamos todos feministas’, destacando na sua escritura que homens e mulheres são diferentes. Têm os horários em quantidades diferentes, órgãos sexuais diferentes, atributos biológicos diferentes. A pessoa mais qualificada para liderar não é a pessoa fisicamente mais forte, é a mais inteligente, a mais culta, a mais criativa, a mais inovadora. E não existem hormônios para esses atributos. Tanto um homem quanto uma mulher podem ser inteligentes, inovadores, criativos (ADICHE, 2015).

Na discussão contemporânea, como forma de adentrar na filosofia política numa abordagem do feminismo, encontramos Julia Kristeva (1941-), da Bulgária. É filósofa, escritora, crítica literária, psicanalista e feminista búlgaro-francesa. Seu nome é geralmente relacionado ao conceito de intertextualidade e é dela a famosa frase “todo texto se constrói como um mosaico de citações.” (KRISTEVA, 2005, p. 68.).

A pensadora em questão declara as contradições do feminismo no que se refere à manutenção de algumas pressuposições centradas no masculino e defende a necessidade de ser autocrítica no questionamento constante da relação de poder com o sistema social estabelecido. E “o temor dela é que o feminismo se resuma ao perigo de se transformar somente numa tendência de jogo de poder na atualidade.”

A filósofa Márcia Angelita Tiburi (1970-), brasileira sustenta a diversidade feminista como fonte e efeito do caráter mais profundo intitulado feminismo, que é o auge da contraposição ao sistema e promessa numa dialética negativa que objetiva a superação de um estado social injusto, sem temer o sumiço após cumprir a função histórico-social. Retrata a defesa dos anos em que as mulheres de esquerda faziam sobre independência feminina que fora jogada pela mídia criticando o abandono dos antigos padrões sem novas regras de

funcionamento. Ela aponta (2018, p. 24): “[...] para compreender com mais cuidado e delicadeza o feminismo, comecemos por uma autocrítica. Sendo ou não feministas, dizendo-nos ou não feministas, seria interessante analisar a nossa adesão ou a nossa rejeição imediata a algo que nos chama nesse momento e uma posição.”

Marilena Chauí (1941-), filósofa que contribui com suas obras na Formação do ensino da Filosofia em diferentes segmentos. Em debate, os autores Santiago e Silveira (2016) no artigo Percursos de Marilena Chauí: filosofia, política e educação, mencionam que as suas reflexões partem de problemas do cotidiano; que ela criou um estilo de reflexão sobre as questões políticas, sociais e culturais as quais alinhavam uma arguta e sensível percepção da realidade nacional.

Diante do exposto, o caminho para obtenção do conhecimento pelas filósofas foi desafiador, pois tiveram que conquistar espaço na literatura filosófica com suas correntes de pensamentos. Inicialmente conhecidas pelos discursos sexistas e, posteriormente, seus pensamentos foram descortinados, tirando-as da invisibilidade nos currículos e nas pesquisas filosóficas.

Portanto, a coragem e insistência de não se silenciar enquanto mulher no mundo comandado pelo poder masculino foi essencial para protagonizar, a partir das orientações e pesquisas de seus mestres, que muito tentaram fazê-las reproduzir os métodos das suas correntes. Todavia, essas mulheres filósofas tiveram autonomia ao rever os conceitos filosóficos a ponto de ressignificá-los, superá-los e criticar os filósofos que as influenciaram.

### **3.3 A mulher e o ensino superior brasileiro: algumas considerações**

Da Antiguidade aos tempos modernos, o limite do espaço social destinado às mulheres se balizou de forma muito restrita. Diversas formas de confinamento, como o convento, a casa da família, o bordel, o harém, o gineceu ou o castelo feudal, impuseram às mulheres o destino do espaço privado, e o livre acesso ao espaço público é ainda uma conquista muito recente para muitas mulheres.

A análise da história da educação evidencia as diferenças vivenciadas por meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos sociais que tinham como objetivo fomentar as atividades intelectuais para a elite, serviços manuais para as classes populares, além dos trabalhos considerados próprios para mulheres e próprios para os homens em diferentes épocas e espaços. (LOURO, 1994). Sob essa ótica, Nunes (2006, p. 29) comenta: “Essa divisão do espaço social interfere no próximo de construção de representação social da mulher no âmbito da ciência e da profissão, visto que nelas são reforçadas as predominâncias de qualidades relativas à maternidade [...]”. Em Rodrigues (2012, p. 29) encontramos que “a mulher deveria ser preparada para a lida doméstica e o cuidado com os filhos”, havendo,

porém, uma diferenciação entre a educação das filhas, ou seja, as filhas das classes abastadas restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar, enquanto as de famílias despojadas permaneciam analfabetas, na sua grande maioria.

Acrescentamos que o percurso das mulheres, quando passaram a frequentar escolas formais, não foi linear; existia um hiato nas classes sociais, visto que o acesso das mulheres à educação era diferenciado: de um lado, existiam as órfãs que eram cuidadas pelas religiosas femininas e, de outro lado, havia o grupo elitizado das filhas privilegiadas pelo ensino da leitura, escrita e matemática, complementada no aprendizado do piano da língua francesa. O conteúdo ministrado nas turmas destinadas às mulheres, além de considerar aspectos da personalidade, abordavam disciplinas que as preparassem para sua responsabilidade doméstica e materna (VAITSMAN, 1994).

Também Louro (2001) destaca que as meninas das camadas sociais desfavorecidas tiveram dificultada sua inserção nas escolas, pois já precisavam se envolver com as tarefas domésticas, com o trabalho agrícola e com os cuidados dos demais membros da família. Quanto às meninas das classes burguesas, estas tinham acesso ao ensino da leitura, da escrita e das noções básicas de matemática, acompanhado das aulas de piano e educação cristã, muitas vezes ministradas em suas residências por professoras particulares ou em escolas religiosas.

Além disso, eram desenvolvidas atividades para que as mulheres adquirissem outras habilidades, tais como: arte culinária, coser e outras que contemplassem a educação das moças. A esse respeito, encontramos em Louro (2006) o seguinte esclarecimento:

As mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, ou seja, para elas, a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia por que mobilizar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisava ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. (LOURO, 2006, p. 446).

Esses ideais educativos e formativos, voltados para a mulher, também refletiam a moralidade cristã da época, sob forte influência da figura de Nossa Senhora ou Virgem Maria, com suas repercussões no âmbito profissional, em especial, da docência, o que nos remete à Nunes (2006) ao afirmar que

A concepção das qualidades de docilidade, ternura, abnegação, dentre outras, como atributos da Virgem Maria, construídos historicamente e socialmente no Ocidente, será referência para o exercício de profissões ditas “femininas”, como o magistério, e, neste caso, reforçado pela própria figura de Maria como educadora [...] Ela é o modelo para a mulher professora no processo de feminização do magistério, numa amalgama de suas duas expressões: Mãe e Virgem. (NUNES, 2006, p. 177).

E recorreremos à Yannoulas (2011) para melhor compreensão da feminização docente e seus significados. Segundo a autora, o processo de participação das mulheres no trabalho reflete dois significados de feminização das profissões, que correspondem a metodologias diferentes, a saber: Significado quantitativo (Feminilização): refere-se ao aumento de peso relativo ao sexo feminino na composição da mão de obra em um determinado tipo de ocupação e significado qualitativo (Feminização propriamente dita): refere-se às transformações em um determinado tipo de ocupação, originadas da feminização e em relação à imagem do feminino predominante na época, implicam mudanças no significado da profissão (YANNOULAS, 2011, p. 283).

Nesse processo de feminização do magistério, um dos fatores propiciadores foi a criação das Escolas Normais<sup>23</sup>, que se tornaram, paulatinamente, escolas de mulheres, destinadas a transformar meninas/mulheres em professoras, utilizando currículos adaptados para uma boa formação de dona de casa, com normas para moças educadas e recatadas, com uniformes padronizados num caráter formal recatado. E assim, a instituição e a sociedade utilizavam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes a missão educadora, como forma de traçar um perfil para tarefa na formação docente, que também se feminiza. Corroborando esse entendimento, Del Priore (2013) enuncia:

Sendo assim, o processo de ‘feminização do magistério’ também pode ser pensado como resultante de uma força, intervenção e controle do Estado sobre a docência, ou seja, a determinação de conteúdos e níveis de ensino, numa condição das credenciais dos respectivos mestres, horários, livros e salários -, ou como um processo paralelo à perda de autonomia que passam a sofrer as novas agentes do ensino. (DEL PRIORE, 2013, p. 450).

De fato, os discursos acerca da educação e do ensino sobre os sujeitos que deveriam conduzir o processo educativo ou sofrê-lo transformavam-se, alimentavam-se de novas teorias, incorporadas aos novos interesses, refletindo e constituindo novas relações de poder. Sendo assim, as mulheres professoras teriam de fazer-se de maneiras diferentes, incorporando em suas subjetividades e em suas práticas as mudanças sociais. Nesse sentido, Chartier (1988, p. 17) assinala: “As percepções do social não são de forma algum discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor

---

<sup>23</sup> A primeira Escola Normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, pela Lei nº 10, de 1835, que não previa a presença feminina e não logrou êxito. Em Minas Gerais, a Escola Normal também teve início em 1835. No Maranhão, a primeira tentativa de implantação de uma Escola Normal ocorreu em 1840, mas a escola foi fechada em 1844 por falta de alunos. A segunda iniciativa, sob o patrocínio da Sociedade 11 de Agosto, em 1870, também não logrou êxito. Somente em 1890 foi inaugurada a Escola Normal do Estado, pelo governador do Estado do Maranhão, Dr. José Thomas da Porciúncula. A princípio, as Escolas Normais destinavam-se a ambos os sexos, paulatinamente, tornaram-se majoritariamente femininas.

uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.”

Soihet (1998, p. 85), por sua vez, considerando em suas pesquisas a obra de Roger Chartier, afirma que, mesmo pensando a dominação masculina mediante o peso do aspecto simbólico, existem explicitamente formas de ação que resistem à importância do sistema e fissuram, causam rupturas no poder dominante. Isso significa que “a aceitação pelas mulheres de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permita deslocar ou subverter a relação de dominação.”

Desse modo, as professoras e “normalistas” foram se constituindo “educadoras”, depois “profissionais do ensino”; para algumas, “tias”, para outros, “trabalhadoras da educação”. E a expressão “mulher pública” era forma reveladora de uma longa história de constantes exclusões e humilhações com o propósito de mostrar os profundos deslocamentos, conquistas e inovações realizadas pelas mulheres. “As mulheres que conseguiam prosseguir os estudos além do primário geralmente encerravam sua trajetória estudantil nos cursos profissionalizantes.” (VAITSMAN, 1994, p. 56).

É importante destacar que, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a exclusão feminina dos cursos secundários inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores. Somente com promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, Lei nº 4.024/61, “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares.” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Constatamos em 1970 ocorreu na Universidade à inserção feminina, bem como na esfera pública, revertendo o quadro de desigualdade histórica na categoria relacional entre gêneros e consolidando uma nova estrutura com o acréscimo da participação feminina nos diversos contextos sociais no mercado de trabalho, em atividades políticas, artísticas e culturais. A importância dessa questão na estruturação de relações de gênero mais equânimes se reflete no fato de que, historicamente, essa foi uma bandeira que uniu as diversas correntes do movimento feminista. Perrot (2007, p.159) sintetiza essa dimensão, ao afirmar que “o direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações do movimento feminista. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer”.

Portanto, a presença da mulher no ensino superior também passou por mudanças históricas na luta pelo direito de mulher ter acesso a ele. Conforme constata-

Yanoullas, Vallejos e Lenarduezi (2000),

As primeiras Universidades criadas na Europa, no transcurso do século 12, foram as de Bolonha e Paris, que permaneceram fechadas para as mulheres até o século 19. A primeira a admitir mulheres como estudantes foi a de Zurique, em 1865, e a última, a da Prússia, em 1908. O ingresso das mulheres nos estudos universitários e no exercício profissional constituiu-se duro combate para as europeias (católicas, judias e protestantes), combate esse que não foi vitorioso até que se passassem oito séculos da criação da universidade. (YANOULLAS, VALLEJOS;LENARDUEZI, 2000, p 434).

Entretanto, a inserção das mulheres no ensino superior, ocorrida tardiamente em vários países, como nos Estados Unidos, em 1837, no estado de Ohio, com a criação de universidades exclusivas para as mulheres, nos meados do século XIX disseminou-se naquele país com limitação aos cursos de formação do bacharelado, embora sem permitir a acessibilidade das mulheres aos mestrados e doutorados (SCOTT, 1995).

No Brasil, o percurso das mulheres na luta para buscarem espaço no cenário acadêmico e no mercado de trabalho também foi árduo (e ainda o é), principalmente porque nosso país foi um dos últimos da América Latina a criar instituições de ensino superior, conforme expresso por Teixeira (1976):

O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias, – eram 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às Universidades da Metrópole: Coimbra e Évora. (TEIXEIRA, 1976, p. 244).

Assim, registro de acesso das mulheres brasileiras ao Ensino Superior ocorreu com a permissão dada por D. Pedro II por meio do Decreto de nº 7.247<sup>24</sup>, de 19 de abril de 1879, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho. Entretanto, a presença feminina nesse nível de ensino permaneceu inexpressiva, embora presente, principalmente, nas instituições da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Destacamos as pioneiras a cursarem o ensino superior brasileiro: Rita Lobato Velho Lopes, graduada na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887, e Maria Rita de Andrade, que obteve o título de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1926.

Na década de 1920, convém destacar o fenômeno social relativo à instrução feminina no Maranhão, visto que, até então, os bancos escolares eram ocupados apenas pelo sexo masculino. Ocorreu o aumento da oferta de instrução para mulheres nas escolas primárias e secundárias. Nos seus escritos, Abrantes (2012, p. 277) encontramos e menciona a subida da mulher aos degraus das escadas das faculdades de Direito e Medicina para o exercício das mesmas funções que os homens em seus altos poderes exercidos. Também

<sup>24</sup> Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 9 dez.2019.

salienta que o ensino superior nesse estado se iniciou tardiamente, ocasionando um menor ingresso das mulheres maranhenses nos cursos superiores, ocorrendo formando-se poucas doutoras em São Luís, e vinham de outros estados aquelas intituladas de “médicas senhoras” exercendo a ginecologia e a obstetrícia. A autora destaca que em 1925 consta o registro da única mulher formada na Faculdade de Direito, Zélia Campos. No Curso de Farmácia em 1927 a senhorita Maria José de Mattos Serrão, que assumiu a cadeira de Física.

Entretanto, perspectiva de luta pelo amplo direito das mulheres à educação, foi realizada no Rio de Janeiro, em 1922, a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino, promovida pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob a presidência de Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976).

Segundo Bonato (2002),

Na ‘Comissão de Educação e Instrução’ da Conferência se colocavam preocupações com a formação escolar da mulher, envolvendo desta forma questões em torno da formação para o magistério primário, das profissões do comércio e ofícios, a função doméstica e a presença feminina no ensino secundário. Neste sentido, a entrada de mulheres no Colégio Pedro II e em outros cursos superiores era reivindicada. (BONATO, 2002, p. 3).

Também é destacada a entrada delas na educação após sua luta nas relações de poder contra as desigualdades sociais, evidenciando os reflexos do movimento feminista para a compreensão dos fatores que contribuíram para que as mulheres pudessem ter direito de acesso ao ensino no Brasil, principalmente no que se refere à sua inserção no ensino superior, extrapolando, assim, o espaço privado e adentrando no espaço público, que lhes era negado até então.

Corroborando com Perrot (1991, p. 9), na sua crítica às concepções tradicionais da história econômica e social que privilegiaram o homem público, o herói como único ator da história, afirma que o privado precisaria deixar de ser “uma zona maldita, proibida e obscura: o local de nossas delícias e servidões, de nossos conflitos e sonhos.” Por outro lado, Bourdieu (2002) refere-se às mulheres como objetos que circulam no mercado de bens simbólicos. Esse autor deixa transparecer certa fixidez quanto ao papel social das mulheres e, em contrapartida, quanto ao papel masculino, atribui um super valor ou peso a estrutura “masculina”, deixando de reconhecer a capacidade de reação e reflexão dos sujeitos.

No cenário histórico brasileiro, a presença da mulher no Ensino Superior passou por mudanças. No primeiro momento, marcado pelo patriarcalismo e conservadorismo, o direito da mulher ao acesso ao Ensino Superior iniciado no século XIX era restrito. Concomitantemente ocorria a efervescência da primeira onda do feminismo, que reivindicava ensino não diferenciado

entre homens e mulheres. Sobre esse contexto, Pinsky (2014, p.17) relata:

[...] aumenta significativamente o nível de escolaridade da população em geral quanto da feminina (com destaque para o ensino médio). A educação escolar para as mulheres passa a ser mais valorizada ao lado das concepções arraigadas de que as mulheres devem dedicar-se preferencialmente ao lar e aos filhos, fazendo com que o trabalho da mulher continue cercado de preconceito e sendo visto como subsidiário ao do chefe da família.

Do mesmo modo, a história das mulheres foi marcada por muitas contradições no que tange a representação feminina nos diferentes espaços, pois elas protagonizavam a produção do saber, em diferentes áreas e épocas, mas não lhes foi dada voz e não foram feitos os devidos registros dessa atuação. Assim, tornavam-se invisíveis nas leituras científicas acadêmicas, e é possível articular a discriminação da mulher na ciência como vinculada à organização social, em que as relações sociais de poder e dos discursos sobre gênero nos fazem compreender a categoria das “mulheres” como sujeito do feminismo, que é reprimida pelas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação. Em Butler (2017, p. 21), o seguinte esclarecimento: “[...]porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais das identidades discursivamente constituídas.”

E nesse contexto da representação feminina no Ensino Superior, buscamos, numa revisitação histórica, Queiroz (2000, p. 2), que nos aponta com a sua pesquisa no Ensino Superior: “era muito pouco expressiva para caracterizar o ensino superior como um espaço de livre trânsito das mulheres” no cenário da Bahia, nos Cursos de Medicina, Direito e Engenharia, porém, a referida representatividade nessa modalidade de ensino teve “um avanço considerável” em virtude da criação do curso de Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia, em 1942, pelo Decreto-Lei nº 5.125<sup>25</sup>, assinado por Getúlio Vargas. Cursos que vieram a contribuir para o aumento da participação feminina no ensino superior, no entanto, os estereótipos femininos foram reforçados pela atribuição que foi dada a eles como “adequado às mulheres”.

Nas décadas de 1950 e 1960, no conjunto das mulheres que estudavam nas Faculdades, havia as que aspiravam à profissionalização e à independência econômica, e aquelas que, não desistindo da ideia de realizar o casamento, aprimoravam-se para melhor desempenhar os papéis de esposa e mãe. Dessa forma, podemos destacar o que Venturini, Recamán, Oliveira (2004, p. 31) comentam:

---

<sup>25</sup> Decreto-Lei nº 5.125, de 22 de dezembro de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5125-22-dezembro-1942-415237-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10. fev. 2018.

Mesmo nas incorporações na educação o ‘Ser mulher’, até aproximadamente o final dos anos 1960, significava identificar-se com a maternidade e a esfera privada do lar, sonhar com um ‘bom partido’ para um casamento indissolúvel e afeiçoar-se a atividades leves e delicadas, que exigissem pouco esforço físico e mental. E os estudos serviriam para que as mesmas pudessem representar-se socialmente ao lado dos maridos. E gradativamente, as mulheres buscaram nas atividades que desenvolveram e nos espaços que ocupavam, não importa se público ou privado, marcar uma forte diferença em relação aos homens, mesmo que também fossem muitas as que penas reproduzidas e as estratégias masculinas de ação, copiando a tecnologia do poder de um mundo já muito criticado.

A geração que entrou para as universidades a partir de meados dos anos 1960 foi protagonista de um conjunto de mudanças econômicas, políticas, nos códigos de comportamento e nas relações entre os gêneros, que sinalizavam o esgotamento de certos pressupostos dos anos dourados da modernização brasileira e a transição para um novo período (VAITSMAN, 1994, p.68).

É que, “no início da década de 70, as mulheres já constituíam metade da população estudantil do ensino médio apta a ingressar nas Universidades” (VAITSMAN, 1994, p.67). Algumas adolescentes já aspiravam à educação superior e, mesmo buscando cursos tipificados como femininos: enfermagem, letras, pedagogia, gradativamente a participação das mulheres nas universidades aumentava e ocupava novos espaços.

Existia, também, em algumas dessas mulheres a noção de que, sendo alunas da Faculdade, tinham mais condições de dispor “de elementos simbólicos no jogo do poder” e de melhor se colocarem nas relações sociais, o que nos remete ao que afirma Chartier (2001):

As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2001, p.17).

Convém destacar Silva (2011, p. 93), ao declarar que: “na história da Educação constatamos que o percurso da mulher na conquista de direitos elementares, como o de ser alfabetizada, poder frequentar escolas ou simplesmente ser considerada como dotada de inteligência, foi difícil, tortuoso, carregado de opressão e repressão”.

E Biroli (2018, p.21), por sua vez, relata que “[...] nas últimas décadas do século XX que o perfil do acesso das mulheres brasileiras à educação e ao trabalho remunerado se alterou significativamente. Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18% para 55%”. E, no que tange à presença da mulher na Universidade brasileira. Guedes (2008) explicita:

A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no

Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário. A análise da trajetória desse grupo levanta importantes aspectos. Enquanto os homens expressam, no contingente universitário, um aumento de peso relativo semelhante ao dos outros estratos de escolaridade, o aumento de peso relativo, no caso das mulheres, é muito mais expressivo, chegando a quase triplicar nos últimos trinta anos. (GUEDES, 2008, p. 124).

Entretanto, cabe refletir se é possível considerar que houve uma feminização do magistério do ensino superior, na perspectiva dada por Yannoulas (2011), já que algumas áreas são, tradicionalmente, consideradas masculinas, ou se é possível afirmar que, no âmbito do ensino superior, temos presentes os dois processos referentes à presença da mulher na docência: feminilização e feminização.

Convém recordar que, devido à origem da docência no Brasil ser masculina e exercida por religiosos, não foi diferente no ensino da Filosofia em solo brasileiro. Igual situação se repetiu no ensino superior de Filosofia, em seus primórdios, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLC) da USP, bem como na Universidade Federal do Maranhão.

Nesse sentido, destacamos, a título de exemplo, a partir dos registros de alguns arquivos encontrados no Memorial Cristo Rei (UFMA), que a nascente escola, como assim era chamada a Faculdade de Filosofia, foi autorizada para funcionamento pelo Decreto nº 32.606, de 23/04/53, reconhecida pelos Decretos nº 39.663, de 28/07/56 e 40.231, de 31/10/56 que lançaria os primeiros bacharéis e licenciados como embrião que deu origem à própria Universidade. E, neste contexto, estava a Filosofia e, junto, com a reforma que criou a Universidade do Maranhão, em seu auge de expressão, e, como consequência, a tradicional Faculdade de Filosofia mudou de denominação para Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, posteriormente, passou a ser chamada de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que ficaram agrupados em Centros (UFMA, 2008).

E no tocante ao corpo docente do Curso de Filosofia, encontramos em Ferreira (2005, p. 41), o seguinte depoimento sobre a Fundação do Curso: “Ingressei no magistério superior em Filosofia em 1960, e me uni aos grandes idealistas [...] A maioria do corpo docente era formada por Sacerdotes”. Mas também temos a presença protagonista das mulheres na docência do referido Instituto, visto que encontramos mulheres atuantes no Departamento de Filosofia, entrecruzando com as outras áreas do saber, como Psicologia e História.

Podemos evidenciar mulheres sujeitos no curso nascente no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, pois no Conselho Departamental encontramos a Prof<sup>ª</sup>. Ana Maria Martins Meireles, Chefe do Departamento de Histórias e Ciências das Religiões e Prof<sup>ª</sup>.

Terezinha de Jesus Vieira da Silva Godinho, Chefe do Departamento da Psicologia. No que se refere aos docentes partícipes da pós-graduação (*sensu stricto*) em universidades do Brasil, no período 01/1973 a 06/1975 havia: a Prof<sup>ª</sup>. Lúcia Helena Sabóia, Auxiliar de Ensino do Departamento de Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, fazendo Mestrado em Antropologia Social; Prof<sup>ª</sup>. Maria Vitória Borges Dias de Sousa, Auxiliar de Ensino do Departamento de Letras, do Instituto de Letras e Artes, cursando Mestrado em Filosofia no Brasil na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC) - GB. E no período de 03/1973 e 12/1975, a Prof<sup>ª</sup>. Maria de Jesus Medeiros Muniz, Professora Titular do Departamento de Psicologia, do Instituto Filosofia e Ciências Humanas, cursou o Mestrado em Filosofia no Rio de Janeiro. Outras mulheres continuaram desenvolvendo eficazmente, no referido período, a docência na Instituição, dentre as quais, destacamos: Prof<sup>ª</sup>. Elza Maria Cruz Brito, Prof<sup>ª</sup>. Marília Lameira, Prof<sup>ª</sup>. Alcina da Luz Santos Ferreira, Prof<sup>ª</sup>. Nady Morena Domingues da Silva, Prof<sup>ª</sup>. Thereza de Jesus Dias. Na expansão docente, como Professoras Titulares, Prof<sup>ª</sup>. Alcina da Luz Santos Ferreira e Prof<sup>ª</sup> Nady Domingues.

Vemos, portanto, que na referida Instituição maranhense houve a transição de um corpo docente majoritariamente masculino e religioso, para um corpo docente em que as mulheres passaram a exercer não somente a docência, mas também a ocupar cargos e a qualificar-se academicamente por meio de cursos de pós-graduação. Atualmente, o Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão conta com vinte e sete docentes, dos quais, vinte e dois homens, e cinco mulheres, o que demonstra a oscilação da presença feminina na docência do referido curso ao longo dos anos.

Hoje, temos a presença crescente das mulheres no ensino superior, como discentes e docentes, e, de acordo com o Censo da Educação Superior - relativo ao ano de 2018 e publicado em 2019 - constante no Relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), atualmente no Brasil temos o que segue: os cursos de licenciatura são predominantemente femininos, com 71,3% de mulheres, e 28,7% de homens. Nas áreas dos concluintes dos cursos de graduação, há uma variante da presença feminina: nas áreas de Saúde e Bem-estar e Educação há predominância das mulheres com 75%; mas os homens são presença majoritária em duas áreas: Engenharia, em Construção e Produção os homens são maioria com 62,6%, e as mulheres são 37,4%; e na de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação, 86,2% são homens e somente 13,8% são mulheres. Algumas áreas, tradicionalmente masculinas, apresentam uma aproximação no percentual por sexo: as áreas de Ciências Naturais, Matemática e Estatística, em que 54,1% são mulheres e 45,9% são homens; nas áreas de Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária que contam com 50,4%

mulheres e 49,6% de homens; o mesmo ocorrendo nas áreas de artes e humanidades são 56,3% mulheres e 43,7% homens, na qual se insere a o curso de Filosofia (INEP, 2019).

Dessa forma, podemos destacar nas pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2019) acerca do diagnóstico das mulheres ingressantes no ensino superior brasileiro, que o número de mulheres supera a dos homens, pois cresceu o quantitativo daquelas matriculadas em instituições de ensino superior, aumentando significativamente nas áreas de humanas e, especificamente, na de Filosofia.

No que se refere à atuação dos docentes na pesquisa, de acordo com os dados do Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq (2018), a partir de 2010 há paridade de sexos entre os pesquisadores e pesquisadoras do Brasil. Fato que traduz um significativo avanço da presença feminina no âmbito do ensino superior, no que tange à pesquisa, visto que em 1995 esse percentual era de 61% masculino e somente 39% feminino. (Diretório de Grupos de Pesquisa CNPq, 2018).

Por certo, anos se passaram e o aumento das mulheres para ingresso no Curso de Filosofia, como docentes, se tornou uma conquista e com isso a formação ganhou força, possibilitando a emancipação do pensar a diversas interfaces das Universidades/Faculdades, dispondo de um processo investigativo com o diálogo na academia objetivando a sensibilidade epistêmica.

## 4 ESCRREVENDO AS MEMÓRIAS DAS PROFESSORAS DE FILOSOFIA

Figura 4 - Mulheres Atenas Maranhenses.



Fonte: Freire Filho (2020).

Nesta seção, buscamos, inicialmente refletir na ilustração as moradias e os caminhos do Centro Histórico de São Luís, com seus paralelepípedos e suas pedras de cantaria, onde caminharam e filosofaram as pensadoras de nossa cidade, ruas essas que encantam até hoje quem caminha por lá. Com isso, reconhecer a presença e a participação da mulher no Ensino Superior brasileiro, com destaque para o Curso de Filosofia da UFMA; identificar a presença feminina no corpo docente do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão, no ano de sua criação, buscando compreender como se configurou este ingresso; e, evidenciar a atuação e os desafios vivenciados pelas primeiras mulheres professoras do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão

nestes espaços, por meio de suas narrativas, destacando seu protagonismo e as suas contribuições para a referida Instituição de Ensino Superior.

#### **4.1 O Curso de Filosofia no Brasil e no Maranhão: registros de uma história**

Nesta subseção, iremos fazer um breve registro do histórico do Curso de Filosofia desde o período colonial no Brasil, sua inserção no Maranhão, passando pela Fundação até a discussão da história do Curso de Filosofia da UFMA. E na releitura da história do ensino de Filosofia percebemos que é delineada por movimentos de acréscimos e decréscimos no currículo da educação. E quando ela inicia no território brasileiro possui uma característica eclesiástica e servil que gradativamente tornou-se uma mola propulsora do conhecimento que visa à emancipação do pensar na educação.

De acordo com Costa Neto (2004), é possível identificar períodos distintos no processo de institucionalização do ensino da Filosofia no Brasil, os quais são: o primeiro, de 1556 até 1934; o segundo de 1934 até 1970 e o terceiro a partir de 1970. Destacamos os períodos e suas criações, a saber:

O Primeiro período (1556-1934) - corresponde à criação do primeiro colégio jesuítico, até a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP;

O Segundo Período (1934 – 1970) - corresponde ao período de criação dos cursos de filosofia em quase todo o Brasil e, portanto, encerrando-se com o início dos Programas de Pós-graduação em Filosofia;

O terceiro período (1970 – aos nossos dias) caracteriza-se pela implantação do Sistema Nacional de Pós-graduação, em 1976, e da criação Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), em 1983; bem como de Grupos de Trabalho e de sociedades especializadas.

Partindo dessa periodização, passamos a discorrer sobre os referidos períodos, inclusive quanto ao ensino de Filosofia no Maranhão:

##### **Primeiro período (1556-1934)**

Costa Neto (2004) considera que este período apresenta duas etapas distintas: a primeira, de 1556 até 1827, caracterizada pela ausência de instituições de ensino superior; e uma segunda etapa, que se inicia com a criação das Faculdades isoladas, indo até 1934, com a implantação dos Programas de Pós-graduação em Filosofia no Brasil.

Haja vista, vemos que o ensino de Filosofia no Brasil provocou consequências no processo de Formação filosófica assumindo um caráter ideológico pautado no religioso e

jurídico. Com isso, as correntes do aristotelismo tomista perduraram nos séculos XVI-XVIII seguido pelo espiritualismo eclético<sup>26</sup> na perspectiva de Victor Cousin<sup>27</sup>, baseado no positivismo de Augusto Comte, no evolucionismo e no germanismo na escola de Recife. E as características apresentadas por Costa Neto (2004) é a ausência de uma Filosofia sistematizada por diferentes obras filosóficas de origem europeia, na qual as ideias vinham em diferentes sistemas filosóficos europeus focados por títulos e conteúdos introdutórios sem uma formação especializada.

Assim sendo, o ensino de Filosofia no Brasil, iniciou-se com a contribuição dos padres Jesuítas pertencentes à Companhia de Jesus em 1553, no século XVI através de um ensino filosófico que ressaltasse o conhecimento prévio do mundo com o interesse desse grupo na articulação entre a Igreja e o Estado. E com isso, o referido grupo de padres visava além dos fins educacionais que intitulava de “exercícios espirituais” e gradativamente a educação foi tomando seu espaço. E a ordenança os Jesuítas, “é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças, integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé.” (RAYMUNDO, 1998, p. 43).

Desta forma, o método educacional dos Jesuítas, que é o *Ratio Studiorum*<sup>28</sup>, determinava o currículo, a orientação e a administração do sistema educacional a ser cumprido, instaurado por Inácio de Loyola para orientação das ações educacionais dos padres jesuítas com o intuito de desenvolver as atividades educacionais em diferentes espaços que eles atuavam. Além disso, sofreu forte influência da orientação filosófica das teorias de Aristóteles e de São Tomás de Aquino, pelo Movimento da Renascença e por extensão, pela cultura europeia. E o método destacado apresentava três opções de cursos organizados por disciplina: o curso secundário, que correspondia ao curso secundário, e dois cursos superiores, o curso de teologia e o curso de filosofia. Enfatizado por Wonsovicz (2005, p.26) que esclarece:

A Europa, dos séculos XVI e XVII, viveu a renovação da escolástica, como uma

---

<sup>26</sup> O espiritualismo eclético denomina-se por dois elementos fundamentais: o método eclético, segundo o qual, é necessário se fazer uma análise da história da filosofia, buscando em cada sistema filosófico o que ele tem de verdade e descartando seus elementos errôneos; e a doutrina espiritualista, cujo caráter fundamental é o de subordinar os sentidos ao espírito, por extensão, por todos os meios que a razão permite, para elevar e engrandecer o homem. (GORTE, 2018, p. 4).

<sup>27</sup> o fundador de uma corrente de pensamento denominada Ecletismo, e sua estruturação completa foi feita na obra *Du Vraie, du Beau et du Bien*, publicada pela primeira vez em 1836(GORTE, 2018, p.5).

<sup>28</sup> O *Ratio Studiorum* não era um tratado sistematizado de pedagogia, mas sim uma coletânea de regras e prescrições práticas e minuciosas a serem seguidas pelos padres jesuítas em suas aulas (SHIGUNOV NETO E MACIEL, 2008, p. 180).

filosofia eficaz na reação contra a liberdade de religião advinda da reforma. Na metade do século XVI, os jesuítas participaram ativamente das mudanças que ocorreram na organização dos novos estudos e métodos pedagógicos.

Ressaltando a atuação dos Jesuítas no ensino da Filosofia, a partir do estudo de Serafim Leite intitulado “O Curso de Filosofia e tentativas para se criar a Universidade do Brasil no século XVII”, Moraes Filho (1959) fez o seguinte registro:

Segundo o padre Serafim Leite, o primeiro curso de filosofia que se deu no Brasil ocorreu no ano de 1572: ‘No fim dele, o Colégio da Bahia deu o grau de Mestre em Artes aos estudantes de fora; aos de casa também, aos que o mereciam ou se destinavam a Mestres’. E, em outro escrito, informa ainda o conspicuo sabedor das nossas coisas dos tempos coloniais: ‘Concluamos com a nota final de que se chegaram a dar graus em Arte (filosofia), no Colégio da Bahia, no século XVI’. (MORAES FILHO, 1959, p. 3).

E os dados apresentados Marques (2018) trazem informações sobre a atuação jesuítica no Maranhão no período em tela:

Em 1588, com as duas expedições lisboetas ao Amazonas, iniciou-se o Curso de Teologia Especulativa e Moral (Casos de Consciência) e estes, abertos ao público externo: ‘assim principiaram os estudos superiores no Maranhão’ (LEITE, 2006: IV, 265). (MARQUES, 2018, p.104).

Ainda no que tange ao Maranhão, assim Nunes (2000) comenta:

No Maranhão, durante os seus primórdios, foram às congregações religiosas que assumiram a educação, ministrando dois tipos de ensino: as Escolas, para os meninos, ensinando-os a ler, e escrever e contar; e os Colégios, destinado aos adolescentes, oferecendo o ensino das primeiras letras, Filosofia, Teologia, Retórica e Gramática. (NUNES, 2000, p. 96).

E, segundo Meireles (2015, p. 257), as referidas aulas eram “mantidas pela Companhia de Jesus, em sua residência da Madre Deus”.

Outro ponto a considerar no referido período jesuítico em terras maranhenses, são os documentos históricos encontrados pelo pesquisador Luís Álvaro Marques<sup>29</sup>, em sua obra “A Lógica da Necessidade”, na qual descreve o ensino de Rodrigo Homem, no Colégio Máximo do Maranhão (1720 -1725), sediado em São Luís.

De acordo com os achados do mencionado autor, apenas o “Colégio Máximo” poderia oferecer graus válidos publicamente, nas Humanidades, Filosofia e Teologia, como os seus Atos Públicos, e afirma:

A praxe corrente na concessão de graus no Colégio do Maranhão nas Artes ou

---

<sup>29</sup> Traz em sua tese de Doutorado em Filosofia na PUC-RS, a pesquisa feita na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, numa abordagem histórica sobre o ensino da Filosofia no Maranhão, no Colégio Máximo, em 1709, no qual destaca constantes filosóficas no magistério maranhense, sob os cuidados de Rodrigo Homem.

Filosofia poderiam ser os graus de Bacharel, Licenciado e Mestre (Láurea) conforme os exames prestados diante de três examinadores para os graus de Bacharel e Licenciado e cinco, para os Mestres ou Doutores, conforme a fórmula geral do Colégio. (MARQUES, 2018, p.111).

Posteriormente, após a expulsão dos Padres Jesuítas, em 1759, ocorreram mudanças políticas, econômicas e culturais em Portugal, repercutindo na educação brasileira, e com isso iniciou-se o Período Pombalino<sup>30</sup>, que garantia a continuidade da presença da filosofia em virtude da sua utilidade devido à “ciência natural”. Período este que destacava Marquês de Pombal com sua nova mentalidade educacional, diferente dos jesuítas, que defendiam uma visão filosófica voltada para o Tomismo-Aristotélico. Com isso, o papel da Filosofia era a mudança voltada para o desenvolvimento científico do século XVIII, o Iluminismo.

Cunha (1986, p. 53) aponta: “A Reforma da Universidade de Coimbra, de 1770, é a mais conhecida medida de reforma educacional de Pombal. Às suas quatro faculdades maiores, de Teologia, Cânones, Direito e Medicina foram acrescentadas as de Matemática e Filosofia”. Quanto à Filosofia, tinha lugar cativo nos seminários e foi vista como Ciência natural, formava os sacerdotes para exercerem o papel de agentes da modernização econômica. A Filosofia deixava de ter um caráter meramente abstrato e buscava uma realização mais concreta (QUILLICI NETO, 2007, p. 33).

E assim registrou Pacheco (1969) sobre os reflexos da mencionada Reforma no Maranhão:

Na primeira metade do século XVIII, já o ‘Colégio de N. Sra. Da Luz’ conferia graus acadêmicos. Aí funcionavam as Faculdades próprias dos antigos Colégios da Companhia de Jesus: Humanidades, Filosofia e Teologia e o Curso de Artes. Fechado o ‘Colégio’, em 1759, em razão da expulsão dos Jesuítas, ficou a instrução no Maranhão sem curso secundário e superior, reduzida a poucas aulas primárias de mestres incapazes, pagos por Portugal. Quem mais instrução almejava, fosse recebê-la em Coimbra. (PACHECO, 1969, p. 146).

Acompanhando a Família Real ao Brasil veio o mestre português, Silvestre Pinheiro, que havia deixado a Congregação do Oratório, com o objetivo de realizar uma série de conferências filosóficas no Real Colégio de S. Joaquim. Depois, em 1813, ele ministrou um curso de filosofia, cujo conteúdo foi publicado com o título de “Preleções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia”, visando

---

<sup>30</sup> O Brasil foi atingido fortemente pela chamada Reforma Pombalina, principalmente pela destruição da educação e expulsão dos jesuítas das terras de domínio português. Pombal desejava acompanhar as mudanças que vinham assolando a Europa naquela época, e a presença dos jesuítas em território português dificultava a implantação do novo projeto econômico e cultural (QUILLICI NETO, 2007).

renovar os estudos de Filosofia no Brasil.

Foram criadas as primeiras instituições de ensino superior destinadas ao preparo de pessoal para a Corte e para o serviço militar (Academias Militares e Cursos de Cirurgia). E, dentre as disciplinas do quarto e quintos anos da Real Academia Militar, constava o ensino de Filosofia. Quando da saída da Família Real do Brasil, em 1822, já existiam sete cursos de educação superior, com forte influência da Universidade de Coimbra.

E no que se refere ao Ensino de Filosofia em solo maranhense, Nunes (2000) comenta que, em 1821:

[...] os maranhenses José Cândido de Moraes e Silva e Manoel Pereira da Cunha abriram um colégio particular destinado para meninos, instalado no prédio onde funcionara a Tipografia Nacional. Ensinavam as primeiras letras, Latim, Francês, Retórica, Filosofia Racional, Gramática, Etimologia e Geografia; e como disciplinas facultativas, Música, Dança e Desenho. Propunham-se em ministrar uma educação moral pautada nos sentimentos religiosos e no exemplo pessoal. (NUNES, 2000, p. 99).

Em 1838, o Liceu Maranhense foi fundado, tornando-se a principal escola secundária laica do Estado, em cujos programas constavam Filosofia como uma das disciplinas.

Ainda sobre o Ensino de Filosofia no Período Imperial, encontramos o registro de Moraes Filho (1959):

Nas Províncias do Império, encontramos a filosofia incluída obrigatoriamente no currículo dos liceus e dos ginásios, de nível secundário desde as primeiras décadas do século XIX, mesmo anteriormente à fundação do Colégio D. Pedro II. Sem maiores rigores de cronologia, é fácil apontar o ensino da filosofia em 1831, em São Paulo e Ceará; 1836, na Bahia; 1837, em Pernambuco e Minas Gerais; 1838, no Maranhão; 1847, no Rio Grande do Norte e 1851 no Rio Grande do Sul. (MORAES FILHO, 1959, p.8).

No entanto, mesmo não ocorreu com relação ao Ensino Superior, depois da Independência aconteceram debates de parlamentares sobre a criação de estudos superiores de Filosofia no Brasil, sem, no entanto, haver êxito.

Com a implantação da República, muitas reformas foram propostas, nas quais a obrigatoriedade do ensino de Filosofia sofreu oscilações, conforme segue: Houve a publicação da Reforma Benjamin Constant, em 1890, que excluiu o ensino de Filosofia, que retornou, em 1901, com a Reforma Epitácio Pessoa. Mas a exclusão volta a ocorrer em 1911, com a Reforma Rivadávia Correa, e, em 1915 a Reforma de Carlos Maximiliano propôs o ensino facultativo de Filosofia. Apenas com a Reforma Rocha Vaz, em 1925, dez anos depois, é que o ensino de Filosofia voltou a ser obrigatório, no caso, no quinto e no sexto ano do ensino secundário. E, no ano de 1925, a Reforma Rocha Vaz manteve o curso ginásial em seis

anos, sendo criadas as cadeiras de Filosofia, para o quinto ano ginasial, e de História da Filosofia, para o sexto ano.

Com relação ao ensino superior, somente em 1908 foi instalado o primeiro curso superior de Filosofia no Brasil, localizado no Largo de São Bento, em São Paulo. Entretanto, em 1917, a mencionada Faculdade é fechada reabrindo somente em 1922.

Em 1931, foi promulgado o Estatuto das Universidades Brasileiras, trazendo a proposta da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No ano seguinte, a Reforma Francisco Campos alterou a estrutura do curso secundário para dois ciclos: o fundamental, de cinco anos, e o complementar, de dois anos, que visava à preparação para o ensino superior, no qual o ensino de filosofia fazia parte do currículo, da seguinte forma: história da filosofia era obrigatória na segunda série, para os que iriam tentar o curso de Direito; e o ensino de lógica como preparação para os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Engenharia, Arquitetura e, também, Direito.

No ano de 1934, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na Universidade de São Paulo, marco final do período em tela.

### **Segundo Período (1934 – 1970)**

Assim como no período anterior, as reformas e leis educacionais continuaram alterando a obrigatoriedade do ensino de Filosofia nos colégios. Conforme disposto na Reforma Gustavo Capanema, de 1942, a partir da segunda e terceira séries do curso clássico e na terceira série do curso científico era obrigatório o ensino de Filosofia. Já com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, o ensino de filosofia perdeu seu caráter obrigatório, passando a ser uma disciplina complementar, indicada para o 2º ciclo, cabendo aos Conselhos Estaduais à escolha das disciplinas complementares das optativas.

Quanto ao ensino superior, registramos que, por iniciativa de Anísio Teixeira, Secretário de Educação, foi fundada a Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em 1935. Cinco unidades compunham a Universidade: Instituto de Educação, Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras e Instituto de Artes. Quando, em 1937, foi modificada a denominação da Universidade do Rio de Janeiro para Universidade do Brasil, foi incluída no plano geral a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, organizada, posteriormente, no ano de 1939.

Nesse mesmo ano ocorreu uma regulamentação oficial que definiu a estruturação curricular dos cursos superiores de Filosofia, por meio do Decreto-Lei nº. 1.190 de 04 de abril

de 1939<sup>31</sup>, que regulamentava a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, e que se estendeu para todos os cursos criados no Brasil a partir daquele momento, a exemplo da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, criada no referido ano.

Dez anos depois, em 1949, foi criado na cidade de São Paulo, o Instituto Brasileiro de Filosofia - IBF, que publicou, a partir de 1951, a Revista Brasileira de Filosofia.

A década de 1950 registrou um gradativo aumento do número de Cursos de Filosofia no Brasil, conforme atestado por Moraes Filho (1959):

Existem atualmente (ano de 1957) no Brasil 50 Faculdades de Filosofia, assim distribuídas pelas unidades da federação: Pará, 1; Maranhão, 1; Ceará, 1; Rio Grande do Norte, 1; Paraíba, 3; Pernambuco, 3; Alagoas, 1; Sergipe, 1; Bahia, 2; Minas Gerais, 5; Espírito Santo, 1; Rio de Janeiro, 3; Distrito Federal, 4; São Paulo, 10; Paraná, 3; Santa Catarina, 1; Rio Grande do Sul, 8; Goiás, 1. Verifica-se que somente Amazonas, Piauí e Mato Grosso não possuem esta modalidade de ensino superior, mantendo-se na vanguarda o Estado de São Paulo com 10 escolas de filosofia, logo seguido do Rio Grande do Sul. Neste momento, está-se constituindo a nona Faculdade deste último Estado. (MORAES FILHO, 1959, p. 20).

Quanto aos primórdios do Curso de Filosofia no Estado do Maranhão, registramos que, no dia 15 de agosto de 1952, em uma das dependências do Memorial “Cristo Rei” foi fundada a Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão (FAFI) tendo por objetivo formar professores e intelectuais.

A Faculdade de Filosofia, recentemente criada por um convênio entre a Fundação Paulo Ramos e a Arquidiocese de São Luís do Maranhão sendo arcebispo D. José de Medeiros Delgado, logo ganhou a confiança do povo maranhense. [...] Tinham um ideal que conseguiriam passar aos seus discípulos; o de trabalhar com entusiasmo, dando cada um tudo de si mesmo para que num futuro próximo fosse criada uma Universidade, com vários cursos de muita credibilidade e que o Maranhão “Atenas Brasileira” reconquistasse esse título. A maioria dos professores e alguns alunos que depois se integraram à docência trabalhavam até sem salário fixo, porque a faculdade se mantinha de uma subvenção que vinha do Ministério da Educação, e que custava muito a ser liberada, por motivos que desconheço. (FERREIRA, 1999, p.39).

Posteriormente, após reuniões efetivadas na FAFI com os Catedráticos Interinos, no dia 23 de abril de 1953 foi assinado por sua Excelência Senhor Presidente da República, Getúlio Vargas, o Decreto nº 32606/53 nos seguintes termos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do artigo 23 do Decreto-lei nº 421, de 11 de maior de 1938, DECRETA: Artigo único – É concedida autorização para funcionamento dos cursos de filosofia, letras neolatina, geografia e história e pedagogia da Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão, mantida pela Fundação Paulo Ramos e com sede em São Luís, capital do Estado do Maranhão. (BRASIL,1953).

---

<sup>31</sup> O Decreto-Lei nº. 1.190 de 04 de abril de 1939 foi substituído somente em 1962 pelo Parecer 277/62.

Em 10 de fevereiro de 1953, Dom José de Medeiros Delgado criou oficialmente a Faculdade de Filosofia do Maranhão, em sessão solene na Academia Maranhense de Letras, que ofereceria os cursos de Artes, Filosofia, Geografia, História, Letras Neolatinas e Pedagogia, a fim de demandar novos horizontes para o Ensino Superior maranhense (UFMA, 2008).

De acordo com Meireles (2015, p. 396) a referida faculdade contou com o incentivo da Academia Maranhense de Letras, “que lhe emprestou muitos de seus catedráticos fundadores”:

Odilon da Silva Soares, João Bacelar Portela, Rubem Ribeiro de Almeida, José da Mata Roma, Jerônimo José de Viveiros, Luis de Moraes Rego, Domingos Vieira Filho, Fernando Ribamar Viana e Mário Martins Meireles. (MEIRELES, 2015, p. 396).

Em maio de 1955, o Arcebispo Dom José Delgado fundou a Sociedade Maranhense de Cultura Superior SOMACS, visando, de acordo com Meireles (2015, p. 486), “instituir e manter uma Universidade Católica, “o que se efetivaria, em data de 18 de janeiro de 1958, nela integradas as faculdades de Enfermagem, Filosofia (com a designação de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Maranhão), Serviço Social e a recém-criada (1955) Faculdade de Medicina.” No ano seguinte, ocorreu o reconhecimento do Curso de Filosofia, em 31 de outubro de 1956, pelo Decreto nº 40231<sup>32</sup> (BRASIL, 1956).

Tendo em vista as reivindicações da comunidade maranhense expressas em projetos apresentados pela bancada do Maranhão no Legislativo Federal, o Chanceler da Universidade Dom José de Medeiros Delgado acolheu a sugestão do Ministério da Educação e Cultura, feita a partir da proposta do Governo Federal, a criação de uma Fundação Oficial que passasse a manter a Universidade do Maranhão e agregasse ainda a Faculdade de Direito, a Escola de Farmácia e Odontologia – instituições isoladas federais fundadas ofereceram à União da Universidade Católica que pela Lei nº 5.152 de 20 de outubro de 1966 criou a Fundação Universidade do Maranhão. (IESMA, 2019).

Art. 3º A Fundação terá por objetivo implantar, progressivamente, a Universidade do Maranhão, instituição de ensino superior, de pesquisa e de estudo em todos os ramos do saber, visando, imediatamente, a contribuir para a solução de problemas regionais de natureza econômica, social e cultural.

Art. 4º Organizada a Fundação Universidade do Maranhão, e empossado seu primeiro Conselho Diretor, ficam revogados os efeitos do Decreto nº 50.832, de 22

---

<sup>32</sup> BRASIL. EMENTA: Concede reconhecimento ao curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão. Texto de publicação original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/11/1956, Página 21225 (Publicação Original); **Coleção de Leis do Brasil** - 1956, Página 121 Vol. 8 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40231-31-outubro-1956-331525-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

de junho de 1961,<sup>33</sup> e, conseqüentemente, extinta a Universidade do Maranhão, mantida pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior.

Art. 5º O patrimônio da Fundação Universidade do Maranhão será constituído:

I - pelos bens de propriedade da União que, na data da publicação desta Lei, integram os patrimônios da Faculdade de Direito de São Luiz do Maranhão e da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luiz do Maranhão, federalizadas de conformidade com o item II do art. 3º da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950,<sup>34</sup> compreendendo imóveis, móveis e instalações, veículos e semoventes. (BRASIL,1961).

Em decorrência da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540 de 28/09/1968), que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e suas outras providências”, e, em consonância com as diretrizes nacionais por ela estabelecidas, foi elaborado o Estatuto da UFMA. Neste período, a referida Universidade tinha como Reitor Cônego José de Ribamar Carvalho foi organizada em Centros, nos quais estavam vinculados Institutos e Faculdades. O Curso de Filosofia, juntamente com os cursos de Psicologia, Sociologia, Geografia e História constituíram o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

É nesse período em que se dá a constituição e consolidação das Faculdades de Filosofia no Brasil. A ampliação dos cursos de Filosofia, a busca de qualificação de seus docentes, alinhado a outros fatores propiciaram o início dos Programas de Pós-graduação em Filosofia, que ocorreu nos primeiros anos da década de 1970, caracterizado o final deste período.

### **O terceiro período (1970 – aos nossos dias)**

Costa Neto (2004, p. 88) considere esse período como de “conclusão do processo de institucionalização da filosofia no Brasil”. A implantação do Sistema Nacional de Pós-graduação, com os Mestrados e Doutorados, em 1976 e a criação da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), em 1983; é considerado o marco inicial deste período. E, segundo a página oficial da ANPOF<sup>35</sup>:

A Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof) foi fundada em 1983 durante uma reunião sobre pesquisa em Filosofia promovida pelo CNPq, em Brasília. Segundo o Art. 3º de seu Estatuto, seus objetivos eram "promover maior integração dos cursos de pós-graduação em Filosofia; defender os interesses das pós-graduações [desta área] junto aos órgãos competentes [e] estimular, em todos os níveis, a investigação filosófica no País". Seu primeiro presidente e secretário-geral foram, respectivamente, o Prof. Dr. José Arthur Giannotti (USP e Cebrap) e o Prof. Dr. Zeljko Loparic (Unicamp).

<sup>33</sup> BRASIL. Decreto nº 50.832 de 22/06/1961 na ementa concede a Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada, revogada pelo DEC. S/N - 25/04/1991 no governo de Jânio Quadros, Publicação Original [Diário Oficial da União de 23/06/1961] (p. 5674, col. 2). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/473399>.

<sup>35</sup> Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2013-11-25-22-44-25/historico>

No ano seguinte, foi realizado o I Encontro Nacional de Filosofia, ao qual se sucederam encontros bianuais, em diferentes estados brasileiros, contando com a presença de pesquisadores e estudiosos da área, em âmbito nacional e internacional. Neste contexto, são constituídos e ampliados os números dos Grupos de Trabalho, de sociedades e periódicos especializados em Filosofia.

No que se refere à Universidade Federal do Maranhão, no período da administração do reitor Prof. José Maria Ramos Martins foi elaborado um segundo Estatuto, que obteve aprovação pela Portaria Ministerial nº 41 de 19/01/1979. Assim, a Universidade Federal do Maranhão ganhou uma nova estrutura, pela sua definição de instituição oficial de ensino superior, sob a forma de fundação, distribuída administrativamente por três níveis: superior, intermediário e departamental. Decorre, portanto, dessa nova estrutura, a criação do Departamento de Filosofia, vinculado ao Centro de Estudos Básicos.

Após a constituição do Departamento de Filosofia e da Coordenação do Curso, os órgãos passaram a estudar as normas do Conselho Federal de Educação, à época, objetivando uma alteração curricular do curso, o que se legitimou a partir de 1983, com a aprovação do novo currículo, pela Resolução nº 10/86 – CONSUN, cuja proposta fora pautada no Parecer nº 277 – CFE de 20.10.62, em que se encaixam os conteúdos mínimos e a duração do curso de Graduação em Filosofia.

Sendo esse o marco de referência de nosso estudo, a criação do Departamento de Filosofia da UFMA, consideramos que se findam, nesse acontecimento, os registros do terceiro período, de acordo com proposto por Costa Neto (2004). Passamos a discorrer, a partir da próxima subseção, sobre a presença das primeiras docentes no referido Departamento, quando de sua constituição no âmbito da Universidade Federal do Maranhão.

#### **4.2 As primeiras docentes do Departamento de Filosofia da Ufma**

Nesta subseção serão apresentados os dados coletados para fazer a análise, a partir das entrevistas semiestruturadas sobre a atuação das mulheres professoras. Com isso, os resultados descritos advêm da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), que aponta a compreensão das entrevistadas, a partir dos quais foram identificadas as categorias analíticas. Para tanto, utilizamos o instrumento da pesquisa através de entrevistas semiestruturadas sobre a atuação das mulheres professoras. Com isso, os resultados descritos advêm da análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2016), que aponta a compreensão das entrevistadas, a partir dos quais foram identificadas as categorias analíticas.

Para a referida construção dos dados, optamos por realizar entrevistas semiestruturadas com as primeiras professoras do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão de 1979. Segundo Manzini (2012, p. 156) “A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras etc.”. E como forma de desenvolver no trabalho as memórias, buscamos em Chartier (1988, p. 17) a compreensão de que: “As percepções do social não são de forma alguns discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

Para localizarmos os sujeitos da pesquisa, utilizamos os dados fornecidos pelo Palácio Cristo Rei pelos poucos documentos comprobatórios da época, em decorrência de um incêndio ocorrido no local, segundo informação dada pelos responsáveis dos arquivos do referido prédio, identificamos que o Departamento de Filosofia quando de sua criação, em 1979, era composto por vinte e um docentes, dos quais eram onze mulheres e dez homens. Da relação das onze primeiras professoras do DEFIL, constatamos que uma é falecida e quatro não foram localizadas. Dessa forma, foram entrevistadas seis professoras aposentadas da Universidade Federal do Maranhão.

Para a realização das entrevistas seguimos após o resultado do Parecer número 3639182 submetido na Plataforma Brasil aprovado no dia 14 de outubro de 2019 evidenciando os seguintes comentários e considerações sobre a Pesquisa: que a investigação tem relevância para a construção da memória na área de Filosofia, sobretudo no que diz respeito à história da graduação na Universidade Federal do Maranhão, trabalhando com as seguintes hipóteses: 1. As primeiras mulheres professoras no período de 1979 que protagonizaram na sua prática docente. 2. A educação das primeiras mulheres maranhenses licenciadas em filosofia ocorreu a partir da conscientização da necessidade de escolarização, qualificação profissional e exercício da cidadania.

Após essa fase, fizemos os primeiros contatos com os sujeitos participantes da pesquisa foram pelo celular, telefone convencional e e-mail. Muitas delas passaram horas ao telefone dialogando. Elas foram bem acolhedoras e demonstraram interesse na pesquisa, agendando as reuniões em seus domicílios, passando seus respectivos endereços.

Foi entregue a cada professora, a apresentação da síntese da pesquisa, tais como: Tema, objetivos, fundamentação, roteiro da entrevista (APÊNDICE A), e esclarecimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE B), ressaltando os riscos e os

benefícios da pesquisa e deixamos claro que poderiam desistir a qualquer momento. Momento em que percebi o entusiasmo das pesquisadoras em poderem contribuir para as Memórias do Departamento de Filosofia. E conseguimos dialogar sobre os primeiros pontos da pesquisa, que eram os dados pessoais, e sobre a atuação profissional das entrevistadas. Neste dia também analisamos em conjunto o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo em vista que:

De acordo com o Capítulo art. 70 da Resolução 460/CONSEPE, de 31 de maio de 2006, que aprova o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (CEPE/UFMA), estabelecem que os Projetos de Pesquisa enviados ao CEPE sejam de pesquisas envolvendo seres humanos, grupos sociais étnicos ou raciais, produtos transgênicos, implicações ambientais e tecnologias, em células e tecidos biológicos. As pesquisas em seres humanos devem atender as determinações contidas na Resolução CNS nº 466/2012 e outras correlatas do Conselho Nacional de Saúde (UFMA, 2006).

Dessa forma, por intermédio do TCLE, as professoras entrevistadas tomaram ciência de que, conforme o Código de Ética na Pesquisa manteríamos seus nomes em sigilo, identificando-as por meio de Mulheres Filósofas de diferentes épocas escolhidas por elas: Aspásia, Diotima, Hipátia, Hildegarda, Christine de Pizan e Olimpia. E com isso, as perguntas foram feitas, e as docentes ficaram livres para contarem suas experiências vivenciadas. Posteriormente, as falas delas foram transcritas literalmente, revisadas, devolvidas e autorizadas por elas.

Em relação ao perfil das professoras selecionadas para a pesquisa, foi traçado a partir dos dados de identificação do roteiro da entrevista (APÊNDICE B). Elas possuem idades entre 70 e 86 anos. E quanto à Formação, todas as professoras possuem licenciatura em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Além dessa licenciatura, duas delas formaram em Psicologia e Teologia respectivamente. Quatro possuem mestrado na área da Filosofia. E duas são especialistas em Filosofia. Em relação a questão do exercício da profissão, quatro delas exerceram o cargo de chefia, duas foram subchefes de Departamento, duas foram coordenadoras do Curso e duas foram participantes de Colegiados Superiores.

Convém destacar a reação de algumas entrevistadas no primeiro contato referentes às lembranças do período trabalhado, fazendo-nos recordar Halbwachs (2013, p. 91) ao afirmar que a lembrança é: “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores”, da qual “a imagem de outrora já saiu bastante alterada”. Vejamos a princípio Aspásia, que no dia 11 de fevereiro de 2020 falou: “*Estou muito feliz em te ver e contribuir com sua pesquisa. São muitas lembranças*”. Diotima, em 16 de fevereiro, disse: “*Muito valiosa sua pesquisa. Me preparei muito emocionalmente para conversar contigo. São muitas lembranças do que vivi*

*naquela época*”. Hipátia falou, em 13 de fevereiro: *“Gostei muito da sua pesquisa. Eu também leio e escrevo sobre as mulheres. Com toda ocupação irei responder sua entrevista”*. Hildegarda, que escreveu a punho suas palavras, em 27 de dezembro de 2019, registrou: *“Feliz estou com o encontro de hoje! Essa tua escolha da minha pessoa para essa entrevista foi uma oportunidade de voltar ao tempo e lembrar das que foram minhas professoras e colegas de profissão”*. E Olímpia, no dia 7 de março de 2020, descreveu: *“Muito obrigada, por me procurar”*.

Aspásia foi entrevistada no dia 11 de fevereiro, às 14h00h, e a entrevista terminou às 17h40min h. Ela autorizou a gravação. E aquilo que considerava irrelevante pedia para não colocar no texto. E sua entrevista foi feita em apenas um dia. Ela demonstrou alegria e disposição. E sorria muito se lembrando das vivências na Universidade.

Diotima, por sua vez, agendou a primeira reunião no dia 16 de fevereiro de 2020, das 15h às 21h, para conhecer a pesquisa, o roteiro, analisar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e fazer os primeiros diálogos. E, na oportunidade, ela ficou emocionada, e relatou que na noite anterior esperava ansiosamente por esse dia. Ficou feliz por ter sido lembrada pela pesquisadora, e muito emocionada ao lembrar-se dos tempos vividos na Universidade. Os outros encontros foram no dia 29 de fevereiro de 2020, às 17h, em seu domicílio, e no dia 02 de março de 2020. Em 10 de março de 2020 às 14h30 tomamos “café com narrativas” no Tropical Shopping para fecharmos a última questão das entrevistas e revisar os primeiros discursos.

Hipátia agendou no dia 13 de fevereiro de 2020, das 17h às 21h, na qual apresentei o projeto, fiz indicação de leituras e respondeu a entrevista no mesmo dia.

Hildegarda marcou duas reuniões, uma para os primeiros diálogos e outra para concluir a entrevista. Fez indicações de leituras e pontuou alguns dados. A primeira reunião ocorreu no dia 27 de dezembro de 2020, às 9h, a outra reunião ocorreu no dia 30 de dezembro às 9h.

Christine de Pizan possibilitou duas reuniões, uma para dialogar sobre o objeto e a segunda para responder a entrevista. A primeira foi no dia 13 de janeiro de 2020, às 21h, e a segunda, em 16 de janeiro de 2020 às 19h.

Olímpia, por vários motivos, não teve disponibilidade para encontro presencial. As reuniões foram virtuais, por meio dos dispositivos móveis e a ferramenta do computador, através de e-mails. Marcamos três momentos virtuais. Primeiro contato pelo dispositivo móvel, no dia 4 de março de 2020, às 16h, para apresentar a pesquisa. O segundo contato ocorreu dia 7 de março de 2020, às 12h54min, por e-mail, pedindo desculpa pela demora, pois ela teve alguma demanda mais urgente em outro setor da vida. E terceiro foi para a entrega do

Termo de Consentimento Livre Esclarecido, autorizando a divulgação da pesquisa, deixado na portaria do prédio que reside. Elas fizeram a leitura da transcrição e assinaram as entrevistas.

Sendo assim, muitos espaços serviram para inspirar os discursos das professoras, dentre eles destacamos: o barulho do mar com os passarinhos cantando em frente a praia, as plantas como elementos que possibilitavam a harmonia no ambiente, o paisagismo com o voo das borboletas participando desse momento lindo, a estrada para chegar a um determinado município para entrevista com desencontro e encontro até a conclusão, o sofá acolhedor movido ao parto de ideias com um café como valor simbólico, as portarias dos apartamentos sentadas no batente para dialogarmos, o shopping tropical tomando um café com ideias das memórias e o computador como recurso para a entrevista virtual.

Todas as entrevistadas ficaram à vontade para filosofar sobre suas memórias. Hypatia e Olympia preferiram ler o roteiro e acompanhar comigo. Para efetivar as entrevistas Diotima só queria atenção, não permitiu a gravação e marcou vários encontros para concluir as entrevistas. Aspasia pediu que gravasse.

Destarte, nos encontros posteriores elas começaram as primeiras falas das memórias nas quais lembraram alguns momentos vividos na Universidade, com reações diferentes: desconfiança se poderiam falar tudo ou se teriam que ter prudência, sorrisos quando se lembravam de coisas boas e lágrimas quando se lembravam de coisas ruins.

A primeira entrevistada entrou na Ufma como professora Provisória para aguardar concurso para suprir a vaga de deixada pelo Cônego Ribamar Carvalho. Antes de trabalhar com a docência, trabalhava no setor administrativo na área de Educação. Havia estudado Filosofia no Liceu Maranhense. E fez o Clássico, ao invés do Científico, dedicado as Ciências Humanas: História, Psicologia, Língua Francês, Inglês, Espanhol e Latim. Na fala dela expõe (com um sorriso): *De certo modo devo ao Monsenhor Popp o meu início no Básico na qual fazia vestibular para Humanas. E na grade curricular da época encontrava-se economia filosofia e português.*

A propósito a segunda professora relatou que estudou no Colégio Santa Teresa, no Liceu Maranhense um ano e meio e fez seis meses de Escola Normal. Ela lembrou que ia fazer Medicina, mas que, na época, havia sido chamada para ser freira, a convite da Madre Superiora das Irmãs Dorotéias, devido a sua competência na escrita e na liderança. E assim ressaltou a razão da escolha do Curso de Filosofia:

*A relevância do professor de Filosofia na minha formação foi devido às dúvidas que tinha em relação às questões existenciais (emocionou-se ao relatar): vida, morte, e detalhes que a religião não me ensinava. E com isso resolvi fazer a Filosofia para continuar questionando cada vez mais.*

Dessa forma, observa-se que a filosofia sempre possibilitou aos jovens as competências e habilidades da leitura reflexiva buscando as questões fundamentais da vida. É um exercício de pensamento no pensar do que já fora pensado, com isso rompe as fronteiras para as potências criativas com criação de conceitos. E com isso, os professores em sua formação atendem as necessidades dos alunos em sua prática investigativa sendo uma base da epistemologia na prática profissional que indica na ótica de Tardif (2004, p.255): “conjunto de saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar todas as suas tarefas.” Epistemologia significa, etimologicamente, o discurso (logos) sobre a ciência (episteme).

Trata-se de um olhar reflexivo e crítico sobre as ciências, ou seja, um saber elaborado, sistematizado que questiona o processo pelo qual uma ciência se constitui como tal. Essa área nos fornece uma análise crítica da realidade, contra ao mesmo tempo para além do senso comum (doxa). Assim esse ramo da Filosofia busca compreender as teorias que fundamentam o conhecimento humano e ainda questiona, critica e investiga questões acerca do que já está constituído cientificamente.

Sendo assim, podemos afirmar que a epistemologia, como área da filosofia, é o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das diversas ciências. Ou seja, uma reflexão epistemológica visa situar os problemas tais como eles se apresentam, se omitem, se resolvem e desaparecem na prática efetiva dos cientistas. (JAPIASSU, 1992).

Diante do exposto, entende-se a filosofia como uma área do conhecimento de fundamental importância para o ensino, porém, se o professor não tiver uma boa didática e, sobretudo, uma postura coerente na aplicação dos recursos didáticos no que tange a prática pedagógica em “nada” valerá seus esforços no ensino da disciplina de filosofia. E o profissional de Filosofia por sua vez na sua formação tem que poder levar adiante uma discussão filosófica na comunidade investigativa, espaço este construído em sala de aula numa interação aluno e professor, isso significa coordenar de maneira razoável as participações, desenvolver autonomia, perguntar e reperguntar com vista a que o questionamento se aprofunda numa reflexão que vem sendo trabalhada desde a sua formação.

A terceira entrevistada entrou na UFMA como professora colaboradora, em 1979, e não tinha experiência no magistério. E escolheu o curso de Filosofia pelo seu interesse em torno dos assuntos vitais que ele abordava. Destacou muito emocionada, que:

*Fazendo o Curso de Filosofia percebi que podia mesmo indelevelmente, mas fundamentalmente, inteira-me da rica e necessária gama de assuntos essenciais e necessários, que o curso abrange e oferece, no sentido de ajudar-me no desempenho*

*diante da vida e, logicamente, no exercício de um magistério consciente.*

Dessa forma, percebe-se que na emoção da professora teve um apreço com a filosofia enquanto disciplina e conhecimento, uma vez que busca desenvolver as habilidades de pensamento despertando para o pensar autônomo, fazendo com que despertem a criticidade aos universitários considerando o pensamento lógico e sistemático acerca da realidade com a abertura da visão diante vários problemas. Sendo assim, a filosofia enquanto área do conhecimento é crucial para o ensino e a formação do professor proporciona uma didática apropriada com aplicabilidade de metodologia que norteia a prática pedagógica para uma educação para o pensar.

A quarta entrevistada ingressou na Ufma em 1976, com vasta experiência no antigo 1º e 2º. Grau nas escolas como: Conceição de Maria, Dom Bosco, CEMA e Escola Técnica Federal do Maranhão. E destacou que assumiu a primeira etapa de Ensino do 1º. Grau quando era aluna do Curso de Filosofia e, posteriormente, assumiu o 2º. Grau após a Graduação. Ela relatou ter tido afinidade com seus temas fundamentais declarando, muito sorridente, que a escolha pelo Curso de deu em decorrência: *Da história, a busca do sentido da vida, a transcendência, o questionamento. Destacou que a escolha desta profissão ocorreu por dois fatores: 1ª Vocação ao Ensino e o 2º Aprofundamento da Filosofia pelo estudo sério.*

É inegável que a construção do “Ser professor de filosofia” é levar o acadêmico em sua vocação a traçar caminho com o uso da razão com intuito em desenvolver uma postura crítica e criativa acerca dos problemas refletidos em sua raiz, enfatizando as possíveis soluções, entendendo a realidade em sua totalidade na contribuição da construção do conhecimento.

Em relação a quinta entrevistada adentrou na Universidade Federal do Maranhão em 1974, e anterior a essa experiência trabalhava no magistério no colégio Conceição de Maria e no 2º grau com a disciplina de Psicologia. E em relação à escolha do Curso de Filosofia, ela declarou: *O ‘supercompetente’, professor José Ribamar Carvalho me fez despertar para o estudo da Filosofia. E ao concluir a graduação em Filosofia fui motivada a participar do seletivo de substituta para o exercício do trabalho docente.*

Constata-se que a última professora a ser mencionada teve o primeiro vínculo de contrato com a Ufma a partir de 1978, como Professora Horista e daí semestralmente, até final de 1979. E em 1980 tornou-se professora Colaboradora; e, 1981 por meio de Concurso, ingressou na Carreira do Magistério Público Federal, como Professora Adjunto I. O que motivou a escolha do Curso de Filosofia para sua formação, à época, foi à motivação de poder

continuar no Magistério, com formação em nível superior. Além disso, a perspectiva de melhoria salarial dentro da própria carreira. E antes de adentrar na carreira de Ensino Superior, ela exerceu o magistério como:

*Professora da Rede Estadual de Ensino, como Professora Primária, hoje equivalente ao Ensino Fundamental, na Cidade de Itapecuru-mirim, de março de 1971 a março de 1973. Naquela cidade, além de Professora Primária, fui Professora de Matemática da 5ª à 8ª series, no Ginásio Bandeirantes. Em 1973, vim transferida para esta capital, tendo exercido esse nível de ensino, desde aquele ano até o ano de 1980, quando então, pedi demissão para me dedicar exclusivamente ao Ensino Universitário, dessa vez, como Professora de Filosofia, com lotação no Departamento do mesmo nome.*

Tendo em vista os depoimentos acima apresentados, percebemos que o início de suas carreiras cada uma teve algum motivo para o ingresso na docência universitária, que versam pelas vocações como meros atributos inerentes aos indivíduos, que desenham os encaminhamentos a caminhos diferenciados na escolha da “vocação”. Podemos refletir a partir das colocações de Bourdieu (2007) que, em termos de alternativas profissionais, as vocações não existem no mundo natural, não estão presentes em nossa genética; mas são fruto da cultura, em sua condição de estrutura estruturante.

A opção das entrevistadas por um curso superior traduz o que afirma Cunha (2008, p.8): “a Universidade ocupa o lugar da formação quando os sujeitos desses processos se beneficiam e incorporam as experiências na sua biografia. Atribui sentido ao que viveu naquele lugar e passa a percebê-lo como o seu lugar, mesmo quando lá já não habita”.

As professoras ao serem questionadas sobre o ingresso na Ufma demonstraram, no momento dos comentários, sua percepção como sujeitos históricos na construção de si mesmos quando relacionavam suas potencialidades na atuação profissional. Sob essa ótica, ressalta-se Bourdieu (2007) que nos coloca a questão da “vocação” sob o prisma da violência simbólica que opera na ordem do inconsciente. E com isso, o referido autor observa que a ideia da “livre” oportunidade de escolha das mulheres desvela os efeitos duradouros que a dominação masculina ainda exerce sobre os corpos e as mentes femininas e, até mesmo, as masculinas.

Conforme vimos nas entrevistas, cada sujeito fez a escolha de ser docente no ensino superior, seja por vocação ou sugestão de alguém, e ao resgatar as histórias de cada uma percebemos a atuação política na Universidade no período proposto na pesquisa. E através de suas falas, percebemos a produção de um espaço universitário com suas ideologias

e práticas, que fizeram construir um momento histórico de luta e estratégia de acordo com o pensar na prática docente, de acordo o que passaremos a discorrer na próxima subseção.

### **4.3 Memórias e narrativas das primeiras professoras do DEFIL**

As memórias das professoras nos possibilitaram um conhecimento significativo sobre o Departamento de Filosofia a partir dos registros feitos por elas, utilizando a análise de conteúdo para compreender as narrativas dos sujeitos. Sob essa ótica Bardin (2011, p. 38) afirma que: [...] “A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

Sendo assim, os relatos das entrevistadas nos proporcionaram compreender o significado de seus percursos no magistério do Ensino Superior, o que nos remete a Nóvoa (1992, p.10) quando destaca sobre a profissão docente: “Esta profissão precisa de se dizer e de contar: é uma maneira de compreendê-la em toda a sua complexidade humana e científica. E que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam à nossa maneira de ser com a nossa maneira ensinar à nossa maneira de ser.”

Para registrarmos as memórias e as opiniões das entrevistadas, fizemos a coleta de dados através de entrevistas individuais semiestruturadas com o roteiro previamente elaborado. E as referidas entrevistas tiveram duração média de 35 minutos a 60 minutos, algumas foram gravadas, uma fez pelo modo virtual utilizando Whatzapp e e-mail e outras ficaram à vontade para falarem e escreverem.

Como forma de descrever o tratamento do material das entrevistas buscamos as diretrizes em Bardin (1977, p. 65): “O recurso à análise de conteúdo com o objetivo de tirar partido de um material dito ‘qualitativo’ [...] de entrevistas relativas ao modo como as pessoas vivem a sua relação com os objetos quotidianos”. Assim, fazer a análise de conteúdo exige o rigor e a descoberta para nos afastar dos perigos da espontaneidade com a vigilância crítica utilizando técnicas de rupturas. E com isso, identificamos as variantes e variáveis inferidas com significante e significados, sejam eles psicológicos, sociológicos, políticos e históricos. E nesse contexto, buscamos a análise temática na unidade dentro de uma afirmação.

Para tanto, ocorre a técnica de análise das comunicações que busca analisar o que foi dito nas entrevistas na observância do pesquisador. Vale destacar que Bardin (1977, p. 66) deixa claro que: “A análise é essencialmente temática [...]. A unidade de registo escolhida é o objeto, ou, mais precisamente, qualquer objeto citado pelo locutor e que se encontre na habitação no momento da entrevista.” E com isso, na análise do material, é feita a

classificação em temas ou categorias no intuito de auxiliar a compreensão do que está nas entrelinhas dos discursos. Quanto ao tratamento dos resultados obtidos, o autor aborda a realização do escrutínio constituintes dos dados brutos nas quatro dimensões do sistema categorial, são elas: origem, implicação, descrição e sentimentos, são variáveis empíricas, que emergem dos dados do texto.

Ressalte-se que fizemos as etapas da técnica propostas por Bardin (2011), organizadas em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Na primeira fase, intitulada pré-análise, desenvolvemos a sistematização das ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico estabelecendo indicadores para a interpretação das informações coletadas. Bardin (2011) nos aponta que se compreende a leitura geral do material eleito para a análise, no caso de análise de entrevistas que foram transcritas. Momento este crucial em que ouvimos a entrevista, lemos e alinhamos os resultados das pesquisas descrevendo as falas das professoras entrevistadas com as coletas das informações através das entrevistas semiestruturadas utilizando o roteiro. E com isso, fizemos a leitura geral do material coletado no registro das construções dos discursos feitos por elas e separamos como categorias que aproximavam as ideias proferidas nos discursos dos sujeitos entrevistados.

No que tange à segunda fase exploração do material, destacamos Bardin (1977) na sua definição de codificação como a transformação, por meio de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas sobre as informações textuais, representativas das características do conteúdo. Na organização do nosso material buscamos a construção das operações de codificação na codificação pela unidade de registro buscando ver o problema da pesquisa e os objetivos geral e específicos separando o que é importante nas falas.

Em seguida fizemos a unidade do contexto por recortes dos textos descritos das falas das professoras em unidades de registros numa junção das categorias simbólicas ou temáticas como unidades de registro nos parágrafos de cada entrevista destacando as palavras-chaves identificadas, traçando o resumo de cada parágrafo para realizar a categorização numa sistematização. Destacamos as seguintes categorias: gênero, docência, empoderamento, ética e formação. E ao separarmos as memórias das entrevistas recortamos em unidades de registro que possibilitaram as inferências.

Por último destacamos a terceira fase referente ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, considerando o que foi descrito das falas das entrevistadas, captando os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado numa análise dos discursos interligados com as epistemologias de autores que sustentam a

investigação das categorias contidas nas entrevistas, conforme passamos a demonstrar a partir de quadro.

Quadro 4 - Depoimento com unidade de contexto e registro referente ao fato de ser mulher no início da carreira.

<b>Você sentiu alguma dificuldade nos momentos iniciais de sua carreira no DEFIL pelo fato de ser mulher? Em caso positivo, quais foram elas?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
ASPÁSIA	Sim, tinha professores que diziam: “Ela é mulher”. Havia preconceito quando os homens diziam que as mulheres em sua maioria queriam tomar conta de tudo. Na analogia deles: “Ficaram mulheres dentro das calças”.	“Ela é mulher”. Havia preconceito	Relações de Gênero
DIOTIMA	Sim, por ser mulher de oposição enfrentei. Também por ser atuante e protagonista nas minhas atividades. Alguns não gostavam devido à autonomia do pensar. Eu não aceitava tudo. Tinha meu posicionamento. Dizia o que não concordava nas reuniões. E seguia as regras da Instituição.	por ser mulher de oposição enfrentei  por ser atuante e protagonista nas minhas atividades	Empoderamento
HIPÁTIA	Pelo fato de ser mulher, não.	Pelo fato de ser mulher, não.	Autopercepção
HILDEGARDA	Como mulher não. Nunca me senti discriminada pelo gênero. Mesmo porque três das professoras é que tinham o poder nas mãos, e os homens que assumiram depois não eram machistas.	Nunca me senti discriminada pelo gênero.  Mesmo porque três das professoras é que tinham o poder nas mãos.	Ação coletiva
CHRISTINE DE PIZAN	Não, absolutamente.	Não, absolutamente.	Subordinação Feminina
OLIMPIA	Sim - Foram muitos os desafios, dentre os quais posso destacar alguns: 1- Um colega, contratado em 1978, como eu, que gozava de certa preferência por parte da chefia do Departamento, naquele período, disputou acirradamente seu ingresso, com a intenção de me deixar de fora do processo. Porém, graças à minha competência, comprovada como aluna, Monitora da Disciplina para a qual seria contratada, enfim, pelo meu Curriculum Vitae, de pessoa estudiosa e dedicada que sempre fui, como até hoje pode ser comprovado, fui selecionada. Porém, num tom de deboche, algum tempo depois, cochichou ao meu ouvido as seguintes palavras: “Entraste, mas depois de mim, mesmo que só uma semana depois”. 2- Em 12 de fevereiro de 1980, dei à luz minha primeira filha, parto cesariano; sem contrato, porque Professor Contratado para ministrar exclusivamente disciplinas, não tinha outros direitos além do pagamento pelas horas/aula. Desse modo, sem licença maternidade, as aulas começariam no início de março, e eu precisando muito daquele emprego, fui para a sala de aula, com menos de 20 dias de operada, seios	Desse modo, sem licença maternidade, as aulas começariam no início de março, e eu precisando muito daquele emprego, fui para a sala de aula, com menos de 20 dias de operada, seios vazando leite...;  “Tu não vais fazer teu mestrado, ou vais ficar aí parindo? Gente, uma mulher fazendo essa pergunta a outra mulher!  A sociedade é machista, porque muitas mulheres são machistas e ensinam seus filhos (meninos) a perpetuarem essa crença segregadora, criminosa e consequentemente, destrutiva para toda a sociedade, não apenas para as mulheres.	Relações de Gênero

(Continua)

**(Conclusão)**

<b>Você sentiu alguma dificuldade nos momentos iniciais de sua carreira no DEFIL pelo fato de ser mulher? I positivo, quais foram elas?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE REGISTR</b>
	vazando leite...; Ainda tentei negociar que outro professor pudesse ocupar os meus horários, para que eu pudesse dispor de um tempinho a mais para a minha recuperação, e ao retornar daria as aulas intensivamente, não foi possível. Isso me dói até hoje porque, além dos incômodos sofridos, tendo que tomar ônibus cheios (eu não tinha carro), minha filha ficou privada do aleitamento materno a que tinha direito; com a redução do leite nas mamas e já habituada ao leite suplementar, aos três meses, deixou de querer o peito da mãe. 3- Sensível aos comprimidos anticoncepcionais, e não tendo sido eficazes outras práticas anticonceptivas, engravidei mais cedo do que gostaria. E uma colega, ao saber da gravidez, perguntou-me: “Tu não vais fazer teu mestrado, ou vais ficar aí parindo? Gente, uma mulher fazendo essa pergunta a outra mulher! Na minha prática, com base em fartos depoimentos de mulheres, cheguei à seguinte conclusão: a sociedade é machista, porque muitas mulheres são machistas e ensinam seus filhos (meninos) a perpetuarem essa crença segregadora, criminosa e consequentemente, destrutiva para toda a sociedade, não apenas para as mulheres.		

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No decorrer da história, as mulheres e os homens desempenharam atribuições com diferentes papéis na sociedade, identificando-se uma expressiva apropriação dos homens pelo poder político, pelo poder de escolha e pelo poder de decisão acerca da sua afetividade e do trabalho. E nesse processo podemos evidenciar a construção da identidade da mulher em vários aspectos, desde a identidade cultural até a forma como ela vê o mundo à sua volta, e nisso encontramos o reconhecimento da mulher no âmbito social, considerando seu posicionamento nos espaços público e privado. Com isso, a apreensão da categoria gênero promove a desnaturalização e historicização das desigualdades entre homens e mulheres, que é compreendida como histórica e relacional.

Dessa forma, as mulheres, durante vários períodos foram hierarquicamente colocadas como inferiores aos homens, situações decorrentes de um processo arraigado no patriarcalismo, que estrutura o poder desigual entre homens e mulheres, e considerando o conjunto de fatores inerentes a essa situação, o conceito de gênero serve para maquiar os interesses do feminismo. Nesse sentido encontramos em Scott (1995, p.88) o seguinte esclarecimento: “Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou um acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder.”

Sendo assim, ao analisar as falas das entrevistadas, percebemos que houve contraposição nos depoimentos, uma vez que três disseram não ter problemas por serem mulheres; ou seja, inferimos que não reconhecem as desigualdades sociais e não se percebem como sujeitadas. Outras três disseram ter tido problemas na docência por serem mulheres. Esse discurso nos coloca a pensar na conceituação de gênero baseada na distinção entre sexo e gênero, considerando a construção social, histórica e cultural das diferenças baseadas no sexo numa relação de poder.

Nessa perspectiva, identificamos um conceito relacional, no que diz respeito aos anos de submissão da mulher aos homens, o qual evidencia antagonismos e contradições de Gênero. Esse conceito atrelava as relações sociais entre homens e mulheres, fruto do resultado processual das construções históricas, sociais e culturais distinguindo os papéis de homens e mulheres na sociedade. A esse respeito, Bourdieu (1999, p. 24) aponta que “as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que encontra seu princípio nos princípios de divisão da razão androcêntrica.” Desse modo, podemos perceber a subjetividade de gênero, estruturada internamente nas posturas masculinas ocorridas pela objetividade da realidade social, pautada nas divisões de gênero conforme as experiências históricas dos sujeitos.

Essas relações são direcionadas pelas diferenças biológicas que evidenciam a desigualdade que tornou e/ou estigmatizou a mulher fragilizada. Porém, o movimento feminista, iniciado nas décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos, veio contribuir, significativamente, para romper com a dominação masculina demarcada pelas diferenças sexuais e pela construção da condição de ser homem e mulher na sociedade.

De acordo com Foucault (1995, p. 235), ser sujeito significa estar “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito”. Com base nesse entendimento, podemos inferir que os sujeitos são fabricações discursivas, que entrelaçam os processos de objetivação e subjetivação, em que os constituintes dos corpos dóceis, úteis e produtivos evidenciam os sujeitos de determinadas identidades. E estas no sentido originário, vêm de um processo de exclusão e de padronização, mas o que denominam multidão já é algo distinto, pois considera partilha e singularidade. Nessa conjuntura, destacamos o “ser mulher” como sujeito do feminismo, que define uma identidade, com modelo previamente estabelecido e fixo.

Dessa forma, convém lembrar que as mulheres, objeto desta da pesquisa, vivenciaram o período de 1960 e 1970, em que a divisão social hierarquizada entre homens e

mulheres ainda era fortemente delimitada. Em meados dessas décadas ocorreu a Reforma da Lei no. 5540, de 28 de novembro de 1968, que estabelece o Ensino Superior no art.1º, destacando como finalidade: a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. E, no art. 2º, determina ensino superior como indissociável da pesquisa, será ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Na década de 1970, é notório, a autodenominação feminina com os movimentos das mulheres que passaram a lutar pelo gênero de forma diferenciada. Também ocorreu a expansão do mercado de trabalho no crescimento da população, da urbanização e da industrialização, configurando um momento de acréscimo econômico, favorável à incorporação de novos trabalhadores. Esses fatos possibilitaram um intenso ingresso das mulheres no mercado, em razão das dificuldades econômicas das famílias, assim como da deteriorização da remuneração dos trabalhadores, o que provocou mudanças no comportamento feminino e nos valores relativos ao papel social da mulher pela atuação do movimento feminista e pela maior presença feminina nos espaços públicos. É válido ressaltar que a classe de mulheres trabalhadoras se diferenciava, ou seja, as mulheres brancas e negras nem sempre trilhavam a mesma carreira profissional. Collins (2019) afirma que muitos negros pertencentes à classe trabalhadora conheceram a mobilidade social descendente e estabeleceram a economia em mercados informais de diferentes maneiras.

Por outro lado, as lutas, em alguns momentos, ocorreram por anonimato, com realização de reuniões privadas, devido a problemas particularizados, que não seriam resolvidos por uma mudança da estrutura social sem a militância na busca da autonomia da mulher em se projetar em diferentes espaços numa perspectiva política, pelas lutas por seus direitos, pois, a maioria das mulheres se encontrava na condição de submissão ao poder masculino.

Em 1973 a Lei de Serviços Públicos, que em seu art. 52, reafirmou a hierarquia entre homem e mulher, ao instituir obrigatoriedade em fazer declaração de nascimento de filhos, em primeiro lugar o pai e, na falta e impedimento deste, a mãe, com esta ressalva do art. 59 “[...] não será declarado o nome do pai sem sua presença ou de procurador especial para a realização do Registro”. E, em 1977, as mulheres alargaram suas lutas numa linha marxista, acolhendo tendências liberais, mas existiam os grupos radicais colocando a mulher na condição de subalternidade e opressão.

Nesse contexto, as pesquisas bibliográficas nos apontam que existiam duas tendências inseridas na corrente feminista no referido período: a atuação pública das mulheres

focando nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos e a discussão da subjetividade referente às relações interpessoais, evidenciando o espaço privilegiado de algumas mulheres. Destaca-se nos discursos o processo das condições de emprego e força de trabalho feminina e masculina na dependência da ação coletiva das duas categorias de sexo, a ação que se liga, de uma parte, ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e, de outra, ao grau de consciência que homens e mulheres atingem das contradições de sua época e das possibilidades de sua superação. Saffioti (1976, p.132) aponta que: “Na verdade, não um feminismo autônomo, desvinculado de uma perspectiva de classe. O feminismo pequeno burguês constitui, no fundo e inconscientemente, dado que as chamadas caminham a reboque das classes sociais antagonicamente situadas no sistema de produção[...].”

Na fala de Olímpia é trazida a discussão sobre a discriminação na gestação e os problemas no direito ao aleitamento materno, ao contrário do macho humano, que possui um privilégio que não contraria a sua existência pessoal, nem projetos de vida que interfiram a sua vida profissional. Nessa perspectiva, Beauvoir (2016) discute a escravização do organismo numa função reprodutora como acidente da fêmea humana. E Biroli (2018), por sua vez, enfatiza a existência da dimensão de privilégio que precisa ser considerada, uma vez que as condições das mulheres são distintas e provocadas por eixos de opressão nas sociedades, tais como classes, raça e sexualidade.

Nessa dimensão da diversidade, identificam-se as mulheres num cenário de desigualdade devido às relações sociais construídas a partir da subordinação e opressão ocorridas historicamente. Essa diferenciação repercute na classe das mulheres trabalhadoras mães e das gestoras; as primeiras não são cercadas de cuidados especiais e nem cuidam dos seus filhos após a gestação. Sob essa ótica, Miguel e Biroli (2014, p. 65) afirmam que “[...] não basta exigir o acesso das mulheres às atividades próprias dos homens. É necessário também redefinir os critérios de valoração que fazem com que algumas atividades[...]”. Contudo, neste contexto observa-se a ausência da universalização dos Direitos, identificando-se a visão sexista de que a liberação das mulheres grávidas poderia acarretar problema na defesa dos benefícios às mulheres que precisariam se afastar do trabalho para conduzirem suas vidas, o que possibilitou um olhar ao valor econômico do cuidado nas mudanças do capitalismo industrial devido à perda da função familiar para o Estado e para a sociedade.

Portanto, ao inserir questões de gênero enquanto análise na prática pedagógica acadêmica, as professoras entrevistadas assumem, de certa forma, o papel politizado, visto que as mulheres entrevistadas eram protagonistas nos posicionamentos e na autonomia do

pensar nas assembleias e ações nas atividades acadêmicas. Porém, elas se dividiram em suas falas no que se refere ao ser mulher na inserção no mercado de trabalho; de um lado as que se perceberam como discriminadas, e de outro, as que não se perceberam. Sob essa ótica destaca-se Saffioti (2004, p. 36) que afirma: “o processo de constituição do sujeito envolve tanto o gênero como o sexo, a raça/etnia como a classe social”. Nessa perspectiva, os sujeitos se interrelacionam socialmente, e assim os indivíduos vão se alinhando num dinamismo com o outro num caráter relacional das relações de gênero, daí a necessidade de envolver tanto o sujeito coletivo quanto o individual.

Quadro 5 - Depoimento com unidade de contexto e registro referente ao relacionamento e convívio.

<b>“Como era o convívio e o relacionamento dos professores no referido período?”.</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
ASPÁSIA	<i>Respondeu sorrindo: Volta e meia alguns “pepinos”, mas se davam bem nas Reuniões das assembleias. Em períodos festivos havia confraternização.</i>	<i>se davam bem nas Reuniões das assembleias. Em períodos festivos havia confraternização.</i>	Ética
DIOTIMA	<i>Os relacionamentos possuíam uma variação entre companheirismo em dias de festas, subgrupos, reuniões, articulações para desenvolver trabalhos. Porém, existiam alguns (mas) que não cumpriam regras e articulavam contra um grupo. E muitas tinham opiniões diferentes. Existiam as que diziam o que pensavam, as apaziguadoras e as caladas.</i>	variação entre companheirismo em dias de festas, subgrupos, reuniões, articulações para desenvolver trabalhos	Alteridade
HIPÁTIA	<i>Sempre procurei conviver bem com as pessoas em geral. Iniciei o Curso de Filosofia ainda em 1958, na antiga Faculdade de Filosofia que funcionava no Memorial Cristo Rei, trancando-o em 1959 para trabalhar. Só retornei ao curso em 1979 quando algumas das colegas do Cristo Rei eram, então professoras da UFMA. Na verdade, resenti-me um pouco, na convivência com algumas colegas discentes, nesse retorno postergado, depois de 20 anos.</i>	Sempre procurei conviver bem com as pessoas em geral  Na verdade, resenti-me um pouco, na convivência com algumas colegas discentes, nesse retorno postergado, depois de 20 anos.	Alteridade
HILDEGARDA	<i>Muito conflituosa devido à insegurança dos colaboradores daí surgiu: “Para os amigos tudo, para os inimigos a lei”.</i>	Muito conflituosa	Ética
CHRISTINE DE PIZAN	<i>O convívio naquela época era harmônico, eu sempre assumi as minhas responsabilidades sem que houvesse alguma dificuldade no cumprimento da docência.</i>	O convívio naquela época era harmônico	Ética
OLÍMPIA	<i>O convívio alternava-se entre calma e turbulência. As Assembleias Departamentais eram esperadas com “frio no estômago” por conta dos conflitos causados por alguns temas em discussão.</i>	O convívio alternava-se entre calma e turbulência	Ética

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

É notória nas narrativas das entrevistadas a predominância da ética numa alteridade da autoconsciência nas relações sociais, o que nos leva a perceber em algumas delas a busca pela interação social apaziguando, quando necessário, o cumprimento de regras. Havia momentos de convívio com confraternização, conflitos e articulações com seus companheiros, enquanto outras eram introspectivas; não conseguiam atingir a intersubjetividade. Também tinham as que não cumpriam as regras, beneficiando os amigos e sendo rígidas e coercitivas com quem não tinham relação direta.

Nesse contexto, analisamos a perspectiva da ética da alteridade do filósofo Lévinas (1906-1995), quando fala da “relação sem relação” como interação original, acolhedora e assimétrica entre dois interlocutores totalmente separados, que não se comunicam via discurso. E assim, o referido filósofo enfatiza as dimensões comunicativas e corpóreas da responsabilidade ética pelo outro, evidenciando que muitos estão à nossa volta, mas problematizamos quem é o nosso próximo e a necessidade de comparar os incomparáveis para conhecer os outros homens.

Além disso, o filósofo em questão nos faz pensar no desejo de dominação sobre o outro, que vem historicamente desde as guerras como controle e manifestação das desigualdades. Assim, quando o homem se fecha em si mesmo, nega a existência do Outro. Sob essa ótica de Lévinas (2014), observamos nas falas das professoras a compreensão das relações humanas que evidenciam o Eu na perspectiva da alteridade que iniciam consigo mesmas e passam para a sociedade, ocorrendo o abandono do Eu no intuito de responsabilizar-se eticamente pelo Outro. Esse processo esbarra com o Rosto identificado pela percepção das necessidades do Outro superando o próprio egoísmo e renunciando seus anseios.

Ademais nesse cenário universitário podemos destacar as relações livres do egoísmo e da dominação em prol da responsabilidade, na revisitação de suas diferenças, nas relações e decisões estabelecidas numa ética da Alteridade desenvolvida pelas relações com o Outro numa reponsabilidade do Eu com o próximo superando o individualismo vivenciado nas experiências práticas. Também, observamos que as mulheres entrevistadas ressaltam a concepção de companheirismo comprometido pelas suas relações sociais entre a calma e a turbulência. Em uma das falas notamos que houve percepção das diferenciações na relação. Esses contextos apresentados nos remetem à construção individual e coletiva ocorridas e, nesse sentido, Carbonara (2008.p.130) afirma: “Primeiramente, não há educação sem o Outro, o que move para a ideia de que educação se dá a partir do encontro[...] Encontro é proximidade com o Outro é dar-se conta da alteridade de outrem e acolhê-lo a partir de sua diferença radical.”

Todavia, nos discursos das professoras, percebemos que algumas, com seus ressentimentos e concepção de companheirismo nas suas relações, evidenciam das relações dos sujeitos nas reproduções das relações de poder simbólico por meio dos capitais simbólicos alcançados pelos títulos de nobreza. Desse modo, as mulheres que detinham um poder, acabavam colocando a outra numa situação de desconforto devido ao fato de que os amigos, independentemente da sua construção social, possuíam um privilégio. E nessa perspectiva de Bourdieu (2001), identificamos o *habitus* correspondente à interiorização da objetividade social que produz uma exteriorização da interioridade, pois somos produto de estruturas profundas em que o indivíduo também é coletivo. Não só está inscrito no indivíduo, como o indivíduo se situa em um determinado universo social: um campo que circunscreve um *habitus* específico. Segundo De Sousa (2015), o *habitus* é um sistema de disposição durável e transportável numa disposição física quando anuncia uma compreensão cultural a partir da dimensão expressiva que permite exprimir certas significações que as coisas e as pessoas têm para nós.

Percebemos na fala dessas mulheres entrevistadas que, como seres pensantes em suas práticas pessoais e profissionais, reproduzem um contexto sócio-histórico resultante de um processo multifacetário de lutas que mudam constantemente nas interrelações. De acordo com Elias (2008) a sociedade e o indivíduo são construídos no sentido de movimentar-se por um processo, uma vez que o indivíduo é dependente de outros, mesmo que seja seu desejo ser independente.

Dessa forma, compreendemos que as mulheres entrevistadas na comunidade acadêmica puderam vivenciar momentos variáveis, advindos da pressão das responsabilidades docentes e das relações humanas, evidenciando um convívio com “contradições”, “tensões”, “explosões”, ora harmonioso, ora conflituoso, mas buscando sempre desenvolver suas atividades com eficiência. Observamos que as mulheres e os homens do departamento, mesmo não se conhecendo, perceberam haver no cenário uma “ordem invisível”, em que cada pessoa ocupava um determinado lugar. Nesse aspecto concordamos com Elias (1994, p.21), segundo o qual, “a vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa”, pois, existe uma “ordem invisível” através das relações que desenvolvem “teias humanas”, ligadas entre si, de modo que são oferecidas ao indivíduo possibilidades limitadas de opções para se comportar.

Destarte, ao definirmos sociedade na perspectiva de Elias (1994), cada pessoa de forma singular, está realmente presa devido à convivência permanente e dependência funcional de outras; ou seja, os indivíduos são conectados uns aos outros pela sua natureza

humana, e assim, no elo das cadeias de ligação as outras pessoas, de maneira mutável. “E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e a nada mais, que chamamos sociedade” (ELIAS, 1994, p. 24). Nesse contexto, elas buscaram uma conexão com seus pares para execução das atividades docentes, quer nas assembleias departamentais, quer nos eventos acadêmicos.

Outro ponto a considerar é a configuração social a partir de dois conceitos: “os estabelecidos e os *outsiders*,” que são evidenciados nos discursos das professoras que desenvolvem relação de poder estabelecido pelos grupos ou indivíduos de acordo com suas ocupações, ou em posições de prestígio e de poder na comunidade em que estão inseridas, e se autopercebem e são reconhecidas como pertencentes a uma “boa sociedade”, como poderosas e melhores, considerando a combinação singular de tradição, autoridade e influência. E os *outsiders* são justamente as pessoas que se encontram totalmente fora deste tipo de situação. (ELIAS; SCOTSON,2000).

Quadro 6 - Depoimento com unidade de contexto e registro sobre os desafios enfrentados no exercício.

<b>Quais os principais desafios enfrentados no período do seu exercício? Como superou esses desafios?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
ASPÁSIA	<i>Sim. Porque não agradava a todos e argumentava.</i>	Argumentava	Relações de Gênero
DIOTIMA	<i>A superação pelo trabalho e a exigência no cumprimento das regras Institucionais. E num período de Ditadura que deveríamos ter cuidado. Eu dava a aula para despertar a consciência crítica mesmo que os disfarçados do sistema tivessem presente. Cumpri minha obrigação.</i>	<i>A superação pelo trabalho despertar a consciência crítica</i>	Trabalho docente
HIPÁTIA	<i>Foram muitos e difíceis. Para apontá-los, eu teria que me estender. Mas, o maior de todos os desafios, acho que contornei. Ouvir meus ex-alunos que hoje me abordam, felizes, chamando-me sinceramente de “professora”, palavra de altíssima voltagem.</i>	<i>o maior de todos os desafios, acho que contornei.</i>	Empoderamento
HILDEGARDA	<i>As brigas constantes, reuniões tumultuadas, inseguranças até o concurso</i>	<i>As brigas constantes, reuniões tumultuadas, inseguranças até o concurso</i>	Relações de poder

(Continua)

**(Conclusão)**

<b>Quais os principais desafios enfrentados no período do seu exercício? Como superou esses desafios?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE REGISTR</b>
CHRISTINE DE PIZAN	<i>Não tive de enfrentar desafios</i>	<i>Não tive de enfrentar desafios</i>	Negação ao Gênero
OLIMPIA	<i>Desafios: Ser mulher num Departamento de maioria masculina com comportamentos machistas; - Ser mãe, dona de casa, provedora em grande parte, das necessidades financeiras da família; - Dar aulas num período em que o País vivenciava uma Ditadura, tendo suas correspondências violadas, sendo espionada o tempo inteiro, por exemplo, estranhos, de óculos escuros, assistindo e gravando suas aulas; - Rigidez do Sistema de Governo, onde tudo era proibido, Censura Total e Irrestrita;- Falta de solidariedade e companheirismo entre a maioria dos colegas;- Enfrentei tudo com muita prudência, dignidade e muita Fé, fé em mim, Fé na Vida e Fé Naquele que é o Responsável por sermos o quê e quem somos.</i>	<i>Ser mulher num Departamento de maioria masculina com comportamentos machistas;  Ser mãe, dona de casa, provedora em grande parte, das necessidades financeiras da família;</i>	Relações de Gênero

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nos desafios na docência dos sujeitos pesquisados percebemos empoderamento que resultou nas lutas incessantes, resistência e desempenho que garantiram o protagonismo das mulheres no cenário do ensino superior da época vivenciada, ocupando papéis no espaço público uma relação de poder que perpassava pela prática da sala de aula e pelos cargos de chefia, subchefia e de conselheiras que, historicamente, eram destinados aos homens. Esse processo ocorreu, principalmente, em virtude da contribuição do movimento feminista que possibilitou a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E entre elas as interseções que ligam o empoderamento e a docência, cujo espaço universitário é o lugar da fala das entrevistadas.

Vale ressaltar as questões de gênero nas relações de poder e processos de identidades, ao identificarmos na fala de Christina de Pizan uma negação ao gênero por conviver no espaço público e não perceber as relações construídas. Porém, vemos nas outras falas a pluralidade, multiplicidade e heterogeneidade nas redes de poder que coadunam com os caminhos divergentes na constituição da identidade dos sujeitos.

Nessa conjuntura podemos destacar a autonomia como fator de intervenção na prática pedagógica de acordo com suas convicções, pois, nessa prática pedagógica das mulheres

professoras percebemos o desenvolvimento do exercício da práxis no princípio da reflexão sobre a prática, a partir das questões fundamentais com reflexão crítica e libertadora acerca da realidade, mesmo estando num período desafiador para trabalhar as questões de forma emancipatória venceram grandes desafios. Sob essa ótica Nóvoa (1995, p.16) afirma a “maneira como cada um de nós ensina está diretamente dependente daquilo que somos como pessoa quando exercermos o ensino.”. Com esse entendimento, destacamos a superação no trabalho docente numa dimensão ontológica que investiga a natureza da existência no processo de realização da mulher como sujeito no espaço público universitário num movimento da realidade conquistando seu espaço e contornando de maneira ética os desafios na organização.

Aliás, um dos desafios citados pelas professoras foi trabalhar Filosofia nos resquícios do período da Ditadura, qual as entrevistadas demonstraram ousadia, ao filosofar autores que fariam refletir sobre o sistema. Nesse contexto, em que ocorria a perseguição, a repressão, a censura, havia movimentos sociais para articulação de variadas lutas na sociedade. Além disso, no período ditatorial delineado pelo levante político, a esquerda demonstra preocupação com a situação do país lutando, apesar da tortura e censura estabelecidas. Assim, o ensino da Filosofia teve cunho político ideológico numa sociedade de classes, apesar da ação do poder dominante.

Neste sentido observamos a preocupação das filósofas, objeto deste estudo, pela falta no meio acadêmico, principalmente nos cursos de Licenciatura em Filosofia. Entendemos, todavia, que na década de 1970 a educação já vinha passando por mudanças, dentre elas, a organização e implantação dos cursos de Pedagogia e das Licenciaturas, e da consolidação do modelo das Escolas Normais alteradas, posteriormente, pela Lei 5692/71. E neste marco histórico, a formação de professores em nível superior passou a ser feita pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Além disso, com a Reforma Universitária ocorrida durante o regime militar (1964-1985), regulada pela Lei nº 5.540/68, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras deu lugar a Centros ou Faculdades de Educação, que passaram a partilhar a formação de professores com outras unidades acadêmicas.

No que concerne à disciplina Filosofia convém destacar o Encontro Nacional de Professores de Filosofia, no período de 26 a 29 de outubro de 1978. E esse valioso Encontro está documentado numa obra intitulada “A Filosofia e o Ensino da Filosofia” (1979). Nele pontuaram sua presença em algumas/alguns entrevistadas(os) de renome, tais como: Creusa Capalbo, Gusdorf, Monteiro, Pe. Alberto, Macedo, dentre outros pesquisadores(as) e

professores(as) da área; alguns deles tinham articulação com os eventos das semanas de Filosofia no Departamento.

A obra em questão faz inicialmente uma provocação levada ao evento, resultante das inquietações dos(as) professores (as) em reuniões feitas periodicamente pelos estados sobre a preocupação com a importância da Filosofia no âmbito universitário. De acordo com Gusdorf (1979), a filosofia possui na universidade um posto reservado e admite-se que sua esfera de influência engloba o conjunto acadêmico, uma vez que a presença que propõe a cada sujeito o convite à descoberta de si próprio, tem como a abertura de questões numa problemática da descoberta de si, associada a descoberta do outro. Logo, o papel da Filosofia seria despertar a academia das migalhas dos saberes.

Capalbo (1979), por sua vez, relata que o significado do ensinar Filosofia nos Cursos de Pós-graduação era antes de tudo um ensino filosófico, não se resumindo apenas à transmissão de sentenças dos filósofos, o que eles pensaram e disseram. Ensinar Filosofia era ensinar a saber pensar e a saber expressar, tendo em vista que a diversidade e o pluralismo de concepções na prática profissional do ensino da Filosofia é o único meio pelo qual se podem substituir as discussões dogmáticas pela troca efetiva de pontos de vista. Portanto, o ensino na Pós-graduação não era institucionalização da Filosofia formando discípulos, mas formação de sujeitos pensadores.

Diante do exposto podemos inferir que, o trabalho das docentes entrevistadas no momento histórico por elas vivenciado foi de autonomia na investigação filosófica, no entanto, com preocupações de engajamento ideológico-político do período, mas buscando filosofar sobre alguns conceitos filosóficos refletindo alto grau do amor a verdade enquanto mulheres filósofas autênticas, e não meras expositoras e maquiadoras da realidade.

Como caracteriza Tardif (2008) os objetivos do professor que esclarece a natureza e componentes típicos da relação do trabalhador com o objeto são: relação multidimensional com o objeto; profissional, pessoal, intersubjetiva, jurídica, emocional, normativa, dentre outros, ou seja, o trabalhador precisa da colaboração do objeto; o trabalhador nunca pode controlar totalmente o objeto. E na fala das entrevistadas, percebemos o quanto se dedicaram ao trabalho docente, fazendo Filosofia, enfrentando o desafio de um período opressor com maestria e profissionalismo, apesar do ambiente com caráter ameaçador que se tornou a sala de aula.

Outro desafio destacado na fala de Olímpia se refere à percepção do ser mulher na docência atrelado ao ser esposa, mãe e acumulando os trabalhos na sua jornada, refletindo que os homens tinham privilégios no espaço público e privado. De acordo com Torres e Santos

(2001), nesse período apesar de alguns avanços, poucas mulheres tinham destaque na sociedade, muitas ainda eram impedidas de ultrapassar as fronteiras do lar e não havia condições de trabalharem de forma remunerada. Em geral, era mantida a compreensão de que apenas os homens podiam sair de casa para trabalhar e trazer o sustento da família, então cabia à mulher cuidar da casa e dos filhos, dedicando todo o seu tempo às atividades domésticas, uma vez que, numa sociedade machista, apenas os homens tinham oportunidades de estudar e trabalhar enquanto as mulheres eram excluídas desse processo.

Em face ao exposto, percebemos que os desafios enfrentados pelas entrevistadas provocaram em algumas inquietações; em outras, a passividade, pois afirmaram não ter tido nenhum desafio a ser vencido. Houve também quem se superou na carreira docente, enfatizando o reconhecimento dos alunos no exercício da profissão, e a ousadia, ao enfrentar os que ficavam espionando as aulas, mas sem perderem a essência do seu trabalho, revelando autonomia na sua prática docente.

Quadro 7 - Depoimento com unidade de contexto e registro sobre atuação.

<b>“Como você analisa a atuação das mulheres no DEFIL na UFMA?”.</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
ASPÁSIA	<i>Ativas e participantes. Havia as discussões do Departamento e opinavam. Quando se criou o Curso de Especialização tomavam a frente no coletivo para agregar os homens que aceitavam. Organizaram as Semanas de Filosofia saindo pelo comércio com canequinha, pedindo passagem para os professores na época. A chefe no período tomou a frente e disse: “Vamos fazer a semana de Filosofia”. Ela incentivou os professores ao mestrado e alguns se disponibilizaram ao desafio. Além dessa, outras que foram chefes, promoveram curso de extensão. E elas eram audaciosas em sala de aula. No período da ditadura não tinham vergonha de discutir Karl Marx.</i>	<i>Ativas e participantes  Tomavam a frente no coletivo para agregar os homens que aceitavam.  Ela incentivou os professores ao mestrado</i>	Representações sociais
DIOTIMA	<i>As professoras eram atuantes e trabalhavam muito. Cumpriam suas obrigações. Davam aulas. Fizeram mestrado. Se envolviam nos Cursos de Extensão. Eram colaboradoras em todas as semanas de Filosofia. Faziam reuniões para planejamentos de aulas nas férias dos alunos com professores de fora, tais como: Olinto Pergoraro, Creusa Capalbo e Marilena Chauí.</i>	<i>As professoras eram atuantes e trabalhavam muito.  Cumpriam suas obrigações.</i>	Identidade

(Continua)

**(Conclusão)**

<b>“Como você analisa a atuação das mulheres no DEFIL na UFMA?”.</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
HIPÁTIA	<i>Lembro que as mulheres professoras eram estudiosas, e algumas muito exigentes A favor da permanência de certos valores, mas interessadas em despertar nos alunos, dentro do possível, o sentido maior da Filosofia que é o de desenvolver a consciência crítica acerca da vida. Muitas delas tinham sido minhas professoras, agora eram colegas, quase todas mais novas do que eu. Um traço fazia-se evidente: eram, elas mesmas, dotadas de necessária consciência crítica, inclusive pelo fato de serem filósofas (há outro nome para nominar quem estuda filosofia?). Tinham se preparado para isso, não se furtando de insistir na necessidade filosófica, consciente, de problematizar os problemas buscando resolvê-los.</i>	<i>Mulheres professoras eram estudiosas, e algumas muito exigentes</i>  <i>Muitas delas tinham sido minhas professoras, agora eram colegas, quase todas mais novas do que eu.</i>  <i>Tinham se preparado para isso, não se furtando de insistir na necessidade filosófica, consciente, de problematizar os problemas buscando resolvê-los.</i>	Formação
HILDEGARDA	<i>Havia as que tinham poder, segurança (eram efetivas) e as submissas. Isto é as colaboradas e provisórias. Sem esquecer que era tempo da ditadura militar. Os homens na sua maioria eram padres e possuíam destaque por seus conhecimentos.</i>	<i>Havia as que tinham poder, segurança (eram efetivas) e as submissas</i>	Relações de Gênero
CHRISTINE DE PIZAN	<i>A atuação das mulheres sempre foi harmônica, cada uma assumindo suas disciplinas e intermediando conteúdos que poderiam ser trabalhos em consonância com a linha condutora das épocas/idades e períodos Históricos e Filosofia. Uma atuação bem ampla e diversificada, porque atendíamos a todos os cursos de graduação das quatro áreas, com as disciplinas introdução à Filosofia e Metodologia Científica.</i>	<i>sempre foi harmônica</i>  <i>bem ampla e diversificada</i>	Relações de Gênero
OLIMPIA	<i>Lutadoras, Guerreiras, Bravas são as melhores palavras que encontro para definir a atuação daquelas mulheres que na sua maioria casadas, com filhos e ainda tendo que sermos competentes, fortes e determinadas, para conviver e sobreviver num ambiente extremamente machista e hostil àquelas valentes mulheres. Na época em estudo, eram Professoras Estudiosas, Competentes e Esforçadas, na sua maioria.</i>	<i>Lutadoras, Guerreiras, Bravas são as melhores palavras que encontro para definir</i>  <i>fortes e determinadas, para conviver e sobreviver num ambiente extremamente machista e hostil</i>  <i>eram Professoras Estudiosas, Competentes e Esforçadas, na sua maioria.</i>	Identities dos sujeitos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ao analisarmos as falas das entrevistadas, percebemos divergência nos discursos, revelando assim a ideia do paradoxo entre o protagonismo e a submissão das mulheres no exercício da profissão, em que se coadunam a construção da identidade dos sujeitos e a sua representação social. A esse respeito, Nunes (2006, p. 24) aponta: “E no conjunto dessas múltiplas identidades encontram-se as identidades étnica de gênero, profissional, dentre outras, no mesclar-se dinâmico e dialético da identidade pessoal, construída entre a semelhança e a diferença”. Nos diálogos das entrevistadas, percebemos um protagonismo na atuação docente, por meio das práticas docentes que estruturavam o saber, o conhecimento e a construção de um Departamento de Filosofia com inovações nas suas atividades, diálogo investigativo com os alunos, articulação com os inseridos nas comunidades acadêmicas com competência e determinação.

Dentro dessa perspectiva, as representações dos comportamentos das mulheres professoras entrevistadas são consideradas ativas e participativas, considerando a desenvoltura das suas atividades, realizadas com organização, dando significados às combinações entre os pares, com incentivo para a qualificação, o cumprimento das obrigações e resolução de problemas surgentes com competência, habilidade e atitude. Essa articulação comportamental levou à eficácia social, mediante múltiplos significados suscitados nas suas práticas, conforme colocaram, sobretudo no que se refere às exigências no exercício da profissão para um trabalho de qualidade.

Outro ponto a considerar como análise da docência foi a formação de professores que demandou forte preocupação ao longo da história da educação, especificamente a formação do professor de Filosofia, que vem se tornando ainda mais pertinente em razão das reformas educacionais e do contexto político e social. Nas suas lembranças, as professoras expuseram a relevância da qualificação para um bom desempenho na função, assim como o zelo pela docência, ao se manterem estudiosas, competentes e esforçadas. Segundo Nóvoa (1995, p. 25) “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal”. Dessa forma, entendemos que a formação de um bom profissional vai além de cursos, perpassando por suas experiências e pela construção da sua identidade profissional.

Dessa forma, conforme abordamos anteriormente, é notável que a presença da docência feminina nos cursos de Filosofia ganhou relevância simbólica pelos rompimentos com as fronteiras de gênero, tendo em vista a conquista de um espaço profissional, antes culturalmente masculinizado. De todo modo, o lugar de saber na docência feminina universitária exige um envolvimento nas atividades que demonstrem qualidade do trabalho

docente, assim como o investimento na qualificação, para que os profissionais se legitimem sujeitos de saber filosófico na Universidade.

Destacamos, pois, aquelas professoras que se perceberam/percebem como representações sociais atuantes no exercício de sua profissão no universo simbólico da organização universitária, dando contribuições tanto a interpretação da realidade e da cultura quanto para a compreensão das relações de gênero nas organizações no que diz respeito às entrevistadas, elas reverteram a construção da condição feminina, a partir dos discursos excludentes do exercício social e público que as viam como subalternas e submissas. Nessa linha de entendimento, Louro (2009) retrata as representações sociais que se feminilizaram numa diferenciação sexual nas relações de gênero constituídas historicamente pelas representações construídas e reconstitutivas. Todavia, vale ressaltar essas relações de gênero são constituídas pelas representações constantemente construídas e reconstruídas, pois como afirma Tiburi (2018, p.42): “O feminismo se inventa e se reinventa a cada vez que surge uma nova feminista, a cada vez que surge um novo coletivo, a cada vez que as feministas produzem o feminismo que desejam, por meio de teorias e práticas que sempre são [...]”.

No que concerne aos diálogos das professoras Diotima e Olímpia, buscamos compreender o modo como reproduzem e transformam as identidades sociais ocorridas nos processos de socialização que se constroem e reconstroem na dimensão profissional, sua atuação na luta para desenvolver coletivamente o trabalho docente, que altera com momentos de desconstrução e construção numa dinâmica do contexto social, político e econômico. Nesta análise, buscamos em Dubar (1997) a forma identitária profissional quanto à noção de identidade coletiva e identidade individual que são inseparáveis e ligadas, visto que a identidade para si é correlata ao Outro e ao reconhecimento que temos pelo olhar do outro. Trata-se, portanto, da transação objetiva que ocorre na relação estabelecida pelo indivíduo no espaço de trabalho; além disso a contribuição do trabalho para o ambiente social. E quanto à transação subjetiva, evidencia a relação temporal do indivíduo com a profissão através das projeções realizadas para si, que foram construídas no seu percurso, considerando os contextos sociais e valores advindos da identidade familiar.

Quadro 8 - Depoimento com unidade de contexto e registro.

<b>Você considera que deixou algum legado para o DEFIL? E para a UFMA? Como você os define?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
ASPÁSIA	<i>Adorava ir à UFMA. Quando se chegava pegava os piores horrores, os noturnos. Fazia chamada com o nome completo porque muitos alunos faltavam. Havia uma atuação significativa das professoras que se envolviam nas atividades docentes, na semana de Filosofia e nos cursos de extensão. Muita interação e dedicação em prol do melhor trabalho. Organizei alguns documentos com o secretário em exercício. Promovi debates. Sempre participantes em todos os Conselhos Universitários e Administrativos. Trabalhava além do espaço universitário.</i>	<i>Organizei alguns documentos com o secretário em exercício.  Sempre participantes em todos os Conselhos Universitários e Administrativos.  Trabalhava além do espaço universitário.</i>	Docência
DIOTIMA	<i>Participação em Reuniões tratando de método para ensino. E durante o período de exercício segui eticamente as exigências advindas da reitoria cumprindo prazos, criando condições para desenvolver aulas de qualidade a partir de grupos de estudos com interpretação crítica. Houve neste período a preocupação com a qualificação. Muitos profissionais preocupavam-se em fazer mestrado. Outra lembrança importante é a participação das mulheres nas decisões e ações para Semana de Filosofia e Cursos de extensão. Trabalhei nas mudanças para melhoria do Curso, divulgando entre alunos, estudantes, políticas de estudos e seminários sendo justa cumprindo e cobrando as regras Institucionais</i>	<i>segui eticamente as exigências advindas da reitoria cumprindo prazos, criando condições para desenvolver aulas de qualidade a partir de grupos de estudos com interpretação crítica  Trabalhei nas mudanças para melhoria do Curso</i>	Empoderamento
HIPÁTIA	<i>Significativa. Conheço muitos dos alunos que foram seus, lutando agora por um mundo melhor. Essas professoras contribuíram para iniciar sistematicamente o estudo filosófico no Maranhão, colocando de permeio, e a favor, a relevância do seu próprio ser materno. Essa contribuição foi meritória ao nosso meio que necessitava, e ainda necessita, deslanchar conscientemente em desenvolvimentos afins. Isso, só meus ex-alunos podem responder. Foi por eles que trabalhei na UFMA.</i>	<i>para iniciar sistematicamente o estudo filosófico no Maranhão, colocando de permeio, e a favor, a relevância do seu próprio ser materno.</i>	Autopercepção
HILDEGARDA	<i>Pela minha consciência tentei ligar a Filosofia com a vida. Tentando fazer uma leitura dela da teoria com a prática.</i>	<i>Pela minha consciência tentei ligar a Filosofia com a vida.</i>	Docência

(Continua)

**(Conclusão)**

<b>Você considera que deixou algum legado para o DEFIL? E para a UFMA? Como você os define?</b>			
<b>ENUMERAÇÃO</b>	<b>DEPOIMENTO NA ÍNTEGRA</b>	<b>UNIDADE DE CONTEXTO</b>	<b>UNIDADE DE REGISTRO</b>
CHRISTINE DE PIZAN	<i>Sim, diversos trabalhos de Extensão. Elaborei Projetos e Coordenei diversos cursos de Extensão, destinados à atualização de Profissionais da área de Filosofia. Também participei da elaboração de vários documentos e exposições de motivo pela reinserção da Filosofia, nos Currículos Escolares em vários congressos nacionais de Departamentos de Filosofia, realizados na década entre 1979-1980, em cidades do Centro Oeste e Sudeste do País. Uma consistente contribuição na formação de muitos graduados em Filosofia durante cinco anos, com a disciplina Axiologia outra contribuição relevante foi o espírito de luta e efetivas ações em prol da Filosofia nas Escolas: durante mais de uma década, no nível de 2º grau/ensino médio e, posteriormente, também, com a Filosofia para crianças e em Escolas de Ensino Fundamental, tanto que já nos anos 2000 o Licenciado em Filosofia da UFMA, passou a ser graduado para o Magistério dos 2º nível de Ensino. Não tive de enfrentar desafios.</i>	<i>Sim, diversos trabalhos de Extensão</i>	Docência
OLIMPIA	<i>Sim. Na Pesquisa, com Projeto aprovado pelo CONSUN, para, no Ano Sabático, produzir um material de apoio para o ensino na época em que a bibliografia era escassa, tive de cancelar meu afastamento para substituir professor em disciplinas a descoberto. Escrevi vários Artigos na Filosofia Revista, órgão de publicação acadêmica do DEFIL.</i>	<i>Sim. Na Pesquisa</i>	Docência

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Nas narrativas das professoras, percebemos o valioso legado para a Universidade no que tange ao tripé: Ensino, Pesquisa e Extensão, devido ao comprometimento delas com o exercício da profissão, por meio de saberes plurais disciplinares correspondentes aos discursos, objetivos e métodos. E assim, nos saberes profissionais e na sua relação com a profissionalização do ensino e da formação, buscaram construir repertório e desenvolver as competências. Tendo em vista esse cenário, recordamos Tardif (2002, p. 39), ao apontar o professor como “alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos”.

A propósito, elas falaram sobre as variadas formas de contribuições, desde o espaço da sala de aula, assim como do protagonismo na militância, com espírito de luta nos movimentos sociais, na participação em eventos de Filosofia e na elaboração de projetos que possibilitassem a formação dos profissionais da Filosofia. Também, manifestaram preocupação com o espaço escolar para os egressos do Curso, fazendo leituras e discussões com eles de documentos que lhes fizessem perceber o lugar da Filosofia na escola.

Gallo (2008,p. 177) aponta que “O professor de filosofia, então, é aquele que faz a mediação de uma primeira relação com a filosofia, que instaura um novo começo, para então sair de cena e deixar que os alunos sigam suas próprias trilhas.” Sendo assim, o comprometimento do professor não é adequar o aluno ao sistema, mas fazê-lo refletir sobre as questões fundamentais da vida, o que requer uma preocupação com a formação desse sujeito. Com isso compreendemos que as professoras perceberam os resultados do trabalho docente a partir do reconhecimento dos alunos, ao encontra-las em diferentes espaços, incluindo o espaço da Ufma, onde algumas estavam como alunas e depois encontraram suas professoras que se tornaram colaboradoras no Ensino Superior, dando continuidade aos ensinamentos aprendidos.

Nessa linha de análise, nos remetemos às proposições de Bourdieu (2002, p.40) ao tornar notável que “profissão é uma construção social, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social”. E esse pensamento esclarece a trajetória delas com participação em Assembleias Departamentais, a preocupação com a metodologia de ensino adequada aos alunos, no cumprimento das demandas dos gestores da época. Também, a preocupação das mulheres que tiveram oportunidade de ter cargo de gestão e desenvolviam eticamente o exercício da profissão numa busca constante de qualificação através de Grupos de estudos e pesquisa com reuniões periódicas, e principalmente o trabalho em prol de melhorias para o Curso de Filosofia. Nessa conjuntura, evidenciamos o papel do professor pesquisador filósofo que assume a postura ativa, de curiosidade e investigação da realidade em uma perspectiva de transformá-la. André (2006.p. 223) defende o professor na participação ativa no processo de emancipação, o que é fundamental, visto que “a pesquisa pode tornar o sujeito-professor capaz de refletir sobre sua prática profissional e de buscar formas (conhecimentos, habilidades, atitudes, relações) que o ajudem a aperfeiçoar cada vez mais seu trabalho docente”.

Destarte, com o entusiasmo das entrevistadas em se perceberem como sujeitos da sua própria história desenvolveram competências na condução das suas atividades, podemos

pensar no grande valor que elas tiveram na Universidade Federal do Maranhão com seus protagonismos em atividades variadas, as quais registraram nas memórias do Departamento de Filosofia. Nessa análise podemos identificar o empoderamento na perspectiva de Pinto (2021), quando afirma: “[...]ainda é uma conquista de poucas e ganha diferentes contornos conforme a esfera da vida social em questão. Essa realidade ainda relacionada aos mecanismos ideológicos e sociais da nossa sociedade patriarcal [...].” Mesmo diante das condições desfavoráveis na Universidade num período ditatorial com desafio de entender as relações de gênero, elas demonstraram autonomia fazendo jus ao aprendizado e ao ensino de Filosofia, sendo filósofas da educação, obtendo reconhecimento profissional, redefinindo as relações sociais e políticas no espaço universitário.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após abordamos as elaborações conceituais da metáfora das Mulheres Atenas Maranhenses, destacamos as que foram reconhecidas no cenário ludovicense pela Academia Brasileira de Letras e Academia Maranhense de Letras: as poetisas e as romancistas, e, principalmente, as contribuintes do cenário departamental de Filosofia na Ufma, as quais desenvolveram trabalhos que possibilitaram crescimento na Universidade, e especificamente do Ensino de Filosofia no Maranhão por meio de docência e atuação em cargos de gestão, percebemos que, mesmo passando por dissociações relativas às ideias, reflexo das relações intersubjetivas e sexistas nas relações de poder, elas buscaram equilibrar as diferenças em prol do crescimento do Curso. E juntas, enfrentando desafios, conseguiram, além de ministrar aulas, elaborar projetos, realizar a Semana de Filosofia, ministrar aulas reflexivas e envolveram-se nas atividades acadêmicas.

Em face ao exposto, em nossa pesquisa buscamos desmistificar o modelo idealizado da representação feminina pelos autores e filósofos que as estigmatizaram como “sexo frágil”, submissas e de natureza inferior nas relações de Gênero. Também redimensionamos o olhar sobre as mulheres que sempre estiveram presentes na história, mas foram silenciadas nos currículos, nos espaços escolares e nos planos de ensino das universidades. Verificamos que são escolhidas poucas autoras filósofas para serem trabalhadas na disciplina História da Filosofia no decorrer do Curso, e quando aparecem nos discursos misóginos proferidos pelos filósofos, caracterizando a seu modo a natureza feminina e as relações de desigualdades. Eles, porém, possuem lugares privilegiados na academia, e tomam, prioritariamente, nos currículos e programas da Filosofia, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior.

Entretanto, é oportuno salientar que, nos últimos anos, percebemos a inserção das mulheres nos materiais didáticos de Filosofia, nos currículos e em grupo de pesquisas das Universidades. Ou seja, vislumbra-se um novo olhar sobre as Mulheres na História da Filosofia, desconstruindo pensamentos androcêntricos construídos ao longo da História. Com certeza elas contribuíram para isso, pois como, foram ousadas, ensinavam os filósofos, também foram orientadas pelos filósofos contemporâneos e conseguiram desenvolver suas teorias surpreendendo seus mestres com autonomia.

Como forma de deslocá-las do lugar de invisibilidade, a qual pertenciam, buscamos na primeira parte do trabalho apresentar o olhar sobre as Mulheres na História da Filosofia, evidenciando os discursos androcêntricos proferidos pelos filósofos acerca da natureza feminina. Para tanto, desenhamos por meio da construção do estado da arte os

avanços gradativos das investigações sobre elas, e constatamos que existem poucas pesquisas sobre as pensadoras clássicas, havendo maior destaque para as filósofas contemporâneas e aos discursos masculinos dos filósofos.

Deste modo, as autoras femininas estão despertando e lutando mais para defender a sua identidade de ser mulher e pensadora na Filosofia, abrindo espaços acadêmicos para o diálogo em grupos de pesquisas nas Universidades e desenvolvendo uma forte militância nas Universidades com publicações de vozes epistêmicas.

Destarte, falar das relações de gênero na Filosofia implica reconhecer a posição da mulher como sujeito que busca sair da condição em que a colocaram de submissão, buscando, mostrá-la como pensante e construtora da própria história. Logo, sua inserção na sociedade demonstra as transformações advindas do construto dos pensamentos, da constante luta pela “fala” e “voz epistêmica.”

Assim, ao utilizarmos a metodologia na perspectiva da História Oral, pudemos entender e fazer análise da atuação das mulheres professoras do DEFIL, através da análise do conteúdo, com as falas das entrevistadas. E, a partir de seus posicionamentos nas narrativas, observamos as percepções do “ser mulher” por parte das entrevistadas foram diferentes, porque algumas não se reconheceram como submissas, outras se mostraram empoderadas, demonstrando inquietação pela discriminação feita até mesmo por outras mulheres. Os dados apontaram que houve participação efetiva delas nas Assembleias Departamentais com decisões que favoreceram o crescimento do Curso de Filosofia considerando as estratégias criadas por elas.

Analisamos ainda as memórias, a atuação e a contribuição das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Maranhão neste espaço, assim como, seu protagonismo e possíveis contribuições para a referida Instituição de Ensino Superior. A pesquisa nos possibilitou esse valioso contato, por meio da qual pudemos constatar a existência de uma construção social, evidenciada nas experiências de suas escolhas profissionais, que vieram das oportunidades ou da vocação para a docência. Importante frisar que, independentemente de como chegaram à formação docente, elas demonstraram, nos seus discursos, que foram atuantes no exercício da profissão e protagonizaram atuando como docentes, gestoras, chefes, subchefes, coordenadoras, conselheiras e docentes.

Também, percebemos a Representação Social dessas mulheres muito articulada à execução dos papéis estruturais em que se destacaram, o que, até certo ponto, podemos inferir incomodou o sexo masculino durante o período em tela na pesquisa. Elas não se intimidavam com as piadas, os preconceitos, e lutaram para engrandecer sua carreira e vencer. Foram

entusiastas no exercício de sua profissão e buscaram qualificar-se e estudar, inclusive nos períodos de férias dos alunos. Além disso, faziam uma academia de diálogos investigativos, com eventos, como a Semana de Filosofia, buscando recursos quando estes não eram concedidos, e dividiam força-tarefa para concretizar o evento com a participação de professores visitantes.

Nesses termos, as mulheres em seus discursos oportunizaram um diálogo educacional, dando novas conjecturas às conquistas dos espaços autônomos, através dos trabalhos docentes saindo da perspectiva biológica, doméstica e o de “ser [apenas] mãe,” buscando mostrar o corpo que trabalha e desenvolve a pesquisa com a realização pessoal, redefinindo o seu papel, e seu lugar como mulher trabalhadora no mundo capitalista.

Considerando o exposto, a Eureka continua, esperamos, com esta Dissertação, poder contribuir com outras que venham a ser realizadas, uma vez que a abordagem sobre essa temática não se esgota com o presente estudo. Ressaltamos também que pretendemos dar continuidade a essa investigação em estudos posteriores, com vistas às descobertas de novos paradigmas que valorizem a representação feminina na Filosofia, de modo a evidenciar tanto a História como a descoberta de novas pensadoras, assim como de novos espaços públicos e privados de âmbito filosófico, desenvolvendo pesquisas e debates acerca de outros problemas de gênero na Filosofia, para que possamos demonstrar o protagonismo das mulheres filósofas.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O dote é a moça educada: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República**. São Luís: EDUEMA, 2012.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- AGGIO, Juliana Ortegosa. Por que falar do tema da mulher na filosofia? In: Susana de Castro, Adriano Correia, Maria Cristina de Távora Sparano (org.). **Psicanálise e Gênero**. São Paulo: ANPOF, p.10-24, 2017. Disponível em: <http://anpof.org/portal/index.php/en/agenda-encontro-2018/user-item/475-sergiomariz/495-categoriaagenda2016/13260-por-que-falar-do-tema-da-mulher-n>. Acesso em 19 jan. 2019.
- ALBERTI, Verena. **História oral e a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.
- ALBERTI, Verena. **O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado**. CPDOC-FGV. Trabalho apresentado à mesa-redonda “Ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”, durante o II Seminário de História Oral promovido pelo Grupo de História Oral e pelo Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/869.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/869.pdf). Acessado em: 20 de julho de 2020.
- ALFIERI, F. **Pessoa humana e singularidade Edite Stein** (Clio F. Tricario, org e trad.). São Paulo: Perspectiva. 2014.
- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. IX.
- ANDRADE, Megue M. Uma perspectiva de gênero no ensino de filosofia. In: Susana de Castro, Adriano Correia, Maria Cristina de Távora Sparano (org.). **Psicanálise e Gênero**. São Paulo: ANPOF, p.71-88, 2017.
- ANDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, Marli. (Org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006. p. 55-69.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. 5.ed. **Filosofando**. São Paulo: moderna, 2015.
- ARENDT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ARENDT, Hannah. **A vida do espírito**. Vol. 2: Qurer. Instituto Piaget, 2000.
- ARENDT, Hannah. **Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007.
- BARDIN L. **L'Analyse de contenu**. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.

BARDIN L. **Ánálise de conteúdo**. SP: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, vol. I.

BEAUVOIR, Simone. **Segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, vol. II.

BEAUVOIR, Simone. **Pour une morale de l'ambiguïté**, 2a. ed. Paris: Gallimard, 1947. 380 p.

BELLO, A. A. **A fenomenologia do ser humano**. Bauru: EDUS, 2006

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v.39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>. Acesso em: 17 jan.2020.

BENTES, André Luiz Abreu.; AMARAL, Emanuella da Silva.; ALMEIDA, Évelin Caroline de.; KOGA, Kauê Claudino.; SALDANHA, Maria Emília Moura. Capítulo 1-A **Situação da Mulher na Europa Moderna**. ALFENAS, 2018. Disponível em: [unifal-mg.edu.br](http://unifal-mg.edu.br). Acesso em: 19 mar. 2019.

BERQUÓ, Thriza Amaral. Diotina de Mantinéia: Mulher e filosofia na Atenas Clássica II. In, PACHECO, Juliana. **Filosófas: A presença das mulheres na filosofia**. Porto Alegre, RS, ed. Fi, 2016. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 20 mar. 2019.

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010, Fortaleza. **Anais...Fortaleza: UECE**, 2010. p. 1-8. Disponível em: <http://www.uece.br/setesaberes/anais/pdfs/trabalhos/420-07082010-184618.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação - uma introdução às teorias e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. p.147- 202.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. A Escola Normal: uma escola para Mulheres? A formação de Professores/as para o ensino primário no Rio de Janeiro do Império à República. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar (org.). **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2002. p. 163-191.

BOURDIEU, P. **Choses dites**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. Campinas: Papyrus, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAIDOTTI, Rosi. **Feminismo, diferencia sexual y subjetividad nómada**. Barcelona: Gedisa, 2004.

BRASIL. Decreto nº. 32.606, de 23 de abril de 1935. **Autoriza o funcionamento dos cursos de Filosofia, letras neolatinas, geografia, história e pedagogia da Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão**. Disponível em: [legis.senado.leg.br/norma/455208/publicação/156996118](http://legis.senado.leg.br/norma/455208/publicação/156996118). Acesso em: 8 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 50.832 de 22/06/1961 na ementa concede a Universidade do Maranhão regalias de universidade livre equiparada, revogada pelo DEC. S/N - 25/04/1991 no governo de Jânio Quadros, Publicação Original. [**Diário Oficial da União de 23/06/1961**] (p. 5674, col. 2). Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/473399>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Texto de publicação original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/11/1956, Página 21225 (Publicação Original); **Coleção de Leis do Brasil - 1956**, Página 121 Vol. 8 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40231-31-outubro-1956-331525-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. EMENTA: Concede reconhecimento ao curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão. Texto de publicação original: Diário Oficial da União - Seção 1 - 8/11/1956, Página 21225 (Publicação Original); **Coleção de Leis do Brasil - 1956**, Página 121 Vol. 8 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40231-31-outubro-1956-331525-norma-pe.html>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências**. 1º O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário. Disponível em: [www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br). Acesso em: 19 jan. 2020.

BRUNIERA, Lincoln Coelho. Educar em um mundo deserto: a educação em direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt. 2013. **Biblioteca Digital Mestrado/Doutorado da USP**. Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Pós-Graduação. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/>. Acesso em: 19 jan. 2019.

BRUM NETO. Benjamim. Judith Butler leitora de Walter Benjamin: para uma crítica das políticas progressistas e indenitárias. 2019. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**. Publicação semestral do Departamento de Filosofia – FFLCH-USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Filosofia /Coordenação de Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/156216>. Acesso em 19 jan. 2019

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARBONARA, Vanderlei. Docência e Ética: um apelo humano por uma pedagogia da justiça. In: KUIAVA, E.A.; SANGALLI, I.J.; CARBONARA, V. **Filosofia, Formação Docente e Cidadania**. Ijuí: Ed. Ijuí, 2008. Parte II, p.127-142

CAPALBO, Creusa. **Fenomenologia e Ciências Humanas**. 3. ed. Londrina: Ed. UEL, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

CHARTIER, Roger. Prefácio *In*: Elias, Norbert. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: ARTMED, 2014.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. In: Estudos Avançados. 5, n. 11. São Paulo Jan./Abr., 1991

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: da colônia à era de Vargas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1986.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamile Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COELHO, Nelly Noves. **Dicionário Crítico das Escritoras Brasileiras (1711-2001)**. São Paulo: Editora Escrituras, 2002.

COSTA, Marcos Roberto Nunes.; COSTA, Rafael Ferreira. **Mulheres intelectuais na Idade Média: entre a medicina, a história, a poesia, a dramaturgia, a filosofia, a teologia e a mística [recurso eletrônico]**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019. Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso 20 mar. 2019.

CNPq. **Distribuição percentual dos pesquisadores segundo o sexo**. Diretório de Grupos de Pesquisa. (2018). Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/pesquisadores-por-sexo>

COSTA NETO, Pedro Leão. Notas sobre o processo de institucionalização do ensino a filosofia no Brasil: uma proposta de periodização. *In*: ROCHA, Dorothy (org.). **Filosofia da Educação: diferentes abordagens**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2004.

CORRÊA, Rossini. **Atenas Brasileira: A Cultura Maranhense na Civilização Nacional**. Brasília: Thesaurus; Corrêa & Corrêa, 2001.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã da Colônia à Era Vargas**. 2.ed. rev., ampl. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

DE SOUSA, Antonio Paulino. Economia, história e teoria da prática em Bourdieu. São Paulo: Paulistana, 2015.

DUBY, George; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres: o século XIX**. Portugal: Afrontamento, 1991. p. 10-15.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. Tradução: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUBY, Georges. **As damas do século XII**. Tradução: Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 297.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ELIAS, Norbert e SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE FILOSOFIA. **A FILOSOFIA E O ENSINO DA FILOSOFIA**:teses e debates apresentados no Encontro Nacional de Professores de Filosofia. São Paulo: Convívio,1979.

FERREIRA, Alcina da Luz Santos. Entrevista realizada em 15 de janeiro de 1999. *In*: FARIA, Regina.; MONTENEGRO, Antonio. (org). **Memória de professores da Ufma: história da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/ Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005. Entrevistador: Regina Helena Martins de Faria. São Luís. Entrevista concedida ao Projeto Memória de Professores da UFMA, 1999.

FERREIRA, Danilo Souza. **EMPATIA: Uma História intelectual de Edith Stein 1891-1942**. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP 2018. Disponível em: [https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10641/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_EmpatiaHist%C3%B3riaIntelectual.pdf](https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/10641/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_EmpatiaHist%C3%B3riaIntelectual.pdf). Acessado em: 24 de julho de 2020.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **As Mulheres na Filosofia**. Lisboa. Colibri, 2009.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. **O que os filósofos pensam sobre as mulheres**. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

FERREIRA, Maria Mary. (org.). **Gênero, Política e Poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA. 2012.

FERREIRA, Maria Mary. **Livro, Leitura e Biblioteca em Tempos Sombrios**. São Luís: EDUFMA, 2017.

FERREIRA, Maria Mary, PINTO, Neuzeli Maria de Almeida.(organizadoras). **Feminismo, poder e democracia**. São Luís: Edufma, 2021

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação e Sociedade**.vol.23 no.79, Campinas, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?> Acesso em: 20 mar. 2020.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. São Paulo: Cortez,1989.

FIRMINO, Flávio Henrique. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero.2017. **Rev. Bras. Psicol. Educ.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10819> Acesso em 19 jan. 2019.

FONSECA, Pedro Carlos Louzada. Christine de Pizan e Le Livre de la Cité des Dames: pontos de releitura da visão tradicional da mulher . *In: Revista Cerrados*: v. 20 n. 32. 2011, p. 299-320.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FRATESCHI, Yara. Juízo e Opinião em Hannah Arendt.2019. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**. Publicação semestral do Departamento de Filosofia – FFLCH-USP. Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas da Universidade Cidade de São Paulo/Departamento de Filosofia /Coordenação de Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/article/view/156216>. Acesso em 19 jan. 2019

FREIRE FILHO, Francisco Batista. **Acadêmico do 8º período em Licenciatura de Artes Visuais da Universidade Federal do Maranhão-UFMA**, 2020.

GASPAR, Adília Maia. **A Representação das Mulheres no Discurso dos Filósofos: Hume, Rousseau, Kant e Condorcet**. Rio de Janeiro. Uapê: SEAF, 2009. p.87. GEMFs. Grupo de Escrita de Mulheres na Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso criado em agosto de 2015. Disponível em: <https://sites.google.com/view/gemf>. Acesso em: 25 jan.2020.

GALLO; Sílvio.PARA ALÉM DA EXPLICAÇÃO: O Professor e o aprendizado ativo da Filosofia. In: KUIAVA, E.A.; SANGALLI, I.J..; CARBONARA, V. **Filosofia, Formação Docente e Cidadania**.Ijuí: Ed.Ijuí,2008.Parte II, p.167-182.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo. Atlas, 2007.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

GINZBURG, Carlo.**Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

GLOBOT, Edmond. **A barreira e o nível**: retrato da burguesia francesa na passagem do século. Campinas: Papyrus,1989.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; DA MATA, Giselle Moreira. **RITUAL DE MÁSCARAS: teatro, cidadania e identidades**. História, Rio Grande, 2 (1): 65-80, 2011.

Disponível: [Periodicos.furg.br/hist/>article](http://Periodicos.furg.br/hist/>article). Acessado em: 20 de julho de 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. Raça e Classe**, Brasília, ano. 2, n. 5, p. 2, nov./dez. 1988.

GORTE, Gabriel Henrique Sydorak. **VICTOR COUSIN E A FRANÇA DO SÉCULO XIX**. Universidade Tuiuti do Paraná. Anais eletrônicos - XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – Tempos de transição - 1 ISSN 1808-9690. Disponível em: [www.encontro2018.pr.anpuh.org/downloadpublic](http://www.encontro2018.pr.anpuh.org/downloadpublic). Acessado em: 20 de julho de 2020.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl, p.117-132, jun. 2008.

GUNELLA, Elis Joyce. Ontologia e Ética n'O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir.2014. **Biblioteca Digital Mestrado/Doutorado da USP**, Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Pós-Graduação. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em 19 jan. 2019.

HAMILTON, Edith. **A mitologia**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

HEGEL, G.W.F. **Escritos pedagógicos**. México: Fundo de Cultura Econômica, 2010.

HENRIQUES, Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 89, 2010. Disponível em: <http://rccs.revues.org/366>. Acesso em 19 jan. 2020.

HOLANDA, Chico Buarque; BOAL, Augusto. **Mulheres de Atenas**. Disponível em: <https://www.letras.mus.br>. Acessado em 17/01/2020.

HUME, David. Da origem e progresso das artes e ciências”. **Hume: vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

IANUSKIEWTZ, Ana Paula Dias. IRIS MURDOCH E SIMONE DE BEAUVOIR: uma leitura feminista de a Family. 2015. **Repositório Institucional UNESP Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho -UNESP.2015**, Faculdade de Ciências e Letras -Campus de Araraquara – SP. - em Estudos Literários-FCLAR. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/>.Acesso em: 19 jan. 2019

IESMA. **Quem somos**. 2019. Disponível em: <http://www.iesma.com.br/index.php/o-iesma/quem-somos>. Acesso em: 20 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2018**. Brasília: INEP, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 14 mar. 2020.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAIME, Jorge. **História da Filosofia no Brasil**.vol.4. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2002.

KANT, Immanuel. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. 2. ed. Campinas, Trad. De Vinícius Figueiredo. São Paulo: Papirus Editora, 1993.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à sem análise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo. Perspectiva,1969.

LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes,1999.

LESSA, Fábio de Souza. **O feminismo em Antenas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. *et al.* Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

LÉVINAS, E. **A violência do rosto**. São Paulo: Loyola, 2014.

LEON, Vicki. **Mulheres audaciosas da Antiguidade**. Tradução de Miriam Groeger. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000.

LINO, Alice. **Belo e sublime: a mulher e o homem na filosofia de Immanuel Kant**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2008. 90 p. Disponível em: [www.repositorio.ufop.br](http://www.repositorio.ufop.br). Acesso em: 20 jan. 2020.

LOCKE, John. **Segundo Tratado Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres em sala de aula. *In: PRIORE, Mary Del (org.). História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. *In: Teoria & Educação*. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, p. 1992, p. 53-67.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero. *In: Projeto História*, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31- 46.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. *In: PRIORE, Mary Del. (org.). História das Mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação**. Revista Percurso - NEMO Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso>

MARCONDES, Danilo. **Iniciação à História da Filosofia. Dos Pré Socráticos Wittgenstein.** Rio de Janeiro: Zahr, 2010,

MARQUES, Lúcio Álvaro. **A lógica da necessidade: O ensino de Rodrigo Homem no Colégio do Maranhão (1720-1725)** [recurso eletrônico] / Marques - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política.** 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão.** 5.ed. Promovida e revisada por Jomar Moraes. São Luís: Academia Maranhense de Letras, 2015.

MIGUEL, Luís Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 25-49, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/04.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

MIGUEL, Luis; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política.** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.  
MILL, John Stuart. **A Sujeição das Mulheres.** Almedina. Coimbra, 2006. p. 71-72.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MENEZES, Magali Mendes de. **Da academia da razão à academia do corpo.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

MOYSÉS, Júlio César Soriano. Hannah Arendt: o labirinto da compreensão e o fenômeno totalitário. 2014. **Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP.** Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Pós-Graduação. Acesso em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres da Revolução Francesa.** São Paulo: Alameda, 2014.

MOTTA, Diomar da Graças. **As mulheres professoras na política Educacional do Maranhão.** São Luís, 2003.

MORAES FILHO, Evaristo. O Ensino da Filosofia no Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. **Biblioteca Nacional**, 1959. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001787.pdf>. Acesso em: 20.dez.2019.

MOTTA, Fernando C. Prestes. Administração e participação: reflexões para a Educação. **Educ. Pesqui.** [online]. 2003, vol. 29, n 2. P. 369-373. Disponível em: <https://doi.org/10.1590>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MOURA, Roseli Alves de. Alguns aspectos da formação de Maria Gaetana Agnesi no ambiente intelectual milanês do Setecentos: Escolhas e controvérsias. **História da Ciência e Ensino: construindo interfaces.** 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23927/2178-2911.2018.v1811p.60-75>. Acesso em: 1 nov. 2019.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. Lisboa: Guimarães Editores, 1996.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Além do bem e do Mal: Prelúdio de Uma Filosofia do Futuro**. Tradução: Saulo Kriege. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2019.

NEVES, Paulo Rogério da Conceição. **As meninas de agora estão piores do que os meninos: gênero, conflito e violência na escola**. 2008. 184f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2008. Disponível em: [www.psicologia.pt.artigos.pdf](http://www.psicologia.pt.artigos.pdf). Acesso em: 19 jan.2019.

NÓVOA, António (org.). **Os professores e sua formação**. Lisboa: Don Quixote, 1995.

NOVAES, Adriana Carvalho. **Pensar sem apoios: Hannah Arendt e a vida do espírito com política do pensar**. 2017. **Biblioteca Digital Mestrado/Doutorado da USP**. Universidade de São Paulo-USP/Departamento de Pós-Graduação. Pensar sem apoios: Hannah Arendt e a vida do espírito com política do pensar. Disponível em: <https://www.teses.usp.br>. Acesso em 19 jan. 2019.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Os primórdios da obra dos Irmãos Maristas no Maranhão (1908 – 1920)**. 2000, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - American World University, Iowa, 2000.

NUNES, Iran de Maria Leitão. **Ideal mariano e docência: a identidade feminina da Proposta Educativa Marista**. 2006. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

OLIVEIRA, Alzira Marques.; Botelho, Delson de Souza.; NOGUEIRA, Diliene da Silva.; GONÇALVES Gilmara Pereira. **Trajetória das Mulheres no Curso de Filosofia da Universidade do Estado do Amapá no período de 2008 a 2012**. 2014. **Revista Eletrônica de Humanidades - PRCS da UNIFAP**. Universidade Federal do Amapá –UNIFAP/ Curso de Ciências Sociais/ Departamento de Pós-Graduação. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em 19 jan. 2019.

OLIVEIRA, R. C.; LEITE, J. A. F.; MENEZES, M. C. **O reconhecimento de si em sua identificação como professora (a): um estudo com os (as) professores (as) licenciados (as) em Filosofia na rede Municipal regular e urbana de São Luís do Maranhão**. 2019. Dissertação (Mestrado profissional em Filosofia) - Universidade Federal do Maranhão

OLIVEIRA, Maria Aparecida Souza. **Sujeição, Costume e Sentimento como manutenção da servidão feminina: Stuart Mill e a sujeição das mulheres**. 2013. **Revista do Sapere Aude**. Departamento de Filosofia-Programa de Pós- Graduação de Filosofia. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view>. Acesso em 19 jan. 2019.

PACHECO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luís: SENEC/Departamento de Cultura, 1969.

PACHECO, Juliana Pacheco. (org.). **Mulher e filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

PACHECO, Juliana Pacheco. (org.). **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia**. [recurso eletrônico] Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

PARIS, Ginette. **Meditações pagãs: Os Mundos de Afrodite, Ártemis e Héstia** Tradução: Sonia Maria Caiuby Labate 1994. Petrópolis: Vozes Ltda.

PERNOUD, Régine, **La Femme au temps des cathédrales**, Le Livre de Poche, 1982.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

PLATÃO. **O Banquete**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Ed. UFPA, 2011.

PLATÃO. **Teeteto**. Barcelona: Editorial Anthropos. Tradução de Manuel Balasch, 1990.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, George; PERROT, Michelle. (org.). **História das mulheres: o século XIX**. Lisboa: Afrontamento, 1991. p. 503-540.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC; 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto. 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi, **Mulheres dos Anos Dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTELA, Joana Abranches. Os rolos das mulheres na Antiguidade Clássica: adereços de cultura ou livros de leitura? **Ágora. Estudos Clássicos em Debate** 14. 2012. p.131-170. ISSN. Disponível em: <http://www2.dlc.ua.pt/classicos/7.%20JPortela.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2019.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Mulheres no ensino superior no Brasil. In: 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação - ANPED, 2000, Caxambu. **Caderno de resumos**. Rio janeiro: ANPED, 2000. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0301t.PD>. Acesso em: 20 fev. 2020.

QUILLICI NETO, Armindo. O ensino da filosofia no período da reforma pombalina e suas consequências na formação cultural do homem brasileiro: breve reflexão. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.27, p.29 –37, set. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4999/art03\\_27.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4999/art03_27.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

RATTS, Alex.; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 20 jan. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminino negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p.58).

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Ensaio. **Revista Internacional de Direitos Humanos**. SUR 24-v.13 n. 24, 2016.p.94-104. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/9-sur-24-por-djamila-ribeiro.pdf>

RODRIGUES, Maria José Lobato. EDUCAÇÃO FEMININA NO RECOLHIMENTO DO MARANHÃO: o redefinir de uma Instituição. São Luís: **Café & Lápis**; EDUFMA;

FAPEMA,2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin.; ENS. Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006. <https://docente.ifrn.edu.br/albinonunes/disciplinas/pesquisa-em-ensino-pos.0242-posensino/romanowski-j.-p.-ens-r.-t.-as-pesquisas-denominadas-do-tipo-201cestado-da-arte201d.-dialogos-educacionais-v.-6-n.-6-p.-37201350-2006/view>

ROSA, Graziela Rinalde da. **As relações de Gênero na Filosofia**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

ROVERE, Maxime. **Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas na França, séculos XVII e XVIII**. N-1edições, São Paulo, 2019.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: DIFEL, 1969.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social: ou princípios do direito político**. Tradução Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

SABÓIA, Beatriz. **A Ditadura Brasileira e o Ensino da Filosofia**. São Luís: EDUFMA, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992, p.193-215.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classe: Mito e Realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTIAGO, Homero Silveira, SILVEIRA, Paulo Henrique Fernandes. Marilena Chauí's trajectory: philosophy, politics, and education. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 259-277, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022016420100201>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SANTOS, Magda Guadalupe dos. O traço do gênero no âmago da intertextualidade e o caráter mimético de Antígona: um diálogo entre Beauvoir, Derrida e Butler. 2013. **Revista do Sapere Aude**. Departamento de Filosofia-Programa de Pós- Graduação de Filosofia. Pontifca Universidade Católica de Minas Gerais. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view>. Acesso em 19 jan. 2019.

SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. *In*: NÓVOA, A. (org.). **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **História das mulheres**. *In*: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 1992. p.62-95.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. **Educação & Realidade**, v. 15, nº 2, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru/ SP: EDUSC, 2001.

SCHOPENHAUER, A. **Werke in 5 Bänden**. Hrsg. von Ludger Lütkehaus. Zürich: Haffmans.1988.

SHIGUNOV NETO, Alexandre, MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>. Acesso em: 8 fev.2019.

SILVA, Andressa Hennig, FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica** ISSN 1677 4280 Vol.17. n.1 (2015). Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113>. Acesso em: 8 fev.2019.

SILVA, Silene Mota Pinheiro da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar**. São Luis: EDUFMA, 2011.

SILVA. Vânia dos Santos. Algumas Leituras feministas de Platão: entre a imagem e a identidade. 2013. **Repositório Institucional da UNB. Universidade de Brasília - UNB-Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Filosofia /Programa de Pós-Graduação em Filosofia**. Disponível em: <https://repositorio.unb.br>. Acesso e, 18 jan. 2019.

SOUZA, Regis Glauciane S. de. Gênero e Mulheres nas Universidades: um Estudo de Caso na UFBA. 2014. **Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia-UFBA - Dissertações de Mestrado. Universidade da Bahia-UFBA- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- (FFCH) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinares, Gênero e Feminismo (PPGNEIM)**. Disponível em: <https://www.bibliotecas.ufu.br/portal-da-pesquisa/bibliotecas-digitais/universidade-federal-da-bahia-ufba-biblioteca-digital-de>. Acesso em: 19 jan.2019

SOËTARD, Michel. **Jean-Jacques Rousseau**. Tradução: Verone Lane Rodrigues Doliveira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4675.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOIHET, Rachel. **Descobrendo historicamente o gênero**. Cadernos Pagu, Campinas (SP), n.11, p. 89-98, 1998.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Estampa 1995.

TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX**. *História da Educação*. Pelotas: ASPHE /FaE/UFPel, n.3, p.35-58, abr.1998.

TAMIZARE, Fabiana. A Mulher na Concepção Materialista de Diderot.2014. **Biblioteca digital Mestrado/Doutorado da USP Universidade de São Paulo-USP**. Departamento de

Pós-graduação. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/>Acesso em: 19 jan. 2019.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues de; ZANELLO, Valeska. **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2014. 620 p.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TAVARES, Sofia. **A idade da Águia**. São Luís. J. A. A. Viegas Editora. 2016.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília, INL, 1976.

TEIXEIRA Simey Fernanda Furtado. O reconhecimento de si em sua identificação como professor (a): um estudo com os (as) professores (as) licenciados (as) em Filosofia na rede Municipal regular e urbana de São Luís do Maranhão.2019. **Repositório da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)**. Programa de pós-graduação profissional em Filosofia Prof. Filo Mestrado Profissional em Filosofia Disponível em: <https://sistema.bibliotecas-bd digital.fgv.br/bases/universidade-federal-do-maranhao-ufma-repositorio-digital>. Acesso em: 19 jan.2019

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

TIBURI, Márcia. **Feminismo em comum: para todas, todas e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOSI, Lúcia. Mulher e ciência a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna. In: **Cadernos Pagu**, Campinas/São Paulo, n.10, 1998: p.369-397.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 41 de 19/01/1979**, definida como uma instituição oficial de ensino superior, sob a forma de fundação, 1979. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo>. Acesso em: 20 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Resolução 460/CONSEPE, de 31 de maio de 2006, que aprova o **Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UFMA (CEPE/UFMA)**. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA>. Acesso em:20 mar. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Projeto pedagógico do curso de Filosofia Licenciatura**. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/vvIh1dwm3IJvffM.pdf>. Acesso em:20 mar. 2018.

VALLE, B. O feminino e a representação da figura da mulher na filosofia de Kant. In: TIBURI, M.; MENEZES, M. D.; EGGERT, E. **As Mulheres e a Filosofia**. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e Plurais**. Identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VENTURINI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli de. As mulheres brasileiras no início do século XXI. *In: A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VIANA, Márcia Regina. Liberdade e existência: os movimentos do existir em Simone de Beauvoir. **Revista Estudos Filosóficos**. n.5[recurso eletrônico. 2010. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>. Acesso em: 20 mar. 2020.

VIEIRA, Padre Antônio.; LISBOA, João. ACADEMIA MARANHENSE DE LETRAS. **Livro do Centenário 1908/2008**. São Luís: Edições, AML, 2009.

WONSOVICZ, Sílvio. **Programa educar para o pensar**, Florianópolis, R.J Sophos. 2005.

WUENSCH, A. M. **Notas para uma história do movimento filosofia para criança no Brasil**. 2005. Disponível em: <vsitesunb/unb.br/fe/tefe/filoesco/histbrasil.html>. Acesso em: 20 mar.2020.

YANNOULAS, Silvia Cristina, VALLEJOS, Adriana Lucila, LENARDUEZI, Zulma Viviana. Feminismo e Academia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 199, p. 425-451, set./dez. 2000.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *IN: Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

YOUNG, Iris Marion. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University. 2000.

ZAMBRANO, Maria. **Filosofia e Poesia**, Madrid, FCE, 1967.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****MULHERES ATENAS MARANHENSES: trajetória das mulheres na Filosofia e memórias das primeiras professoras do Departamento de Filosofia da UFMA**

Isabel Cristina Costa Freire, Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Maranhão, residente na Rua Copacabana número 454-Residencial Parati - Cohama - São Luís - MA. e-mail: filocoruja@yahoo.com.br lhe convida a participar da pesquisa de mestrado, cujo título é **AS MULHERES ATENAS MARANHENSES: Memórias contadas das professoras do DEFIL 1979** que tem por objetivo analisar a contribuição das professoras do Departamento de Filosofia para a Universidade Federal do Maranhão, destacando as memórias das professoras e sua respectiva contribuição no curso. E a orientadora é Prof.<sup>a</sup>. Doutora Iran de Maria Leitão Nunes do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação - da Universidade Federal do Maranhão. Um dos instrumentos para levantamento de dados será a coleta de informações através de entrevistas semiestruturadas. Por intermédio deste Termo autorizo a utilização das informações prestadas à pesquisadora através das entrevistas concedidas, a fim de colaborar com a Pesquisa em questão. Ademais, declaro estar ciente das eventuais análises sobre questões de gênero, docência e memórias que serão realizadas a partir das informações que serão por mim prestadas.

Solicitamos a sua colaboração para divulgação do meu nome relacionado às informações vinculadas às gravações, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto na qual serão substituídos pelos nomes das mulheres filósofas da Atenas grega. Informamos que essa pesquisa corre o risco na dimensão psicológica referente a memória que irá mexer com seus sentimentos no período que protagonizou na UFMA. E com isso vimos ressaltar que a senhora pode desistir de participar da pesquisa a qualquer momento não sofrerá nenhum dano. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, você não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Os riscos envolvidos nesta pesquisa consistem em: possibilidade de danos à dimensão psíquica, intelectual, social, cultural ou espiritual no que se refere as emoções de lembrança do período trabalhado na UFMA. Porém, tomaremos todas as medidas para evitar e/ou amenizar esses riscos ao garantirmos o acesso aos resultados individuais e coletivos, minimizaremos desconfortos, garantindo local reservado e liberdade

para não responder questões constrangedoras, garantindo que o pesquisador esteja habilitado ao método de coleta dos dados, ficando atento aos sinais verbais e não verbais de desconforto, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo dos participantes, assumindo a responsabilidade de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos riscos previstos, garantindo que o estudo será suspenso imediatamente ao perceber algum risco ou dano ao sujeito participante da pesquisa, conseqüente à mesma, não previsto no termo de consentimento, garantindo que os sujeitos participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano previsto ou não no termo de consentimento e resultante de sua participação, além do direito à assistência integral, têm direito à indenização, garantindo a divulgação pública dos resultados da pesquisa, garantindo que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes dos sujeitos participantes da pesquisa, assegurando a inexistência de conflito de interesses entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa e garantindo que as informações obtidas nesta pesquisa serão utilizadas exclusivamente para a finalidade prevista neste projeto e conforme aprovação no TCLE. Quanto aos benefícios é contribuir com as memórias do Departamento de Filosofia da UFMA devido as publicações sobre a história do Curso nascente em 1979. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. \_\_\_\_\_ Assinatura da

pesquisadora. Eu aceito participar da pesquisa, que tem o objetivo analisar a contribuição das professoras do Departamento de Filosofia para a Universidade Federal do Maranhão, destacando as memórias das professoras e sua respectiva contribuição no curso. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir sem que nada me aconteça. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram comigo. Li e concordo em participar como voluntário da pesquisa descrita acima. Estou ciente que receberei uma via deste documento. São Luís, \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ Assinatura do participante. Contato com o Pesquisador (a) Responsável: Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora pelo Telefone: (98)982269221 ou para o Comitê de Ética da UFMA. -Endereço: Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís - MA, 65080-805. Fone: (98) 98408-8434.

Autorizo, ainda, a divulgação do meu nome relacionado às informações vinculadas às gravações. Declaro, por fim, que assinei o presente Termo por livre e

espontânea vontade, sendo plenamente capaz de conceder a presente autorização. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação e Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe). Assim, sua participação na pesquisa consistirá em respondê-la, que será gravada e transcrita. As informações serão confidenciais e é assegurado que em nenhum momento da dissertação sua identidade será revelada.

Nos comprometemos a prestar qualquer esclarecimento, tirar dúvidas e disponibilizar qualquer material produzido pela pesquisa, tendo o participante o direito de ter qualquer informação sobre os processos de coleta de dados e demais procedimentos da pesquisa. Nesse sentido, garantimos que de forma alguma será utilizada, por parte do pesquisador, qualquer informação obtida na pesquisa que possa prejudicar os seus participantes. Assumimos, portanto, o compromisso de propiciar assistência e eventuais danos materiais e imateriais, decorrentes da participação na pesquisa, conforme o caso sempre e enquanto necessário.

Para participar da pesquisa, o Senhor não terá nenhum custo e nem receberá nenhum tipo de vantagem financeira, ficando assegurado que se vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação, previsto ou não neste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, o direito à indenização, por parte do pesquisador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa. Os resultados da pesquisa **AS MULHERES ATENAS MARANHENSES: Memórias das primeiras professoras do DEFIL** serão apresentados na dissertação de mestrado do pesquisador e através da produção de artigos e apresentação de trabalhos em eventos científicos. Em todos esses trabalhos, a senhora não será identificada e fica garantido total sigilo quanto ao seu nome e informações confidenciais. À senhora é garantida a plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicação previa. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é tratada pela pesquisadora ou pela UFMA.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra será fornecida à Senhora. Em virtude de estarmos fazendo uma pesquisa com seres humanos, nos comprometemos a seguir todos os procedimentos éticos das pesquisas em ciências humanas e sociais nos processos de coleta de dados e nos demais procedimentos adotados no desenvolvimento desta pesquisa (Resolução nº 501/2016). Desse modo, reconhecemos a liberdade e a autonomia de todos os envolvidos no processo de pesquisa, respeitaremos os direitos humanos e não praticaremos

nenhuma forma de arbítrio ou autoritarismo, assim como respeitaremos os valores e identidades culturais, sociais, morais, religiosos, gênero e sexualidade, bem como os hábitos e costumes dos participantes da pesquisa.

Outrossim, nos comprometemos a não cometer nenhum tipo de preconceito e discriminação. Nos comprometemos, ainda, a garantia de assentimento ou consentimento dos participantes da pesquisa, dando total esclarecimento sobre seu sentido e implicações, assim como total confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução nº 501/2016 do CEP/CONEP, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_, contato \_\_\_\_\_, fui informado dos objetivos da pesquisa de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Concordo em dar meu consentimento para a participação na pesquisa. Recebi uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador: Isabel Cristina Costa Freire.

Endereço: Rua Copacabana casa 54. Bairro: Cohama. São Luís - Ma.

Telefone: (98) 82269221

E-mail: filocoruja@yahoo.com.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFMA – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal do Maranhão

Avenida dos Portugueses, 1966 CEB Velho

Bloco C, Sala 7, Comitê de Ética

CEP: 65.080-040

São Luís – MA

Telefone: (98)3272-8708

E-mail: cepufma@ufma.br

São Luís, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

## **APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

### **A – DADOS PESSOAIS**

1. Qual o seu nome?
2. Qual sua formação?

### **B – SOBRE O INGRESSO NA UFMA**

1. Quantos anos você tinha quando ingressou na UFMA como professora?
2. Você trabalhava no magistério antes de ingressar na UFMA? Em qual/is local/is? Com qual/is nível/is de ensino?
3. Qual a sua formação acadêmica à época?
4. O que a motivou a escolher o Curso de Filosofia? (Caso seja esta a formação acadêmica da entrevistada).
5. Quais os motivos para a escolha do Curso de Filosofia da UFMA para a docência no magistério Superior?
6. Como você descreve o convívio e o relacionamento de vocês neste período?
7. Você sentiu alguma dificuldade nos momentos iniciais de sua carreira no DEFIL pelo fato de ser mulher? Em caso positivo, quais foram elas?

### **C – SOBRE A ATUAÇÃO NO DEFIL E NA UFMA**

1. Por quantos anos você trabalhou no DEFIL? (No caso se aposentada) ou Há quantos anos você trabalha no DEFIL?
2. Além das atividades de ensino você desenvolveu atividades de pesquisa e extensão? Quais?
3. Você assumiu algum cargo de gestão? Qual/is? Em qual/is período/s?
4. Como você analisa a atuação das mulheres no DEFIL na UFMA?
5. Você considera que deixou algum legado para o DEFIL? E para a UFMA? Como você os define?

### **D - PARA O ENCERRAMENTO**

1. Você gostaria de fazer mais algum comentário?
2. Você gostaria de retirar algum trecho da entrevista ou modificá-lo?

## **ANEXOS**

## ANEXO A – SOLICITAÇÃO DA PESQUISA NO DEFIL



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
 FUNDAÇÃO instituída pela Lei nº 5.152 de 21/10/1966  
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
 MESTRADO EM EDUCAÇÃO



MEMO Nº124/2018-PPGE

Em 03 de dezembro de 2018

A Sua Senhoria

**GASTÃO CLOVIS LIMA CORREIA**  
 Chefe do Departamento de Filosofia/CCH

Senhor Chefe,

Apresentamos a V.S.<sup>a</sup> a mestranda **Isabel Cristina Costa Freire**, aluna da 18ª Turma do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado em Educação, da Universidade Federal do Maranhão, que está desenvolvendo a pesquisa intitulada “**As mulheres Atenas maranhense**”, cujo objetivo é analisar a contribuição das professoras do Departamento de Filosofia para a Universidade Federal do Maranhão no Período de 1979 e 1989.

Na oportunidade, solicitamos a V.S.<sup>a</sup> autorizar a mestranda a realizar sua pesquisa nesta instituição, permitindo o livre acesso aos dados que forem necessários para a construção da referida pesquisa.

Informamos ainda, que a coleta de dados será realizada por meio de pesquisa bibliográfica, busca de documentos e atas do Departamento de Filosofia e realização de entrevista semiestruturada com as mulheres professoras aposentadas.

Na certeza de contar com a colaboração de V.S.<sup>a</sup> colocamo-nos à disposição para complementar as informações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

  
**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MÁRIZA BORGES WALL BARBOSA DE CARVALHO**  
 Coordenadora do Mestrado em Educação

**ANEXO B - DECLARAÇÃO DO GRUPO DE PESQUISA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
FUNDAÇÃO instituída pela Lei nº 5.152 de 21/10/1966  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins que **ISABEL CRISTINA COSTA FREIRE** integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulher e Relações de Gênero – GEMGe, vinculado à linha de pesquisa: Instituições escolares, saberes e práticas educativas do Programa de Pós - Graduação Mestrado em Educação, participando mensalmente das reuniões de pesquisa, desde 13 de outubro de 2011 até a presente data, ininterruptamente.

São Luís, 18 de maio de 2018.

**Profa. Dra. DIOMAR DAS GRAÇAS MOTTA**  
Coordenadora do GEMGe

**ANEXO C - PERMISSÃO DA PESQUISA NO DEFIL****UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

MEMO Nº 03/ 2019 DEFIL

Em: 16.05.2019

A Sua Senhoria  
Profa. Dra. **MARIZA BORGES WALL BARBOSA DE CARVALHO**  
Coordenadora do Mestrado em Educação/PPGE

Senhora Coordenadora,

Em resposta a solicitação do MEMO Nº 124/2018-PPGE, comunico a V. Sa. que autorizo a mestranda **ISABEL CRISTINA COSTA FREIRE** a realizar sua pesquisa junto a este departamento. Permitindo o livre acesso aos dados que forem necessários para construção da referida pesquisa. Sendo que a coleta de dados poderão ser feitas através de pesquisa bibliográfica, busca de documentos, atas de reuniões do Departamento de Filosofia, dentre outras fontes que se fizerem necessárias.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita em tinta preta, apresentando traços fluidos e circulares característicos.

**Prof. GASTÃO CLOVIS LIMA CORREIA**  
Chefe do Departamento de Filosofia